

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL BAHIA
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Paulo Freire
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais

Caline Macário Guimarães Ferreira

**NARRATIVAS SOBRE MATERNIDADE ENTRE MULHERES NEGRAS DO
BAIRRO LIBERDADE II EM TEIXEIRA DE FEITAS/BA**

TEIXEIRA DE FREITAS, BA
2020

Caline Macário Guimarães Ferreira

**Narrativas sobre maternidade entre mulheres negras do bairro Liberdade II em
Teixeira de Freitas/BA**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais para a obtenção do título de Mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Antônio Nunes Neto e co-orientação da Prof.^a Dr.^a Dhanyane Alves Castro.

TEIXEIRA DE FREITAS, BA
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia
Sistema de Bibliotecas

F383n Ferreira, Caline Macário Guimarães -
Narrativas sobre maternidade entre mulheres negras do bairro Liberdade II
em Teixeira de Freitas/BA / Caline Macário Guimarães Ferreira. Teixeira de
Freitas, 2020 -
107 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e
Relações Étnico-Raciais (Mestrado) - Universidade Federal do Sul da
Bahia, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Antonio Nunes Neto.

1. Negras. 2. Maternidade. 3. Narrativa. I. Título. II. Nunes Neto, Francisco
Antonio.

CDD – 305.896081

Bibliotecária: Amanda Luiza de S. Mattioli Aquino - CRB 5/1956

CALINE MACÁRIO GUILMARÃES FERREIRA

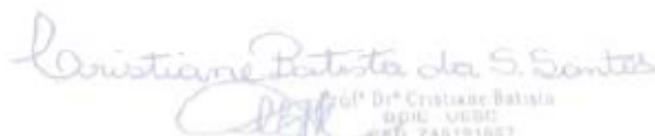
**NARRATIVAS SOBRE MATERNIDADE ENTRE MULHERES NEGRAS
EM TEIXEIRA DE FREITAS/BA**

Memorial submetido ao Instituto de Humanidades,
Artes e Ciências da Universidade Federal do Sul da
Bahia, com vistas a obtenção do título de mestra em
Ensino e Relações Étnico-Raciais, área de
concentração em ensino e relações étnico raciais nas
perspectivas pós e decoloniais.

Orientador: Dr. Francisco Antonio Nunes Neto

Este trabalho foi submetido a avaliação e julgado aprovado em: 12/08/2020

BANCA EXAMINADORA



Cristiane Batista da S. Santos
Prof.ª Dr.ª Cristiane Batista
Dout. UESB
CNPQ 303191/2007

CRISTIANE BATISTA DA SILVA SANTOS

Doutorado

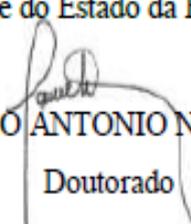
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC



LÚCIA DE FÁTIMA OLIVEIRA DE JESUS

Doutorado

Universidade do Estado da Bahia – UNEB



FRANCISCO ANTONIO NUNES NETO

Doutorado

Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB

TEIXEIRA DE FREITAS

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiro e, especialmente, à força divina inexplicável e imensurável que faz com que tudo aconteça no tempo certo. Esta força é o que nos permite seguir a caminhada da vida. Deus! Sem Ele, eu não teria conseguido.

Aos orientadores Francisco Antônio Nunes Neto e Dhanyane Alves Castro pelo ensinamento, paciência, disponibilidade, escuta e, principalmente, por acreditarem na possibilidade de desenvolvimento deste estudo, mostrando que, algumas vezes, as coisas podem ser mais simples do que parecem, orientando-me, literalmente, por onde e como deveria caminhar. Grata por terem contribuído de forma significativa para que este trabalho se tornasse realidade.

À minha família, pelo amor e carinho. Tenho certeza de que vocês serão sempre as pessoas que mais torcerão pelo meu sucesso, não apenas profissional. Sei que estou em suas orações. À Maysa que, diariamente, em cada palavra e gesto, me ensina a ser mãe com suas indagações e diálogos constantes; por seu olhar doce, e por ter me oportunizado o privilégio de tê-la concebido. À minha caçula Anna, que carrego ainda no ventre, parceira nas madrugadas debruçadas ao teclado do notebook. Amo vocês, filhas, meu combustível durante esta caminhada.

Às mães, interlocutoras da pesquisa, pela confiança depositada em mim e, mais do que isso, por contribuírem com a ciência. Sem a contribuição de cada uma de vocês, este estudo não se concretizaria, minha eterna gratidão!

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, especialmente, à turma 2018, *malungos* que dividiram as angústias e compartilhou conhecimento ao longo destes dois anos, minha profunda admiração a cada um de vocês. Aos amigos de outras caminhadas que também acreditam e torcem por mim, compreendendo as minhas ausências sem julgamentos.

Gratidão!

RESUMO

O estudo analisa a elaboração do pertencimento indenitário quanto à maternidade a partir das narrativas de um conjunto de mulheres autodeclaradas negras, moradoras do bairro liberdade II em Teixeira de Freitas, Bahia. A partir das trajetórias desse grupo de mulheres negras, discuto, ainda que preliminarmente, como elas elaboram percepções sobre suas experiências de maternidade. Para a contextualização do estudo, apresento um apanhado histórico sobre maternidades negras, desde o contexto da escravidão aos nossos dias, a partir da percepção de alguns estudiosos da temática. Neste estudo, dialogo com as questões teóricas elaboradas por Kabengele Munanga (2005 e 2015) e Stuart Hall (2006, 2008, 2016) sobre processos de identificação e elaborações de pertencimento identitários por serem profícuas as contribuições que ambos estudiosos prestam sobre esta categoria analítica. Para o âmbito das questões sobre mulheres negras, recorri aos trabalhos elaborados por Cecília Moreira Soares (1994), Maria Aparecida Prazeres Sanches (1998), Lucila Scavone (2001), Conceição Evaristo (2002), Alberto Heráclito Ferreira Filho (2003), Francisco Antônio Nunes Neto (2005), Anne Cova (2005), Ida Maria Freire (2014), Suely Carneiro (2002, 2003, 2016) e Fabiana Carneiro da Silva (2017) por entender que estes estudos se constituem, por um lado, como referências basilares através das quais podemos melhor compreender outras experiências de maternidades negras baianas; e por outro, como esteios através dos quais pude melhor perceber as experiências de maternidade entre mulheres negras em Teixeira de Freitas. Para o trato das questões apresentadas entre as interlocutoras da pesquisa, priorizei como metodologia, a abordagem qualitativa por se tratar de uma pesquisa de cunho social. Em decorrência da pesquisa, neste estudo, argumento que, como na maioria das cidades brasileiras, em Teixeira de Freitas, as mulheres negras continuam encontrando dificuldades diversas no exercício da maternidade, este, atravessado, pelo enfrentamento do machismo, do sexismo e da misoginia, heranças do patriarcado brasileiro.

Palavras-chave: Mulheres negras. Maternidades negras. Narrativas. Identidades.

ABSTRACT

The study analyzes the elaboration of identity belonging to motherhood from the narratives of a group of self-declared black women, living in the Liberdade II neighborhood in Teixeira de Freitas, Bahia. Based on the trajectories of this group of black women, I discuss, albeit preliminarily, how they develop perceptions about their experiences of motherhood. For the contextualization of the study, I present a historical overview of black maternities, from the context of slavery to our days, based on the perception of some scholars of the theme. In this study, I dialogue with the theoretical questions elaborated by Kabengele Munanga (2005 and 2015) and Stuart Hall (2006, 2008, 2016) on processes of identity identification and elaboration of belonging because the contributions that both scholars make on this analytical category are fruitful. For the scope of questions about black women, I resorted to the works prepared by Cecília Moreira Soares (1994), Maria Aparecida Prazeres Sanches (1998), Lucila Scavone (2001), Conceição Evaristo (2002), Alberto Heráclito Ferreira Filho (2003), Francisco Antonio Nunes Neto (2005), Anne Cova (2005), Ida Maria Freire (2014), Suely Carneiro (2002, 2003, 2016) and Fabiana Carneiro da Silva (2017) for understanding that these studies are constituted, for on the one hand, as basic references through which we can better understand other experiences of black Bahian maternity hospitals; and on the other, as pillars through which I could better understand the experiences of motherhood among black women in Teixeira de Freitas. To deal with the questions presented among the research interlocutors, I prioritized as a methodology, the qualitative approach because it is a social research. As a result of the research, in this study, I argue that, as in most Brazilian cities, in Teixeira de Freitas, black women continue to encounter different difficulties in the exercise of motherhood, this one, crossed by the confrontation of machismo, of sexism and misogyny, legacies of the Brazilian patriarchy.

Keywords: Black women. Black maternities. Narratives. Identities.

Peso e medida
Mãe preta pode ser?
Dose de humanidade essa maternidade
Pra mãe preta é sempre uma batalha de vida No
sexo desejado, estuprada.
No caminho uma gravidez abortada
Caso filho no mundo joga na roda
Assegura o leite da brancada
Em tempos de agora
Mãe preta tem a sua humanidade conquistada?
Posta em risco e anulada
Quando esterilizam seu ventre, filho único.
Ouro de Mina
A polícia assassina
Volta à estaca zero
Mãe do verbo presente
Insistente
Ele só tem 16 anos!¹

¹ Fonte: Revista Afirmativa
Artigo\Poesia: Emanuele Góes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 MULHER E MATERNIDADE NEGRAS NA BAHIA DE OUTRORA	27
2.1 ABOLICIONISMO E MATERNIDADE	34
3 MULHERES NEGRAS, FAMÍLIA E TRABALHO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	37
4 NARRATIVAS SOBRE MATERNIDADE NEGRA EM TEIXEIRA DE FREITAS.....	54
4.1 BREVE BIOGRAFIA DAS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA.....	61
4.2 MÃES NEGRAS TECENDO A EXISTÊNCIA NO CRIAMENTO DOS FILHOS E FILHAS.....	62
4.3 MÃES NEGRAS NARRAM SUAS HISTÓRIAS: INFÂNCIAS E MATERNIDADES IMPORTANTES.....	67
4.4 RELATOS DE PRECONCEITOS.....	79
4.5 COLCHA DE RETALHOS: EXPERIÊNCIAS NEGRAS CERZIDAS ATRAVÉS DAS NARRATIVAS.....	87
CONSIDERAÇÕES.....	98
REFERÊNCIAS.....	101
ANEXOS	106

1 INTRODUÇÃO

Para melhor apresentar os resultados a que cheguei sobre as narrativas de mulheres negras em Teixeira de Freitas sobre suas experiências de maternidade, analiso-as através de algumas referências que se dedicaram ao tema mulher e/ou maternidades negras. De acordo com Anne Cova, a maternidade como tema “se relaciona a vários domínios, entre eles, à história das mulheres e do gênero, à história política, à história social, à história cultural, mas também a diversas disciplinas como a Sociologia e a Ciência Política”, (2005, p. 163). E acrescenta que,

[...] os sentidos da palavra maternidade, que, como tantas outras, é polissêmica, e apresenta quatro acepções: a) é, ao mesmo tempo, um estado, isto quer dizer, a qualidade de mãe; b) uma função reprodutiva, a ação de carregar e de colocar crianças no mundo; c) uma obra de arte representando a mãe e o bebê; d) e um estabelecimento ou serviço hospitalar onde se fazem os partos significado específico na língua francesa. (COVA, 2005, apud THÉBAUD, 1986, p. 164).

A maternidade se constitui em experiência distintas, não sendo possível, nos limites deste estudo, abordá-la em todos os seus aspectos estruturantes. Dessa maneira, para os objetivos deste estudo, a mim interessou analisar, como um grupo de mulheres negras narram suas experiências de maternidade. Para melhor compreendê-las, busquei pistas sobre seus perfis socioeconômicos, educacionais, culturais e raciais, tentando identificar, através de suas narrativas, suas percepções sobre as experiências de maternidade desde o contexto da gestação e como se relacionam às experiências de outras mulheres negras em diferentes localidades e temporalidades brasileiras.

Nesta perspectiva, através deste estudo, ainda que preliminarmente, ambiciono contribuir nas discussões sobre maternidades negras na Bahia. Ao longo das formulações do projeto inicial, observei a inexistência de estudos sobre maternidade negra em Teixeira de Freitas, como aqueles já existentes sobre a temática, principalmente, em Salvador e cidades do Recôncavo e do Sertão. Assim, a minha pretensão é contribuir para que algumas lacunas sobre o tema possam ser preenchidas. Contudo, por se tratar de um primeiro esforço de sistematização sobre maternidades negras em Teixeira de Freitas, muitas questões e aspectos, certamente, precisam ser melhor aprofundados e poderão ensejar a realização de outras pesquisas e estudos.

Como as demais cidades brasileiras, Teixeira de Freitas, vive dos resquícios históricos da cultura patriarcal, machista, racista e misógina, uma realidade que, nas relações de gênero atinge fundamentalmente as mulheres negras, o que contribui para a manutenção de relações de sociabilidades pautadas na persiste das desigualdades sociais e de gênero.

Segundo Carvalho e Rocha (2016), em todos os períodos históricos, mulheres e homens negros construíram uma cultura de resistência em oposição à sociedade que os oprime e que considera as suas trajetórias secundárias. Tal cultura, igualmente, visa defender a sobrevivência material e cultural da negritude e afirmar os seus direitos humanos. Durante muito tempo a história silenciou as experiências desses sujeitos sociais, gerando uma produção científica lacunar que examina a trajetória da sociedade brasileira desde uma perspectiva analítica eurocêntrica.

Nos anos 1980, com as mudanças nos paradigmas de construção do conhecimento em diversas áreas como o quadro político brasileiro e o avanço industrial permitindo o ingresso de mulheres ao mercado de trabalho, desde então, tem-se observado a consolidação de um modelo de produção de conhecimento histórico que ampliou as narrativas do passado e do presente, que revisita e visibiliza histórias de vidas e que, contrapondo-se à historiografia tradicional, traz à tona personagens negras e suas contribuições sociopolíticas, (MOURA,1988; ROCHA, 2001; CARNEIRO, 2002; DOMINGUES, 2009).

No que diz respeito à história das mulheres negras no Brasil, temos uma produção extensa se levarmos em consideração as pesquisas (monografias, dissertações e teses), artigos e livros já publicados. Entre elas, destaco o livro *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-emancipação* publicado em 2012 pela Selo Negro Edições, trabalho organizado por Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flávio Gomes, historiadores/as que se dedicam ao estudo da diáspora negra, da escravidão e do período pós-abolição.

O referido estudo apresenta um conjunto de artigos sobre o tema mulheres negras, reunindo reflexões de vinte especialistas brasileiros de diversas regiões e localidades. O livro tem o propósito de revelar “sombras, suspiros e formas de vida, do corpo, da mente e da alma das mulheres – crioulas, escravas, mulatas, africanas, pardas, forras, pretas, negras e morenas” (XAVIER, FARIA, GOMES, 2012, p. 7) que viveram e sobreviveram no Brasil.

Nos dezenove capítulos, vinte autoras/ES apresentam suas pesquisas sobre o cotidiano de pessoas escravizadas, libertas e de suas e seus descendentes durante os séculos XVIII, XIX e início do século XX. O livro reforça uma tendência observada na historiografia brasileira desde a década de 1980. Inovando, através de sua proposta de tratar da vida das mulheres negras, ao que se soma, de forma enriquecedora, a diversidade temporal, espacial e temática das abordagens.

Nesta obra a diversidade das mulheres negras no Brasil é salientada; as hierarquias, os limites e os avanços de suas ações de resistências são mostradas; as contradições, as mudanças e as permanências presentes na vida das mulheres negras são evidenciadas.

Nos diretórios de pesquisa localizei mais de 800 títulos sobre mulheres negras e mercado de trabalho. Após minuciosa busca, selecionei e separei aqueles em que as discussões poderiam mais proficuamente contribuir com o tema central da dissertação ora em análise. Além disso, promovi outras buscas nos diretórios sobre os temas maternidade e negritude em perspectiva histórica.

Nos repositórios do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado da Bahia, do Programa de Pós-Graduação em História e do Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre Mulheres (NEIM) da Universidade Federal da Bahia, identificamos alguns estudos que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo. Dentre os trabalhos encontrados sobre a temática mulher negra, os elaborados por Cecília Moreira Soares, *Mulher Negra na Bahia no Século XIX (1994)*; Maria Aparecida Prazeres Sanches Fogões, *Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico em Salvador 1900-1950 (1998)*; Alberto Heráclito Ferreira Filho, *Salvador das Mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle époque Imperfeita (1994)*, publicado em 2003 com o título *Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza (Salvador, 1890-1940)*; e Francisco Antonio Nunes Neto, *A condição social das lavadeiras em Salvador: quando a História e a Literatura se encontram, 1930-1939 (2005)*, me possibilitaram melhor definir o objeto da minha pesquisa sobre maternidades negras em Teixeira de Freitas.

É importante observar que se entende por raça foi forjado nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. O termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras para informar como

determinadas características físicas como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam e interferem na vida das pessoas negras.

Contudo, o termo raça foi ressignificado pelo Movimento Negro Unificado que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização da herança cultural africana e afro-brasileira. É importante ressaltar que o emprego do termo étnico na expressão étnico-racial serve para marcar que as tensas relações referentes à cor da pele e traços fisionômicos se relacionam com os repertórios culturais de ascendência africana e afro-brasileira, perspectivas de ser-estar-sentir-pensar o mundo muito distintas das de outras matrizes culturais como europeia e asiática, por exemplo.

Este estudo, evidentemente, não esgota as reflexões e análises possíveis sobre a as mulheres negras e mães em Teixeira de Freitas. As conclusões a que chegamos devem ser consideradas parciais, uma vez que, certamente, poderão ser ampliadas e corrigidas em outros estudos, que levarão em conta novos contextos e abordagens sociais. Por conta do curto prazo para finalizar esta dissertação, restringimos nossa discussão apenas nas experiências das mães negras. ((Deixamos de tratar de outros aspectos que também merece destaque, tais como: i) o lugar que o mundo do trabalho em Teixeira de Freitas tem reservado e imposto às mulheres-mães negras; ii) a presença e participação no contexto das práticas de religiosidades da cidade; iii) a participação das mulheres negras na cena política local; iv) mulheres negras produtoras de conhecimento nas universidades e faculdades em Teixeira de Freitas; v) corpo e estética negras; dentre outros arranjos e formulações temáticas possíveis.

As discussões que apresento sobre maternidades negra nessa dissertação ficariam, para mim incompletas, se na condição de quem elabora estes escritos, eu não incluísse a minha experiência de maternidade enquanto mulher negra. Neste sentido, antes de prosseguir, apresento aos leitores e leitoras, a minha narrativa como mulher negra e mãe, uma trajetória de vida marcada pelas lutas para estudar, ainda que inconscientemente. A minha origem é em uma família de agricultores descendentes de pessoas escravizadas. Meus avós nasceram e ainda sobrevivem na zona rural, onde, através da agricultura familiar, criaram seus filhos e filhas. Meu pai, até pouco tempo, trabalhou como vaqueiro, mas, em decorrência da introdução da cultura do eucalipto na região, inúmeros postos de trabalhos como o de vaqueiro, arrefeceu e implicou no enxugamento de mão de obra.

Desse modo, assim como outros pais de famílias, tem sobrevivido de trabalhos temporários, empreitadas que são pagas através de diárias. Minha mãe, como muitas

mulheres negras de famílias que possui baixa renda, desempregada, sobrevive com o auxílio do governo, parte do qual, utiliza nos cuidados da minha irmã que possui necessidades especiais.

A minha mãe ainda sustenta o sonho de se tornar Técnica em Enfermagem. Muito cedo, foi tirada da escola por seus pais adotivos para não aprender a escrever, pois, segundo narra, seu pai acreditava que ela se envolveria com namorados através de cartas. O meu pai relata que começou a trabalhar muito cedo no campo. Ele e os irmãos eram obrigados a ajudar meus avós na plantação, também não frequentando a escola.

Cresci em uma comunidade rural na qual havia somente a Escola Municipal Alves de Brito, cujo modelo de educação multisseriada, contribuiu negativamente em meu desenvolvimento intelectual uma vez que não tive a oportunidade de acessar outros espaços de formação escolar. Durante muitos anos, para mim e outras adolescentes, a escola se resumia a uma única sala, com uma única professora, que era também, coordenadora e diretora.

Lembro-me de ter presenciado discussões entre meu pai e minha mãe por conta de quem iria me levar à escola. A escola não era longe! Meu pai era vaqueiro da fazenda vizinha da escola. O problema eram as vacas do pasto, poderiam me perseguir, além do receio que minha mãe tinha de brigas no caminho da escola entre eu e os filhos da família vizinha. Tenho uma irmã com necessidades especiais e por isso minha mãe não podia me acompanhar até a escola, mas, em seu coração, ela alimentava o sonho de que uma de suas filhas tivesse um futuro diferente do que ela teve.

Graças à garra e a determinação da minha mãe, concluí Ensino Fundamental I. Até hoje recordo da palmatória quando tinha tabuada. Para cumprir o Ensino Fundamental II, teria que atravessar mais uma etapa de muita dedicação e empenho. Registro, para esse período, a separação dos meus pais. Na comunidade não havia o Ensino fundamental II, era necessário acordar às 04h30min da manhã e se deslocar a pé até o ponto de ônibus, seguindo mais 20 km de estrada de chão até chegar à escola na comunidade Taquari, distrito de Alcobaça.

Em que pese os anos imersos em muito sofrimento, e em muita falta material, eu e minha família experimentamos também de dias alegres. Concluído o Ensino Fundamental II, prossegui para o Ensino Médio, o qual só era ofertado na cidade de Alcobaça. Para estar na escola em Alcobaça às 13h, haveríamos de casa às 09h da manhã, invariavelmente, sem ainda termos almoçados, o que só ocorria quando do retorno para

casa. Foram muitos os dias em que não contamos com algum dinheiro para o lanche, o que implicava em termos que ficar com fome, sem contar as inúmeras ocasiões nas quais o ônibus quebrava em meio à plantação de eucalipto.

Já aconteceu de, em alguns dias, chegarmos em casa pela madrugada ou no dia seguinte. Tanto sacrifício para ter um ensino. O que me entristece nesse momento ao digitar tais memórias é saber que nada mudou. Infelizmente, presencio os filhos e as filhas de primos, de primas e de amigos passarem pelo mesmo sofrimento que passei. Causame revolta saber que o município recebe verba para investir na educação, mas nada faz, comprometendo o futuro de muitas crianças e jovens.

Em decorrência de tantas lutas, concluí o Ensino Médio cheia de sonhos de mudar para a cidade em busca de estudos e emprego. Via no estudo uma rota de escape da vida sofrida que presenciava meus pais passarem na labuta do campo. Em 2007, aos dezessete anos, sozinha, mudei para Teixeira de Freitas, saindo da asa da mãe bruscamente. Lembro que juntei umas panelas e canecões da casa da minha vó, da minha mãe, até do meu pai. Eu tinha um namorado que também havia concluído o Ensino Médio e que morava na mesma comunidade. Com minha vinda para Teixeira de Freitas, ele se mudou também, e cá estamos.

Havia realizado o vestibular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no último ano do ensino médio, mas devido à dificuldade de acesso à internet, lembro que nem o resultado consegui ter acesso. Morando em Teixeira de Freitas, mesmo sem saber como pagar um curso superior, prestei vestibular para a Universidade Norte do Paraná para o Curso Bacharelado em Administração. Fui aprovada, iniciei o curso no segundo semestre já do ano de 2007. Logo em seguida, consegui uma bolsa através do PROUNI. Era um sonho ir embora da comunidade pacata e ser bancária na cidade grande.

Ainda sem entender porque não conseguia colocação no mundo do trabalho teixeirense, resolvi fazer o curso de Técnico em Segurança do Trabalho no Instituto Francisco de Assis-IFA. Ambos concluídos no ano 2011. Em abril daquele ano descobri estar grávida, algo que transformou minha vida. Mas, naquele momento, fez uma bagunça na minha cabeça por não ter planejado a gestação. Como ainda não havia ingressado no mercado de trabalho, com uma criança recém-nascida, se tornaria ainda mais difícil. Por conta disso, resolvi, mais uma vez, tentar o vestibular da UNEB.

Fui fazer as provas do vestibular ainda cumprindo o resguardo. Lembro que no segundo dia de prova, impediram meu esposo de entrar com minha filha recém-nascida para amamentá-la.

Como fiz vestibular para o curso de Pedagogia, poderia trabalhar em um turno e, no outro, me dedicar à Maysa. Imaginei que com duas graduações não seria difícil conseguir um emprego, mas caminhada foi difícil. Todos os dias, ia para UNEB com minha filha porque não tinha com quem deixá-la. Como nem todos os professores e professoras compreendiam a situação em que se encontrava eu e outras estudantes-mães, o projeto Ciranda, destinado aos filhos dos estudantes, poderia ser uma alternativa que me possibilitasse estudar, porém, a sala específica para o seu funcionamento, com os materiais e recursos necessários para atender as crianças, por questões burocráticas, não funcionava.

Não consegui vaga em nenhuma creche pública. À época, em uma conversa com o atual diretor do campus, reivindiquei a abertura da sala do projeto Ciranda, ele me explicou os problemas burocráticos que impediam o funcionamento e sugeriu que entrasse com uma ação ao Ministério Público para resolver o problema da creche pública. De imediato, segui sua orientação e através de uma ação, conseguir uma vaga em uma creche pública para Maysa, o que facilitou mais nossas vidas.

No segundo semestre de Pedagogia, a professora Luzeni Ferraz Oliveira Carvalho, então coordenadora do colegiado, nos deu uma boa notícia. Estava aberto o edital para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do qual fui bolsista durante quase quatro anos na Escola Municipal Amigos da Natureza, situada no bairro Liberdade I. Com a bolsa, consegui custear despesas básicas como fotocópias, lanches e outras pequenas necessidades. O Programa teve grande importância na minha trajetória de formação profissional em Pedagogia, uma vez que o PIBID foi à ponte que possibilitou a mediação entre a teoria e prática proporcionando diversas trocas de saberes e experiências com o programa de extensão.

A partir das provocações de alguns professores da UNEB e da minha experiência como bolsista do PIBID, lancei um novo olhar sobre as práticas escolares e as questões étnico-raciais que permeavam o currículo oculto. Observando todo o contexto da Escola Municipal Amigos da Natureza, rememorei minha infância e trajetória escolar, momento em que passei a mensurar e entender algumas experiências do passado.

Após “muita labuta” como dizia minha avó Mãevéia, em 2016 concluí a graduação em Pedagogia. Tenho muita gratidão pela universidade pública. Esta dissertação é fruto dessas encruzilhadas.

Qualificar esse estudo representa muito para meus familiares, amigos e conhecidos. Sou a única mulher da família que saiu de uma comunidade rural e ingressou em uma universidade. Por maiores que tenham sido as dificuldades de cada etapa do processo, soube não estar sozinha. É o que tem me sustentado até aqui, uma vez que ainda é muito caro para uma mulher negra e pobre, que carrega consigo responsabilidades maternais, conseguir permanecer na universidade.

Para me aproximar das mulheres negras interlocutoras desse estudo, utilizei como estratégia metodológica, o entendimento que se deve ter no trato das fontes orais. Por meio de questionários semiestruturados e com o gravador do celular, registrei as narrativas sobre as suas experiências com a maternidade, rememorando outras temporalidades desde suas infâncias.

As mulheres da pesquisa são mães negras na faixa etária entre vinte e seis e sessenta anos de idade. Nenhuma delas está cursando ou concluiu formação de nível superior. Uma entre elas concluiu o ensino médio, no turno noturno, depois que os filhos já estavam crescidos. Uma entre elas obteve a formação em Técnica em Enfermagem depois que considerou que a filha já estava crescida e poderia ficar sob os cuidados do pai; entretanto, ainda não conseguiu emprego na área. Duas das interlocutoras nunca frequentaram a escola, não por escolha. A maioria entre elas, criam os filhos e as filhas sem presença paterna.

Foram entrevistadas oito mães negras. O material das entrevistas foi analisado levando-se em consideração os conteúdos de cada narrativa a partir da observação dos aspectos significativos aos objetivos da pesquisa. Elegi as seguintes categorias analíticas: maternidade precoce, transgeracionalidade, estudos/trabalho, conjugalidade e violência doméstica. Estabeleci também uma categoria analítica geral através da qual discuto aspectos da maternidade negra como estudos/trabalho e maternidade precoce.

Para as considerações finais expus os principais aspectos de cada narrativa, os impactos e/ou problemas relacionados à maternidade, tendo seu desdobramento a toda a família, lançamos alguns questionamentos sobre as influências históricas e culturais presentes na maternidade em mulheres negras.

A cidade de Teixeira de Freitas, outrora conhecida como “comercinho dos pretos”, segundo Pedro Guerra Filho, antigo vice-prefeito de Alcobaça, passou a ser chamada por Tira banha, graças a um episódio ocorrido com Manoel de Etelvina, episódio no qual o mesmo foi esfaqueado, perdendo, sangue e uma quantidade de gordura abdominal, o que levou o antigo “comercinho dos pretos” a ser chamada de Tira banha, até meados dos anos de 1957, quando passou a ser chamada de Teixeira de Freitas, a partir de quando se desvinculou politicamente de Alcobaça, passando a contar com administração local. Nota-se que as primeiras pessoas a compor o povoado de Teixeira de Freitas eram negras, daí o nome “comercinho dos pretos”, a família de Manoel de Etelvina teve grande importância para o desenvolvimento local do comércio/economia da época contribuindo para sua expansão e emancipação. O nome de batismo, uma “homenagem ao baiano Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890 – 1956), que fazia parte da comissão interministerial criadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde ocupou o cargo de primeiro secretário-geral no período de 1934 a 1948”, (FERREIRA, p. 11).

Figura 1 – Teixeira de Freitas. Área do atual Ambulatório Central em meados dos anos 1980



Fonte: www.tirabanha.com.br

Figura 2 – Rua Pedro Álvares Cabral. Área do Ambulatório Central



Fonte: Google Maps.

Figura 3 – Bairro Liberdade II.



Fonte: Google Maps.

As relações étnico-raciais são formadas historicamente mediante a construção de imagens e representações sociais. Stuart Hall (2016) concedeu uma pista argumentando sobre várias estratégias que visam intervir no campo das representações. Ensina ele que uma das estratégias é contestar as imagens negativas em relação aos negros e direcionar as práticas representacionais sobre raça, gênero e classe para ser possível trilhar um caminho menos árduo a população negra.

Os primeiros antropólogos da linguagem, como Sapir e Worf, levaram a ideia de representação, sua lógica extrema quando argumentaram que todos nós estamos, por assim dizer, presos em nossas perspectivas culturais ou estruturais mentais, e que a linguagem, é a melhor pista de que dispomos para entender esse universo conceitual. (HALL, 2016, p.43).

Nas diversas sociedades, entendo haver relações entre determinado universo cultural e as representações sobre ele elaboradas, às quais, se configuram como espécies de símbolos segundo os quais uma população é dada a ler. Na Bahia, historicamente, as representações sobre ela elaboradas, de alguma forma, foram assimiladas e introduzidas nos nossos processos de sociabilidades e escolarização. Algumas dessas representações, lamentavelmente, coisificaram e objetificaram a população negra desde os idos coloniais. Se tomarmos como referência as narrativas dos cronistas e viajantes e as imagens que forjaram sobre a Bahia, a maioria esmagadora daquelas imagens-narrativas desumanizou a população negra, tratada invariavelmente como pária.

Por outro lado, ao revés, as outras representações sobre as elites do poder, inevitavelmente, as pintavam como modelos ideias de civilidade aos quais a maioria da população deveria seguir, adotando-os, de maneira impositiva.

Hall argumenta que alguns signos, tais como, alunos, clientes, pacientes, passageiros, consumidores sofreram modificações no decorrer do tempo. Estas variações nos possibilita compreender que as palavras, constantemente, saem do uso comum e novos termos são arranjados para significar um mesmo objeto. Entretanto, em que pese às transformações léxicas, em diversas temporalidades históricas, as narrativas são enunciações que nos possibilita entender como em uma época, os sujeitos pensam, elaboram e praticam as suas existências e, neste sentido, diferentemente das representações, as narrativas acionam outras estratégias e elementos discursivos.

As identidades negras são atravessadas por estratégias de desmobilização e sujeição que incidem em espécies de distúrbios sociais de negação. Dessa maneira, para a reversão dessa situação, é necessário que as representações elaboradas sobre e para a população negra positivem historicamente a nossa existência. Neste sentido, mais uma vez, as narrativas comportam elementos discursivos de cuja tessitura se constitui como estratégia que possibilita melhor conhecer as histórias das populações negras afro-diaspóricas, sobretudo, contemporaneamente.

A relação entre o significante e o significado conforme Saussure, é fixada pelos nossos códigos culturais, não sendo permanente. Os conceitos aos quais se referem mudam conforme o contexto histórico. Há um constante deslizamento no processo de interpretação, uma vez que o leitor pode fazer sua interpretação diferente do que o autor queria dizer. Desse modo, o leitor é tão importante quanto o escritor na produção do sentido. Hall (2016, p.99) assinala que na abordagem foucaultiana, o sujeito é produzido no discurso.

A exemplo, tijolo (significado e significante). Quando peço ao ajudante que passe o tijolo e o assente ao muro; o primeiro ato é linguístico já o segundo é extralinguístico. Segundo o autor, o fato de existir a distinção entre eles, não deixam de serem conectados porque ambos fazem parte da construção do muro. Para o autor, discurso é o conjunto de relação sistemática que ocorre com o objeto. Entretanto o fato de uma bola de futebol ser uma bola somente integrada às relações sociais construídas não significa, que dessa forma ela deixa de ser um objeto físico. Conforme Wittgenstein, está cada vez mais aceito que o significado de uma palavra é completamente dependente do contexto. (p. 128)

Kabengele Munanga (2012) argumenta sobre a importância da história para compreendermos melhor o conceito de identidade negra. Segundo ele, faz todo sentido à frase “tudo é história”, pois, “tudo tem uma história”. Visto deste ponto de vista, a identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e/ou negras e amarelas, (MUNANGA, 2012, p. 1).

A história precisa ser recontada, incluindo-se aí, a episteme negra, tal como adverte Muniz Sodré, “o pensamento nagô é uma provocação à reversibilidade dos tempos e à transmutação dos modos de existência (...)”, (2017, p. 23). De acordo com a perspectiva aberta por Munanga, acredito na possibilidade contar uma história sobre maternidade negra tendo como referência analítica as narrativas que elas elaboram sobre suas experiências. Segundo o autor, a história de um povo é o ponto de partida do processo de construção de sua identidade, sendo que, as identidades negras são percepções sobre si também constituídas através das relações interpessoais e políticas que os indivíduos estabelecem, mas que estão em transformações contínuas.

Comecei minha peregrinação na temática da identidade negra com a publicação em 1986, de um pequeno livro intitulado *Negritude: Usos e sentidos*, publicado pela Editora Ática. E, treze anos depois, em 1999, publiquei *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus a Identidade Negra*, pela Editora Vozes. Entre esses dois livros, publiquei uma dezena de artigos. (MUNANGA, 2012, p. 2).

Munanga, apresenta um pequeno panorama sobre sua obra, contabilizando o intervalo de uma década entre cada publicação. Destaca a dificuldade em fazer uma análise e determinar uma identidade negra permanente dada a sua permanente reversibilidade, uma dinâmica inesgotável. O Brasil é um país etnicamente diverso e pluricultural. Entretanto, pensando no que se convencionou denominarmos identidade brasileira, reforço a crítica e o entendimento dos estudiosos segundo os quais, a formação de uma suposta identidade nacional se deu a partir da subjugação cultural. Como dito por Munanga,

[...] todas as identidades são construídas, daí o verdadeiro problema de saber como, a partir de que e o porquê. A elaboração de uma identidade empresta seus materiais da história, da geografia, da biologia, das estruturas de produção e reprodução, da memória coletiva e dos fantasmas pessoais, dos aparelhos do poder, das revelações religiosas e das categorias culturais. (MUNANGA, 2012, p. 3).

Para a realização deste estudo, a leitura de Munanga me possibilitou melhor entender as narrativas de mulheres negras sobre as suas experiências de maternidade no bairro Liberdade II, como elas elaboram se entendem mulheres-mães-negras a partir dos símbolos e ícones culturais que nos identificam como pessoas negras.

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento (...). Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo, sempre sendo formada (...). Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento”. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros”. (GUIMARÃES, 2018 apud HALL, 2015, p. 24).

Dessa maneira, identificamos que a identidade é algo que pode ser formado ao decorrer das práticas do cotidiano das pessoas na sociedade, podendo variar de acordo suas crenças e valores éticos ao qual está inserida; é um processo inacabado que estará sempre em andamento.

Munanga reafirma que identidade está relacionada à diversidade, e dessa maneira,

O conceito de identidade evoca sempre os conceitos de diversidade, isto é, de cidadania, raça, etnia, gênero, sexo, etc. com os quais eles mantem relações ora dialéticas, ora excludentes, conceitos esses também envolvidos no processo de construção de uma educação democrática. (MUNANGA, 2012, p. 4).

A tomada de consciência das diferenças desemboca em processo de formação das identidades contrastivas hétero-atribuídas e auto atribuídas. Desse modo, os processos identitários são estritamente ligados à história da humanidade e, por isso, está em constante transformação e parte de uma tomada de consciência do indivíduo, do seu pertencimento enquanto pessoa.

No artigo “Que negro é esse na cultura popular negra”? (2003), Hall questiona sobre o momento no qual se colocou a questão da cultura negra de massa. Aos nossos dias, as questões apresentadas pelo autor continuam pertinentes. Aproximando para o nosso contexto, é possível dialogar com autor no sentido que é importante destacar que surgiram mudanças na sociedade que impulsionaram mudanças em diversos conceitos, entre eles culturais, sociais e econômicos que refletiram diretamente sob a população negra.

A Lei 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura africana e afro-brasileira. Um passo a mais no sentido da inauguração de outras abordagens sobre as histórias relacionadas às populações negras brasileiras, nossa cultura e fortalecimento identitário. A partir dessa perspectiva, a cultura implica diretamente na construção identitária do indivíduo perpassando pelos respingos as transformações ocorridas na sociedade em geral. Entretanto, para Hall, “a cultura não é uma prática; nem apenas uma soma descritiva dos costumes e culturas populares das sociedades, como ela tende a se tornar em certos tipos de antropologia”, (2016, p. 135).

A cultura permeia as relações sociais e interpessoais que vive em constante transformações conforme as diversidades identitárias. O entendimento sobre conceito de

cultura hoje é muito diferente, se compararmos com a época em que nossos avós viveram. Por exemplo, para nossos avós, o casamento só era possível entre pessoas de sexo distinto, compreensão muito distinta da que praticamos aos nossos dias. Nesse sentido, os Estudos Culturais contribuíram na ampliação do entendimento sobre cultura, como algo que se relaciona a todas as atividades humanas.

Hall (2016, p.143), define cultura como os sentidos e os valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, como ocorre atualmente, onde a população negra está localizada nas margens das cidades com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições e práticas vividas através das quais esses “entendimentos” são expressos e nos quais estão incorporados tentando uma existência diária e constante, em todos os espaços. Trata-se de onde e como as pessoas experimentam suas condições de vida na sociedade, como as definem e a elas respondem definindo a razão de cada modo de produção também uma cultura. Tornando as lutas entre as classes sempre uma luta entre modalidades culturais.

Conforme Hall, a cultura funciona como mecanismo dessa engrenagem que coloca os sujeitos em situação social subalterna, como ocorre com as mulheres, mães negras aqui em discussão, mas trazem as suas contraposições em seus repertórios e traz à tona sua própria realidade e onde é preciso enxergar seu hibridismo e a estética negra carregada de significados também afrodiaspóricos contemplando sua identidade. Desse modo as mães negras carregam em suas experiências os atributos que são impostos pela sociedade antes mesmo do nascimento dos seus filhos e filhas.

O momento essencializante é fraco porque naturaliza e des-historiciza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético. “No momento em que o significante “negro” é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo”. E, também, o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural. (HALL, 2016, p. 338).

A cultura popular carrega a ressonância afirmativa por causa do peso da palavra popular. E, em certo sentido, a cultura popular ter sempre sua base em experiências, prazeres, memórias e tradições do povo, (HALL, 2016, p.340). A cultura popular ficou

com os adjetivos pormenores, do que é sem classe, conseqüentemente, o popular está atrelado aos corpos negros, entretanto, a sociedade vem utilizando os corpos negros como único capital cultural possível. Desse modo, para que uma pessoa de pele negra tenha reconhecimento em uma determinada área, deve provar constantemente seu potencial, sendo preciso muito mais esforço e dedicação do que uma pessoa de pele branca, uma vez que, aos negros ainda estão reservados os estigmas do corpo cultural exótico, utilizando dos seus corpos como as únicas representações possíveis. O autor nos provoca a pensar que as culturas populares é onde encontramos nosso reflexo e representações sobre nós mesmos. Partindo do pressuposto que a educação se constitui como um dos principais ativos e mecanismos de transformação de uma população, é papel da escola, de forma democrática e comprometida, promover o ser humano em sua integralidade, estimulando-o na formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo.

A educação sempre foi tomada como veículo de luta política para a população negra, uma vez que, teve esse direito negado por gerações. Historicamente, a escola brasileira ensejou uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atingiu a população negra. De acordo com o Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não fossem admitidos escravos e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabeleceu que os negros só pudessem estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares.

Só após a promulgação da Constituição de 1988, o país efetivou o estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana. Contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que, historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas.

Essa dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, analiso algumas questões sobre mulher e maternidade negras entre os séculos XIX e XX. No segundo, discuto formatações da família negra nos inícios do século XXI e, no terceiro, apresento

as narrativas sobre as experiências de maternidade entre mulheres negras em Teixeira de Freias.

Capítulo 1

2 MULHER E MATERNIDADE NEGRAS NA BAHIA DE OUTRORA

Os estudos sobre a família negra é pauta candente nos diversos espaços que procuram tratar da história do negro no Brasil e também em outros países pelo mundo, o que nos exige esforço para conhecer a história das populações afro-brasileiros submetidas aos processos de escravidão que se estendeu por mais de três séculos e meio, e que ainda hoje, nos inícios do século XXI, insiste em primar pela subjugação dos repertórios culturais relacionados à ascendência africana e afro-brasileira.

É preciso considerar o contexto histórico e as normas sociais que imperaram a época e suas implicações diretas no relacionamento conjugal entre pessoas negras, bem como, a união entre pessoas fenotipicamente distintas. Nos anos 1870, pouco antes da promulgação da Lei Áurea (1888), a sociedade colonial impunha dificuldades para a consolidação matrimonial, o que prejudicava, sobremaneira, a população negra, pois, quase nunca dispunha da quantia necessária para pagar os trâmites burocráticos junto à igreja e ao Estado.

É importante considerar o lugar que as mulheres, mais especificamente, as mulheres negras, ocuparam na sociedade escravista. Era grande o número de mulheres que chefiavam os núcleos familiares como provedoras de suas casas. Muitas entre elas sequer chegaram a experimentar uniões matrimoniais duradouras, fato à constante prática masculina de sair de casa e não mais retornar. Eni de Mesquita Samara sintetizou as dificuldades enfrentadas pela população negra relacionadas às conjunções matrimoniais:

Na sociedade paulista do século XIX, percebemos que as normas impostas pelas elites dificultaram os matrimônios e os circunscreveram a determinados círculos. Interessada na manutenção do prestígio e da estabilidade social, a elite paulista do século XIX, de olhos cerrados para a realidade, que a cercava, procurava limitar os casamentos mistos quanto à cor, assim como em desigualdade de nascimento, honra e riqueza. (SAMARA, 1989, p. 42).

Fica evidente o quanto era difícil para a população negra constituir família devido, dentre outros fatores, ao projeto eugenista novecentista que objetivava consertar o defeito de cor (GONÇALVES, 2016) dificultando os casamentos inter-raciais.

Alberto Heráclito Ferreira filho nos informa sobre as mulheres negras na passagem entre finais dos séculos XIX e início do século XX, as suas lutas e as resistências pela sobrevivência na Bahia:

As mulheres pobres baianas sempre foram muito observadas e pouco estudadas. O viajante estrangeiro, em seu natural interesse pela diferença, tratou de registrar, desde há muito tempo, o cotidiano feminino popular na Bahia. No século 19, quando os registros de viagem se fazem com frequência, notícias das mulheres pobres de Salvador. James

Wetherell, na década de 1850, descreveu a maneira “pitoresca” de as mães trabalhadoras carregarem os “pobres pequenos infelizes”, ou seja, atados às costas. (FERREIRA FILHO, 2003, p. 19).

O fator que me atraiu para leitura e diálogos com Ferreira Filho se relaciona com a sua perspectiva de análise sobre mulher e maternidade negras. O estudo que este historiador empreendeu nos possibilita entendê-lo como uma importante referência para o estudo sobre as duras condições em que viviam as mulheres negras baianas e as estratégias diariamente por elas acionadas para a sua sobrevivência, dos seus filhos e filhas, demais parentes e conhecidos. Na Bahia, historicamente, inúmeras famílias foram e continuam sendo administradas por mulheres negras com seu trabalho criativo e criador, fosse como engomadeiras, fateiras, lavadeiras, feirantes, costureiras, vendedoras de comidas em tabuleiros, dentre uma infinidade de ocupações.

Ferreira Filho (2003) destacou que “em Salvador, com muita frequência, a criação dos filhos e a manutenção da família era exclusivamente femininas”, (2003, p.19). Dessa maneira, o autor enfatiza que na capital baiana, era comum o fato de mães negras estarem sempre trabalhando em companhia dos seus filhos para poder mantê-los, uma vez que, não haviam com quem deixá-los, sendo que a cidade não tinha implantado nenhuma política pública que atendessem as mulheres, muito menos as mães negras. Mais fortemente durante a primeira metade do século anterior, foram incontáveis os registros observados nos periódicos que circulavam em Salvador sobre o que denominavam “infância abandonada” ou “infância ao léu”, (NUNES NETO, 2005).

Em muitas situações de trabalho, as mães negras não podiam levar os seus filhos e filhas consigo, e também não tinha com quem os deixar, neste sentido, na ausência de suas mães, crianças e adolescentes perambulavam por ruas, becos e vielas de Salvador, muitas entre as quais, se tornaram alvos dos frequentes ataques, tanto da municipalidade

soteropolitana quanto dos diversos acidentes que as acometiam. A situação em que viviam inúmeras crianças em situação de rua motivou o romancista Jorge Amado que, em 1937, publicou o livro *Capitães*. Igualmente, as que acompanhavam as suas mães, tinham ali o aprendizado de um ofício, invariavelmente, passado entre distintas gerações.

No Brasil, na segunda metade do século XIX era latente o discurso da maternidade científica. Naquele momento, se descortinou uma série de práticas discursivas médicas que visavam promover a profilaxia da maternidade, contexto no qual, muito se criticou as amas-de-leite, por exemplo, que passaram a não ser recomendadas. “A fragilidade dos nervos, a conformação da mama, as doenças familiares, a debilidade física da mãe, entre muitos outros surgiram como motivos suficientes para desaconselhar à amamentação”, (XAVIER, 2012, p, 200).

Em que pesem as práticas higienistas e profiláticas, na Bahia, as mulheres negras continuaram amamentando os filhos e as filhas de suas senhoras ou patroas durante muito tempo, sobretudo porque, muitas mulheres brancas, por questões de ordem meramente estéticas ou de insuficiência de leite, não amamentavam suas crianças.

Após a promulgação da Lei Áurea de 1888, comumente se notava em diversas propriedades a presença de escravos, fosse no eito ou na realização dos serviços domésticos, cumprindo com as tarefas então entendidas como impróprias para as donas de casa. Ao longo da pesquisa, não consegui identificar em quais condições e em qual tempo as amas de leite cuidavam dos seus próprios filhos. Portanto, há que se observar como ao longo da história as mulheres negras desenvolveram sentimentos em torno de suas experiências de maternidade, já que lhes restavam pouco tempo para dedicarem-se aos seus próprios filhos e filhas.

O estudo elaborado por Cecilia Moreira Soares (1994) argumenta sobre a mulher negra no século XIX, no âmbito doméstico como escravas e/ou como escravas de ganho, que alternavam a realização de serviços dentro e fora da casa dos seus senhores e ainda os remunerava pela sua liberação para a prestação de serviços nas ruas de Salvador. Trabalhando com fontes diversas encontradas nos arquivos públicos da Bahia, Soares promoveu uma espécie de étno-cartografia sobre as mulheres negras baianas, um estudo que à época de sua elaboração, revelou-nos uma abordagem inédita para a história das mulheres negras brasileiras, tornando-se uma importante referência sobre a temática. A historiadora classificou os primeiros estudos baianos sobre a população negra em três fases:

A primeira está representada pelas investigações do médico Raimundo Nina Rodrigues, que se dedicou à descrição e análise das manifestações religiosas, onde predominavam as mulheres de cor. Ao tratar dos "usos e costumes" dos negros, descreve os aspectos mais manifestos da mulher negra, como o vestuário, os adornos, a culinária, sem deixar de lado as diferentes formas de ganhar a vida. (SOARES, 1994, p. 3).

Cecília Soares apresenta-nos considerações sobre os apontamentos de pesquisa como aqueles elaborados por Manoel Querino, ensaísta que, pela natureza dos registros de pesquisa que realizou, pode ser lido como um dos precursores na sistematização das práticas culturais afro-brasileiras na Bahia, mas, de cujo método de pesquisa durante muito tempo foram combatidos por outros estudiosos de sua época, (LEAL, 2009). Sobre este aspecto da escrita elaborada por Manuel Querino, Soares argumentou que narrativa por ele praticada, promovia abordagens

[...] do cotidiano dos negros baianos, sem se preocupar com o rigor metodológico e a erudição científica de seu antecessor. Referindo-se às mulheres negras, além dos comentários acerca de sua vida religiosa, enfatizou as características das diversas "tribos" importadas, destacando essencialmente as qualidades específicas de suas mulheres. (SOARES, 1994, p. 4).

Segundo a historiadora, tal como abordado por Querino, “era a origem étnica que determinava o caráter e as qualificações para o desempenho de determinadas funções ocupacionais, no que foi seguido por diferentes autores que depois trataram da matéria” (1994, p. 4). Dessa maneira, entendo a reserva de algumas atividades para a população negra como se fosse algo natural como uma permanência histórica que, aos nossos dias, preconceituosamente, relaciona, vincula e atribui muitas atividades de trabalhos, lidas como de menor prestígio, para as pessoas negras. Dizendo de outra maneira, trata-se de uma espécie de reminiscência dos tempos idos da escravidão que, decorrido mais de um século do seu fim, persiste e insiste na reserva dos melhores cargos, postos e funções para as pessoas.

Marcia Leite Borges (2015) analisou que, muitas vezes, não é a capacidade, o merecimento ou escolaridade que determina a diferença salarial, mas sim, os aspectos fenotípicos. É possível afirmar que a pobreza no Brasil tem cor e gênero preferenciais: negra e mulher. Isso não significa que os homens negros, diferente das mulheres negras, gozem de algum tipo de vantagem e de privilégio, significa que as mulheres negras,

majoritariamente, possuem situação econômica muito inferior quando comparado aos homens negros, como analisado por Marcia Leite Borges no artigo “Desigualdades Raciais e o Mercado de Trabalho no Brasil” (2015).

As mulheres ganham, em média, 27% a menos do que os homens. A diferença é histórica, mas não é uma unanimidade. A partir de recortes da base de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE), existe uma única situação em que ela recebe mais do que ele: a mulher branca tem um rendimento médio 35% maior do que o do homem negro. Quando essa comparação é invertida, a mulher negra recebe menos da metade (R\$ 1.394) do que um homem branco (R\$ 3.138). (<https://www.otempo.com.br/economia/mulher-so-ganha-mais-quehomem-quando-ela-e-branca-e-ele-e-negro-1.2265517>).

Conforme os dados anteriormente mencionados, nota-se que as mulheres negras permanecem na última posição social, percebendo remuneração e renda mensais inferiores aos obtidos, respectivamente, pelos homens brancos, pelas mulheres brancas e pelos homens negros. De acordo com Nícia Raies, pesquisadora da Fundação João Pinheiro (FJP), não temos balizas satisfatória que nos permita afirmar que o racismo é maior do que o machismo. Em sua avaliação, ela ponderou que, “na verdade, os dois estão interconectados e, juntos, geram resultados muito negativos. O que acontece é que as mulheres avançaram mais no sistema de ensino, e, por vários motivos, inclusive culturais, aconteceu o contrário com o homem negro”, (2019, p. 01).

Em suas referências, Cecília Moreira Soares cita Luiz Viana e as pesquisas por ele desenvolvidas sobre o negro na Bahia, aquelas, baseando-se em documentação encontrada em arquivos nacionais e estrangeiros, promoveu uma nova conotação a estes estudos. Segundo a historiadora, Viana não elaborou pesquisas profundas sobre as mulheres negras, mas apresentou pistas valiosas sobre a sua presença nas cenas cotidianas de Salvador de outrora. Soares enfatiza que Luiz Viana, seguindo Gilberto Freyre, deu ênfase à mulher negra na função das amas-de-leite, salientando a relação de afetividade que mantinham com as crianças brancas, ao qual amamentavam e cuidavam, e das suas práticas como rezadeiras no Recôncavo.

O estudo elaborado por Soares apresenta uma amostra das tendências e preocupações que caracterizaram a historiografia baiana até fins dos anos quarenta do século XX. A autora elaborou uma crítica em relação aos estudos feitos sobre a mulher negra até aquele período, os quais, limitavam-se, de forma estereotipada, ao contexto da

religião ou de hábitos e costumes. Desse modo, tinha uma visão limitada e pouco analítica sobre as mulheres negras.

O intervalo entre os anos 1960 e 1990, corresponde ao terceiro momento dos estudos da população negra na Bahia. Caracteriza esta fase, a criação de centros de estudos sobre o negro, como o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia fundado em 1959; o aumento do interesse acadêmico pela temática da negritude, o fortalecimento dos movimentos de resistência negra, a fundação do Movimento Negro Unificado, dentre outras formações.

Naquele período, de acordo com Cecília Soares, surgiram importantes trabalhos como os elaborados por Pierre Verger, Kátia Mattoso, Stuart Schwartz, João Reis, Maria José Andrade e Inês Oliveira, dentre outros, que refletiam, diferenciadamente, as tendências e abordagens da historiografia da escravidão baiana.

Soares (1994), observou que as pesquisas realizadas, até aquele dado momento, pouco revelavam o cotidiano das mulheres negras baianas, ainda que tenham sido elaborados importantes estudos sobre as negras baianas, fundamentalmente, relacionados à sua presença no *modus operandi* do trabalho baiano, tanto quanto, a sua presença nos candomblés soteropolitanos, merecendo destaque, *Cidade das Mulheres* escrito por Ruth Landes em 1967, um estudo seminal que ensejou outras pesquisas sobre este universo temático. Mulheres negras como tema/objeto de pesquisa conheceu um maior fôlego quando do impacto dos movimentos feministas dos anos 1970 que apontaram para a necessidade de uma nova história social das mulheres, neste caso, das mulheres negras.

Para a historiadora, fosse escrava ou liberta, a cada dia conquistava seu espaço como forma de resistência e sobrevivência:

Participava de quase todos os setores do mundo do trabalho, criando mecanismos para sobreviverem e viver e ganhar a vida dentro e fora da escravidão. Para muitas significava lutar contra a miséria e a fome, além de procurar contornar os limites impostos pela escravidão nos papéis sociais que desempenhavam. No setor urbano estavam inseridas, principalmente, nas atividades domésticas e no ganho, vivendo diariamente nas ruas. (SOARES, 1994, p. 20).

Com as negras baianas, africanas ocupavam a base da pirâmide social à época, muitas, inclusive, eram preteridas para a realização de serviços domésticos uma vez que,

muitas senhoras consideravam que as negras baianas possuíam costumes culturais menos ofensivos.

A maternidade negra, quando objeto de reflexão, era reduzida a conclusões invariavelmente preconceituosas. O fato da não recomendação dos médicos a amamentação das crianças brancas, em nenhum momento, foi pensando na sua condição enquanto mãe negra, mas sim, ao fato de atribuir ao leite da negra como algo nocivo à saúde do bebê e aos bons costumes da família, sendo que o discurso eugenista afirmava que o leite da mãe negra transmitia valores e costumes, além de algumas doenças, justificando a causa de mortes das crianças brancas.

O momento em que Soares trata mais enfaticamente em seu estudo sobre a maternidade negra, ela observou que “o descuido da ama de leite para com a criança branca devia ter existido, até mesmo, como reação à impossibilidade de ser mãe plena do seu próprio filho. Mas não podemos negar que pudesse existir afetividade entre a ama negra e a cria branca”, (p.37).

Muitas amas-de-leite foram acusadas de maltratar as crianças que amamentavam. Transtornavam-se com o fato de não puderem nutrir os seus próprios filhos, muitas vezes, delas separados, brutalmente, desde recém-nascidos.

Ser ama-de-leite significava, forçosamente, abrir mão da maternidade. Muitos senhores preferiam que essas mulheres não dividissem seu leite entre seus filhos e os delas. Alguns anúncios são muito claros, como este: "Precisa-se de uma ama de leite e prefere-se a que não trouxer filho". Talvez o grande número de crianças negras abandonadas na Salvador da época, decorresse da venda separado das suas mães. (SOARES, 1994, p. 31).

Sueli Carneiro (2011) sinalizou que as mães negras são mulheres fortes, inadvertidamente, não compondo as narrativas sobre uma suposta fragilidade feminina.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis (CARNEIRO, 2011, p. 1).

No Brasil, nós mulheres negras somos responsáveis pela manutenção e provimento da maioria dos lares. De acordo com Carneiro, “(...) fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas (...)” (2011, p.1 No terceiro capítulo desta dissertação, observaremos nas narrativas das mulheres negras de Teixeira de Freitas que, em muitos aspectos, este cenário prevalece).

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p. 4).

Carneiro assinalou existir contradições e desigualdades em diversas áreas da sociedade, enfatizando as desigualdades entre as mulheres brancas e negras. Desse modo, é fundamental contribuir para o descortinamento de questões que envolvem a maternidade no contexto das relações étnico-raciais através das narrativas das mães negras, uma vez que, urge a elaboração de políticas públicas específicas para este contingente populacional.

No decorrer da pesquisa, me dei conta de que através da partilha das experiências de maternidade do conjunto de mulheres negras moradoras do bairro Liberdade II, poderia contribuir com outras pesquisas e estudos que enfatizam as desigualdades socioeconômicas e culturais a que estão submetidas às mulheres negras em Teixeira de Freitas. Dizendo de outra maneira, através do compartilhamento das narrativas de maternidades negras, ambiciono poder contribuir para a criação de ações políticas que possibilitem as mães negras teixeirenses emanciparem-se.

2.1 ABOLICIONISMO E MATERNIDADE

Conforme Camila Cowling (2010), os resultados do Livro de Ouro¹ “foram insignificantes em termos numéricos, vez que o fundo libertou 797 pessoas no total, representando somente 3% da diminuição da população escravizada da cidade nesse

¹ . Os escravos, senhores de escravos eram indenizados por meio de um fundo de emancipação chamado “Livro de Ouro” pela Câmara Municipal em 1884 obtendo dessa forma a liberdade.

período (de 24.615 em 1884 a 7.488 em 1887) ”. O que Cowling (2010) nos provoca a analisarmos desse dado histórico é o fato das mulheres representarem 76% das pessoas libertas, ou seja, as mulheres eram as quem mais trabalhavam em busca da liberdade, priorizaram explicitamente a emancipação. A autora supracitada faz alguns questionamentos:

De onde vinha o interesse em libertar mulheres? Será que elas mesmas tiveram papel decisivo em sua própria libertação? E quais foram às expectativas em torno da liberdade criadas pelos diversos participantes, desde os vereadores, até a família Imperial, passando pelas mulheres, escravizadas e libertas? (COWLING, 2010, p. 215).

Observa-se através das leituras Cowling (2010) que a maternidade e o feminismo se tornaram relevantes dentro dos discursos abolicionistas da época. Embora se utilizasse a figura da mulher-mãe apelando para o vínculo materno entre mãe e filhos para sensibilizar a Câmara Municipal da Corte, nunca se discutiu o motivo para a libertação dessas mulheres. A autora afirma que é como se o motivo parecesse ser óbvio. Tal lógica não operava tão somente no plano de ideias legais abstratas ou de debates das elites sobre o processo de emancipação. O que refletia a cultura “feminizada” do abolicionismo no Brasil nos anos de 1880. Assim, a maternidade do feminismo se tornou relevante nos discursos abolicionistas da época.

A Lei do Ventre, também conhecida como Lei Rio Branco, foi promulgada em 28 de setembro de 1871. Através deste instrumento legal, os filhos das escravas nascidos a partir daquela data estariam livres. Entretanto, a realidade foi bem outra porque os filhos nascidos de mulheres escravizadas foram utilizados pelos senhores de suas mães para a realização de diversos serviços em suas propriedades uma vez que as crianças haveriam de permanecer aí até completasse dezoito anos.

As alforrias aconteceram não por acaso em grande maioria para as mulheres. Segundo Cowling, o regulamento do livro de ouro priorizava as mulheres que tivessem seu próprio pecúlio, ou seja, condições financeiras para custear, as mulheres negras tiveram que pagar caro para ter direito a sua própria liberdade. As mulheres libertas contribuíram com 71% do preço total de sua própria indenização. Além disso, a própria resistência à escravidão, através da fuga para quilombos, suicídios, sabotagem à produção, assassinato de senhores levavam a um real clima de insegurança para as elites. Era comum ato de mães negras

escravas, mesmo sem saber ler, promoverem cartas de apelo por suas alforrias e de seus filhos.

Em uma visada, não é forçado dizer que as mulheres negras protagonizaram as suas libertações e, quando conseguiam, “permaneciam nas ruas procurando nas poucas oportunidades de trabalho o mínimo para sobreviverem. Nas ruas teriam que se defender e lutar contra os conflitos no seu próprio meio social”, (SOARES, 1994, p. 94). Dessa maneira, as mães negras ainda contam com a sorte ao deixarem seus filhos em suas casas para irem em busca do sustento, seja nas casas de famílias, seja nas lavouras ou nas ruas.

A historiadora sinaliza para o que passou a ser entendido como interseccionalidade quando argumenta que “as mulheres negras que viviam nas ruas estavam sujeitas a violências e agressões relacionadas ao seu gênero, sua cor e classe”, (p. 98). Tomando como válidas as questões analisadas por Cecília Moreira Soares em seu estudo, chamo a atenção para o quanto nós mulheres negras ainda precisamos lutar para romper o nó que continua nos atando impondo-nos sofrimentos diversos.

Em alguma medida, aos nossos dias, é possível dizer ter havido alguns avanços no que tange às condições sociais a que estão submetidas às mulheres negras. Entretanto, sabemos que ainda se configura uma bandeira de luta as pautas da agenda política das mulheres negras, vide as ações e questões que contemporaneamente são discutidas e reivindicadas pelo feminismo negro, sobretudo, no que diz respeito aos novos arranjos familiares deste início de século XXI, questão que discuto no próximo capítulo.

Capítulo 2

3 MULHERES NEGRAS, FAMÍLIA E TRABALHO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta. Simone de Beauvoir

Analisando o perfil e o enquadramento social das famílias negras nos séculos anteriores ao presente, quais mudanças encontraremos? Certamente, as possibilidades de análise são tão diversas quanto os arranjos familiares possíveis. Contudo, observando as mudanças e as permanências que atravessaram as estruturas familiares negras desde os séculos precedentes, podemos afirmar, seguramente, a centralidade que as mulheres negras ocupam nos diversos arranjos familiares.

Dessa maneira, neste capítulo, discuto algumas permanências no sentido do protagonismo feminino negro nas diversas configurações de famílias na Bahia, atentando para as condições socioculturais e materiais dessa população. Para essa análise, utilizo a perspectiva que Cynthia Andersen Sarti (2011) elaborou sobre família pobre, e ainda que não estabeleça pistas sobre os fenótipos familiares, como a devida atenção, se percebe tratar-se, fundamentalmente, das famílias negras.

Conforme Sarti (2011), nas famílias negras, existe uma espécie de atribuição de autoridade pautado na diferenciação de gênero e nos papéis ocupados pelos homens e mulheres. Dessa maneira, a autoridade feminina relaciona-se à condição de maternidade, num universo simbólico que faz da mulher, quase que invariavelmente, a responsável pelos desígnios dos seus filhos e filhas. Soma-se a isso, o lugar naturalizado reservado as mulheres pobres e negras na realização das demandas domésticas. Do outro lado, a autoridade masculina se assenta no poder do não, do veto, da negação, do castigo, da austeridade, da misoginia, da repressão, dentre uma lista infinda de outros substantivos.

Historicamente, se tornou frequente o fato de, na maioria dos arranjos familiares negros, os homens promoverem o sombreamento entre diversos relacionamentos, sendo comum, gotejarem filhos em cada relação; ou, rompendo com as relações “oficiais”, saem de casa abandonando a companheira, filhos e filhas. Portanto, as mulheres negras

vetorizam tais arranjos familiares, invariavelmente, assumindo toda a responsabilidade na criação dos seus filhos e filhas e pela sobrevivência material destes.

Outro fator de permanência é a persistente fragilidade material a que são submetidas as famílias negras. Antes da abolição do trabalho escravo, algumas mulheres negras tinham seus empreendimentos, ainda que precisasse, muitas vezes, da figura masculina para representá-las. Aos nossos dias, muitas mulheres negras são provedoras de suas famílias, o que não, em algumas situações, não representa um problema para elas, uma vez que, cotidianamente se movimentam na procura por espaços no mundo do trabalho. Talvez movimento seja uma palavra que, historicamente, bem defina as mulheres negras pela centralidade que ocuparam e ocupam no encaminhamento de suas famílias.

Na Bahia, algumas mulheres negras se notabilizaram pelo trabalho empreendedor que realizam ao longo de séculos. Na Salvador contemporânea, a mais de quatro décadas, através da venda de comidas de tabuleiro, muitas mulheres negras continuam promovendo o sustento de suas famílias, a maioria delas, sem a presença dos seus maridos ou companheiros. Por exemplo, cantada em verso e prosa, pintada em um sem-número de telas, assim como compondo outras representações fílmicas, em espetáculos teatrais ou na teledramaturgia, as negras baianas continuam povoando o imaginário de criação entre diversos artistas, (NUNES NETO, 2019).

A população negra, majoritariamente, se encontra na extrema faixa de pobreza das cidades de variados tamanhos de norte ao sul do país. Pesquisando a relação mulheres negras e mercado de trabalho no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observei que os dados, embora se encontrem defasados, ainda são bastante representativos das condições materiais das negras brasileiras. Por exemplo, em referência ao fator população economicamente ativa para o descritor cor e raça, pardas e pretas representam, respectivamente, 39.788 e 8.384 pessoas. Em referência ao fator gênero, homens e mulheres representam, respectivamente, 39.364 e 29.679.

Mulher, mãe, solteira e negra. Compondo o perfil e/ou grupo mais vulnerável entre os pobres na Bahia, as mulheres negras representam 75,1% da população, sem cônjuge e com filhos em idade inferior a catorze anos, tendo como renda mensal, R\$ 413 (quatrocentos e treze reais). Em 2018, aproximadamente, 8 entre cada 10 habitantes do

estado da Bahia viviam nesse tipo de arranjo familiar, muito abaixo da linha da pobreza, perfazendo o total de 682 mil pessoas.²

O Brasil possui 54,8 milhões de pessoas sobrevivendo com menos de R\$ 406 (quatrocentos e seis reais) por mês, dois milhões de pessoas a mais que na última pesquisa divulgada em 2017. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que a proporção da população em situação da pobreza subiu de 25,7% para 26,5% em um ano. A pesquisa argumenta que um dos grupos mais vulneráveis é composto por pessoas que moram em domicílios formados por arranjos cujo responsável é mulher sem cônjuge com filhos com idade de até catorze anos, 56,9% dessas pessoas vivem em situação de pobreza. Ressalto que, se o responsável por esse tipo de domicílio (monoparental com filhos) é uma mulher preta ou parda, logo, os índices de pobreza crescem ainda mais, chegando a 64,4%. Da mesma forma, a pobreza atinge mais as crianças e adolescentes de até catorze anos de idade (43,4%) e homens e mulheres pretos ou pardos.

Partindo para análises mais abrangentes, é possível afirmar que as mães negras continuam vulnerabilizadas diante das desigualdades sociais econômicas brasileiras. Sem perspectivas, seus filhos e filhas, na maioria dos casos, reproduzem as duras condições de existência materiais a que tiveram acesso para as gerações futuras, condição que contribui na manutenção de modos de vidas pautado por privações diversas.

Em um levantamento bibliográfico realizado sobre o tema mulher e maternidade negras, me surpreendeu o fato que, entre os 87 trabalhos encontrados com os descritores mulher negra e o mercado de trabalho, apenas 4 trabalhos aprofundam a temática. Iara Vieira Rocha, no estudo *Carreira na percepção da mulher negra* (2016), afirma que não há novidade sobre as desigualdades que afligem as mulheres negras, pois, elas continuam ingressando no mercado de trabalho precocemente e em ocupações precárias, situação também verificada entre as mulheres negras que entrevistei aqui em Teixeira de Freitas para a realização deste estudo. A maioria delas, iniciaram suas trajetórias profissionais realizando trabalhos domésticos, sobretudo, na condição de diaristas, setor de trabalho que absorve muito essa mão-de-obra na cidade.

Reginaldo Guiraldelli em *Ser negra na precariedade das relações de trabalho* (2006) considera a grande parcela formada pelas trabalhadoras negras, porém, avalia sobre a impossibilidade de precisar este quantitativo nos bancos de dados. Tomando como

² Dados são do Estudo da Desigualdade por Cor e Raça, divulgados pelo IBGE.

válidas as observações elaboradas por Guiraldelli, compreendo que as mulheres negras ainda ocupam posições de subalternidade e de menor prestígio nas relações de sociabilidades e empregabilidades no mundo do trabalho, perpetuando-se na realização de atividades e serviços domésticos e manuais.

Pensando nessa infame realidade, questiono de que maneira, em que medida e em quais sentidos a elaboração de políticas públicas eficazes poderão possibilitar as mulheres negras serem inseridas no mundo do trabalho em condições outras que não as da subserviência e servilidade? Para a reversão desse cenário suponho ser necessário a elaboração de políticas eficazes de formação e qualificação voltadas para as adolescentes negras desde o seu processo de escolarização na educação básica. Como eu, centenas de milhares de mulheres negras no passado – e também no presente – não obtiveram o mínimo de instrução pautada na interseccionalização de raça, classe e gênero, perspectiva de formação que, sobre todos os aspectos, poderá contribuir para que as gerações de adolescentes negras como Maysa se tornem mulheres com outras perspectivas de formação profissionais.

No Brasil, numa época em que tanto discutimos a importância das representatividades, a passos bem tímidos começamos a contar com um número, ainda que pequeno, de mulheres negras inseridas em diversos setores da economia, fator que pode ser entendido como a gênese da reversibilidade da condição social em que ainda vivem a maioria esmagadora das mulheres negras deste país.

Em uma análise mais detida, Guiraldelli (2006) afirma que as mulheres negras e brancas ocupam nichos diferenciados no mercado de trabalho, nada que até aqui possa ser considerado como uma grande novidade. Entretanto, há que se considerar o fato de que as mulheres brancas pobres gozam de maior prestígio social quando comparada as mulheres negras pobres.

Por exemplo, no terceiro setor, os shoppings centers brasileiros, sobretudo, nos localizados em bairros mais centrais e bairros “nobres”, nas lojas onde são vendidas roupas do vestuário feminino, há uma desproporcionalidade no número de funcionárias brancas e negras, devendo-se registrar que na maioria das lojas consideradas de “elite” é quase que inexistente a presença de funcionárias negras, principalmente, das que não compõem o “modelo” estético lido como o normativo. Tema que, inclusive, pode motivar a realização de novos estudos sobre a presença das mulheres negras no mundo do trabalho.

No Brasil, no ano de 2016, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres negras compunham em 73% o quantitativo de trabalhadoras que se ocuparam de serviços relacionados aos cuidados de pessoas (cuidadoras de idosos, empregadas domésticas, babás, trabalhadoras do *home care*, etc.). Também, é possível verificar ser maior a desigualdade na distribuição de horas dedicadas as atividades de trabalho. Na região Nordeste, por exemplo, as mulheres negras se dedicaram cerca de 80% a mais de horas de trabalho do que os homens negros. Percentual que aumenta ainda mais quando computadas as horas destinadas a realização dos serviços em suas próprias casas. Portanto, nunca é tarde lembrar que as mulheres negras ocupam duplas jornadas de trabalho, dentro e fora de suas casas.

Em *As negras que conheci: uma análise sobre o cotidiano das trabalhadoras domésticas negras da cidade de Cruz das Almas/BA*, Jamile Campos da Cruz (2012) empreendeu uma análise sobre como as relações de gênero e raça influenciam ou determinam as estratégias de sobrevivência de dezessete trabalhadoras, tendo para isso, utilizado técnicas qualitativas de pesquisa com a aplicação de questionários e entrevistas com roteiro previamente estabelecido, no intuito de analisar os processos de inserção/exclusão das mulheres negras que desenvolvem o trabalho doméstico remunerado em Cruz das Almas,

A pesquisa de campo foi realizada entre dezessete trabalhadoras domésticas da cidade de Cruz das Almas nas residências onde prestam sua força de trabalho ou nas suas próprias. O intuito da pesquisa era coligir dados sobre as experiências de trabalho como empregadas domésticas a partir dos relatos daquelas trabalhadoras. Em seu estudo, Jamile Campos da Cruz analisou o processo de naturalização do trabalho doméstico entre e para as mulheres negras da cidade de Cruz das Almas, cidade do Recôncavo Sul da Bahia.

As experiências de trabalho entre mulheres negras domésticas em cidades médias das cidades do interior são piores e muito mais precária, coadunam diversos elementos, tais como, baixa remuneração, carga horária de serviço extensiva e superexploração da força de trabalho. Some-se a isso, o acréscimo de atividades extras (“bicos”) para completar a renda mensal e a inexistência de sindicatos e/ou entidades que cuidem da categoria.

Jacqueline Nogueira Cambota no estudo *Discriminação salarial por raça e gênero no mercado de trabalho das regiões nordeste e sudeste do Brasil: uma aplicação de simulações contrafactuais e regressão quantílica* (2005), analisou a discriminação

salarial por raça e gênero nas distribuições de salário segundo os setores de atividade, comparando as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

Para este objetivo, utilizou-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2002 e aplicou a metodologia semi-paramétrica – estimador *kernel* e outra paramétrica – de regressão quantílica. Na primeira, realizaram-se simulações contrafactuais para verificar como a distribuição de salários das trabalhadoras negras caso eles tivessem a mesma escolaridade que os trabalhadores brancos. Essas simulações mostram que existe discriminação contra mulheres e negros no mercado de trabalho em ambas as regiões. De acordo com Cambota, o método *kernel* mostra uma representação expressiva quanto a discriminação contra a raça negra que, no Sudeste, é maior em todos os setores de atividade.

Valdenice Portela Silva (2017) no estudo *A discriminação da mulher negra no setor industrial sergipano entre (2007-2014)*, analisa os impactos da norma de responsabilidade social empresarial. O objetivo do seu estudo foi observar os impactos da norma de responsabilidade social empresarial sobre a participação de mulheres negras (pardas e pretas) na indústria de transformação sergipana por meio da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no período entre 2007-2008 e 2013-2014.

Em suas análises sobre as estatísticas descritivas dos dados, Silva notou, em relação à discriminação de gênero, uma tendência a predominância masculina no setor da indústria de transformação sergipana: 73% dos vínculos formais de trabalhadores masculinos contra 28% de emprego para as mulheres. Quanto à discriminação racial, existe um predomínio da presença de trabalhadores pardos (72%) na indústria de transformação sergipana, em todos os períodos estudados.

Mais uma vez, os dados dialogam com uma postura racista a qual o mercado de trabalho está ancorado. Silva constatou que a categoria raça/cor preta, tanto masculina quanto feminina, foi a que apresentou menor representatividade, com percentuais de 6% para os homens pretos e 1,3% para as mulheres pretas em 2007, 5,4% e 1,3% em 2008, 5,9% e 1,4% em 2013 e 6,5% e 1,8% em 2014. Esses dados indicam que não apenas o sexo feminino é aquele com menor presença no setor industrial, mas é o da cor preta que possui os menores percentuais de inclusão no setor industrial sergipano.

Segundo Silva (2017), os vínculos formais das mulheres pretas são os que apresentam as remunerações substancialmente mais baixas (R\$ 766,96) em relação às

brancas (R\$ 993,24), pardas (R\$ 828,48) e aos vínculos formais dos homens brancos (R\$ 1640,86), pardos (R\$ 1.168,85) e pretos (R\$ 1091,96), cenário pouco modificado no período analisado.

As principais conclusões a que chegou, são: a) a indústria sergipana é predominantemente masculina e parda; b) os homens brancos recebem salários maiores, seguidos dos homens pardos e pretos, das mulheres brancas, pardas e pretas, estas, com a menor remuneração; e c) a norma de responsabilidade social empresarial incide apenas, tangencialmente, no combate à discriminação no mercado de trabalho sergipano.

Em relação à regressão quantílica, os resultados mostraram que a discriminação salarial cresceu para salários maiores. Conforme os autores Cambota (2005), Guiraldelli (2006), Cruz (2012), Rocha (2016) e Silva (2017), observa-se que, no mundo do trabalho e na gestão política pública, patrões, presidentes, prefeitos, diretores, supervisores, encarregados, dentre outros, continuam, majoritariamente, sendo homens brancos; e que as mulheres negras compõem a maioria nas funções consideradas subalternas, dedicando-se a estas, a maior carga horária de trabalho.

Assim, para os propósitos dessa dissertação, a leitura dessas referências sobre o mundo do trabalho em outras realidades culturais, me possibilitou ampliar a lente de percepção das relações sociais de trabalho e empregabilidade em Teixeira de Freitas, compreendendo as nuances de um universo que se mantêm acesas as chamas do preconceito e da discriminação étnico-racial e de gênero.

Ao tratar do cotidiano de trabalho das mulheres negras na Bahia do século XIX, Cecília Moreira Soares disse ser possível traçar uma geografia, um percurso, em que facilmente se encontravam as trabalhadoras negras. Para essa historiadora, algumas áreas da cidade de Salvador “eram mais negras” que outras. Tomando como referência os dados do censo realizado na segunda metade do século XIX, observou que:

Em 1872, foi realizado o primeiro censo de caráter oficial, permitindo, dentre outras coisas, verificar a distribuição por cor e sexo dos moradores de Salvador (...) O censo também permite constatar que havia áreas mais negras que outras. As mulheres negras estavam concentradas, sobretudo nas paróquias do Passo, Vitória e Conceição da Praia, onde serviam como domésticas. “Mas sua presença também era significativa nas freguesias do Pilar, Mares e Penha”. (SOARES, 1994, p. 68).

Em *A condição social das lavadeiras em Salvador: quando a História e a Literatura se encontram (1930-1939)*, Francisco Antonio Nunes Neto (2005) buscou identificar em seu estudo, de que maneira foram construídas representações sobre as condições sociais em que viviam as lavadeiras da cidade do Salvador. Para isso, confrontou as representações elaboradas pelos jornais Diário de Notícias e A Tarde com aquelas elaboradas pelo romancista Jorge Amado durante os anos 1930, analisando em que medida, através dessas representações, é possível conhecer aspectos das práticas cotidianas de um conjunto de mulheres negras baianas, para revelar “as tensões de sobrevivência das mulheres que ganhavam o seu sustento na condição de lavadeiras na década de 1930”, (NUNES NETO, 2005, p. 17).

Conforme este historiador, a maioria expressiva da população negra da cidade do Salvador vivia em difíceis condições socioeconômicas, tendo por moradias, casebres sem a menor estrutura possível, sobrados, cortiços, onde, amontoadas, sobreviviam as famílias negras. As mulheres negras, em sua maioria mães, tinham filhos que dependiam dela para a sua sobrevivência. Neste sentido, nos inícios do século anterior, as mulheres negras já atuavam como esteios de suas famílias, fonte principal de renda mensal, muitas delas, realizando serviços como lavadeiras.

A lida diária das lavadeiras era difícil. Ofício herdado do tempo da escravidão em que as escravas de ganho exerciam esta atividade fora das dependências do senhor, tendo que pagá-lo por essa “liberação”. O trabalho de lavagem de roupas está atrelado a um momento da história brasileira, em que, como em Paris do século XIX, a roupa funcionava como um dos elementos que sintetizava o discurso científico-industrial, uma vez que o ideal de limpeza inerente ao discurso modernizador e higienizador atingiu não apenas os espaços públicos e a casa, mas os moradores da casa, os arredores dela, seus hábitos, suas roupas. (NUNES NETO, 2005, p. 74).

A partir das considerações elaboradas pelo historiador, as negras lavadeiras podem ser tomadas como personagens através das quais é possível compreendermos passagens históricas de longa duração, sobretudo, as que se relacionam com a modernização e a civilização dos costumes baianos.

Para muitas mulheres, lavar roupa significava a possibilidade de sobrevivência para ela e os seus, numa sociedade ainda marcadamente machista na qual, mesmo os homens ocupando o papel de mantenedores das despesas domésticas, em larga medida, não era bem dessa maneira que as coisas aconteciam, e elas “chegavam junto” na manutenção dos

seus lares, quando não o faziam sozinhas, caso seus companheiros estivessem sem ocupação remunerada. (NUNES NETO, 2005, p. 79).

As lavadeiras andariavam as ruas de Salvador, sendo possível traçar uma cartografia onde mais facilmente encontrá-las. Lavar roupas não era trabalho fácil, some-se os frequentes adoecimentos, as ocasiões em que eram maltratadas por suas freguesas e, ocasionalmente, os frequentes calotes praticados por estudantes moradores do centro antigo da cidade, tudo isso, em situações precárias de trabalho no Dique do Tororó, nas fontes públicas e nos chafarizes para, ao final, ainda receberem muito pouco pelos serviços prestados, ao final do mês, “os valores dos aluguéis eram incompatíveis com a margem salarial da população pobre da cidade, como as trabalhadoras autônomas que entre os anos de 1933 e 1937, tiveram renda mensal que oscilou entre R10\$000 para amas-de-leite, podendo chegar a R70\$000 para cozinheiras”, (NUNES NETO, 2005, p. 53).

Cecília Moreira Soares observou a presença das negras baianas em outras situações de trabalho de rua, acrescentando que:

Havia quem acreditasse que a vida no ganho era melhor e mais amena do que com outras ocupações como, por exemplo, a lavagem de roupa. Compartilhava dessa opinião Jacinta do Carmo, africana liberta, moradora na rua dos Barris, 73, freguesia de São Pedro. Ela se dirigiu à Tesouraria pedindo licença para “mercadejar, visto que por suas forças já não pode ocupar-se de seu serviço de lavagem de roupa”. (SOARES, 1994, p. 68).

Na revisão bibliográfica relativa ao tema deste estudo, observei que os trabalhos manuais atravessam a história das mulheres negras no Brasil, desde os idos coloniais. Alberto Heráclito Ferreira Filho corrobora sobre o importante papel desempenhado pelas negras baianas no desenvolvimento do comércio e da economia local:

A importância de tais meios de sustento e o papel das mulheres em seu desempenho podem ter atestados por um ato do intendente municipal, datado de 1914, que, visando a sanar a crise de abastecimento por “ganhadeiras e vendedoras ambulantes em geral”. Aliás já não se fazem necessário recorrer às fontes oficiais para que se tenha noção do papel das mulheres nesse pequeno comércio, já que abundam informações numa ampla literatura histórica, nas gravuras e fotos de época, nos trabalhos dos folcloristas, em jornais e na tradição oral. (FERREIRA FILHO, 2003, p. 40).

Entretanto, indo além do entendimento a que chegou Ferreira Filho em suas análises, considero não ser arriscado afirmar sobre a importância das mulheres negras no desenvolvimento comercial e econômico nacionais, fosse através do seu vigoroso trabalho, ou como musas inspiradoras. É extensa a lista de artistas que, como anteriormente observado, promoveram suas produções intelectuais, por exemplo, utilizando-se da imagem das negras baianas, tanto as da cena cotidiana, quanto aquelas paramentadas com as vestes e trabalhando em seus tabuleiros, registre-se aí as incontáveis estratégias empreendidas pela municipalidade soteropolitana, mais fortemente até a quarta década do século anterior, para expulsá-las dos centros urbanos em decorrência das ações dos projetos higienistas que, como observou Pierre Verger (1985), visava “desafricanizar” os costumes.

Vestindo saias de decência suspeita e camisas com decotes “desguelados”, majoritariamente pretas, sem chapéu ou espartilhos, comercializando comidas “pouco saudáveis”, no entra-e-sai de mercados, botequins e armazéns, habitando as ruas com seus filhos raquíticos, atentando contra a moral com palavras de baixo calão, proferidas em condenável português, “cuspindo saliva de fumo ou axá”, as mulheres pobres e trabalhadoras de Salvador não cabiam na imagem da *belle époque* de cidade desenhada por J.J. Seabra e Góes Calmon. (FERREIRA FILHO, 2003, p. 94).

Assim, ameaçadas pelo poder munícipe, as negras baianas se encontravam ameaçadas de perder o sustento de suas famílias. Algumas medidas foram implantadas na tentativa de frear as mulheres das ruas:

Quer condicionando a liberação das matrículas para a mercancia à autorização prévia dos maridos, quando casadas, ou proibindo que seus filhos menores de 14 anos trabalhassem nas ruas, quer interditando a ocupação das calçadas, controlando os horários de trabalho ou condenando a venda de “carnes, vísceras de gado bovino ou lanígero” a “carrocinhas revestidas com tampas de folhas de ferro batido e grades de ferro, coberta com toalhas alvas”. (FERREIRA FILHO, 2003, p. 108).

Naquele contexto, as mães negras eram obrigadas a, frequentemente, mudarem de lugar para ter como comercializar seus produtos, para que não fossem contidas pela sanha moralizante e modernizadora empreendida na Bahia durante a primeira metade do século anterior. Contudo, a partir de finais da primeira metade do século XX, em decorrência da

criação das agências de turismo e, por conseguinte, de uma indústria do turismo, a partir do anos 1950, as mulheres negras que mercandejavam a venda de quitutes em seus tabuleiros, foram incorporadas às imagens, cenas e cenários soteropolitanos, desde que, estivessem devidamente trajadas de branco com roupas de ração como as comumente ainda utilizadas nos terreiros de candomblé de diversas nações; as negras baianas também tinham que se afiliar à federação que passou a cuidar das baianas de tabuleiros. Sem o cumprimento destes requisitos, elas não poderiam continuar na cena pública.

Foi o contexto em que, na história da Bahia, se registra o fato que as quituteiras baianas tiveram que adotar a cor branca quando de sua atuação em seus tabuleiros porque, como na observação de alguns folcloristas à época, elas contribuíam no embelezamento da paisagem, (NUNES NETO, 2019).

De acordo com Ferreira Filho, havia o interesse da municipalidade soteropolitana em levar adiante o ousado projeto de remodelação urbanística, tão almejado por seus administradores. Com isso, quanto mais dinheiro arrecado, mais possível a realização daquela empreitada. Maria Aparecida Prazeres Sanches enfatizou a dificuldade que as mulheres negras se deparavam em relação as suas condições de trabalho. Em sua avaliação:

Encontrar emprego não era tarefa das mais fáceis, sendo que atividades tradicionais, como as ligadas ao setor doméstico, ganhavam importância como alternativa de trabalho e sobrevivência para muitas mulheres pobres que tinham que ganhar a vida, mantendo a si próprias e as suas famílias. (SANCHES, 1988, p. 9).

Nessa perspectiva, as mulheres negras, sobretudo, no pós-abolição, não contavam com muitas alternativas de trabalho, a não ser, aqueles herdados da experiência da escravidão. Para muitas mulheres, sobretudo para as adolescentes solteiras, ter um trabalho que lhes possibilitasse a permanência no local, também representou uma estratégia de sobrevivência, levando-se em consideração as duras condições materiais em que viviam. Como argumenta Maria Aparecida Prazeres Sanches,

Foi dedicando-se, portanto, ao trabalho como domésticas, que as mulheres de baixa renda, negras em particular, ingressaram mais facilmente no mercado de trabalho. O serviço doméstico absorveu, ao longo do período estudado, um número significativo de mulheres,

constituindo-se numa alternativa importante na luta pela sobrevivência. (SANCHES, 1998, p. 31).

Entretanto, o serviço como empregadas domésticas não representa nenhum tipo de garantias para as negras baianas que, no primeiro desconforto dos seus patrões, as demitiam sem quaisquer direitos, palavra que, inclusive, não compunha o léxico das relações trabalhistas do contexto analisado pela historiadora. Sanches também registrou incontáveis casos de defloração praticados pelos senhores e seus filhos em idade de iniciação sexual contra as empregadas domésticas. Instabilidades e inseguranças que as deixavam ainda mais vulneráveis.

A partir das suas fontes documentais, Ferreira Filho notou que, percentualmente, as negras baianas trabalhavam, majoritariamente, como empregadas domésticas (58,43%), costureiras (15,74%) e operárias (12,35 %). Dessa maneira, noto o quanto as mulheres negras, independentemente de onde estivessem trabalhando, nos espaços públicos ou nas residências, estavam vulneráveis à sorte dos seus próprios destinos e sem nenhum tipo de garantia.

No artigo “Tecelãs da existência” (2014), Ida Mara Freire destaca aspectos relacionados à maternidade a partir das narrativas sobre vida e da morte que marcaram as experiências das mulheres negras de sua família de diferentes gerações, algumas delas foram criadas nas antigas senzalas, embora tenham nascidas livres. Narrativas que alinhavam diferentes gerações de mulheres negras de cujas histórias de vida, em muitos aspectos, se assemelham. Em suas palavras, ela nos diz: “neste ensaio, entrelaço fios de vidas das mulheres negras que estão atadas ao fio da minha vida. Com os fios soltos das canções de Zezé Motta e dos escritos da filósofa Hannah Arendt, teço este texto-existência”, (FREIRE, 2014, p. 565).

Como mulher negra e mãe, a partir da minha experiência de maternidade e das de outras mulheres negras dos meus círculos de relacionamentos, considero que a procriação pode ser entendida como uma espécie de gatilho que potencializa a força e a coragem entre as mulheres negras. Nossos filhos são como combustíveis para nossas vidas, que renova a esperança de uma sociedade mais justa e democrática onde nenhum tipo de preconceito determine as funções sociais das pessoas.

Para Lucila Scavone (2001), entre finais dos anos 1960 e meados dos 1980, o debate feminista sobre maternidade passou a compreendê-la como uma construção social

que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino. Na sua avaliação,

A crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento-chave para explicar a dominação de um sexo sobre outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina (2001, p. 138).

Conforme Scavone, o fator predominante que colocava as mulheres na condição de inferioridade com relação aos homens era a sua condição de mãe, a quem se atribuía a função de cuidar, ensinar e proteger os filhos. Dessa forma, engravidá-las, pode ser lido como uma estratégia masculina de dominação, uma vez que, os afazeres a ela atribuídos, como lavar, passar, cozinhar e criar distanciavam-nas da possibilidade de participar de outras esferas sociais relacionadas, por exemplo, à sua emancipação, cabendo aos seus maridos e companheiros, os desígnios do provimento da família, perspectiva pautada na tradição judaico-cristã de família monogâmica. Nas raias do feminismo, portanto, a maternidade passou a ser encarada como a base através da qual as desigualdades entre gênero passaram a ser problematizadas.

Scavone classificou a maternidade em três estágios diferentes ao longo da história das práticas de parturiência. No primeiro, ela foi entendida como um *handicap* (defeito natural); no segundo, a negação do *handicap* e; no terceiro, desconstrução do *handicap*. (FERNAND; LANGEVIN, 1990, p.17-76)

No primeiro estágio, muitas mulheres recusavam a maternidade espontânea por entender querer exercer o direito de poder decidir quando engravidar e se, de fato, a gestação era um projeto para as suas vidas, formas de pensar severamente condenadas nos códigos normativos de família e procriação católicas, e que não encontravam amparo e respaldo em nenhum aporte legal. “A luta política das mulheres francesas, nos anos 1970, para obter a pílula contraceptiva e o aborto como direito político, possibilitou a efetivação desta recusa”. Scavone, (2001, p. 139).

Desse modo, segundo a autora, a recusa pela maternidade significou, para muitas mulheres, avançar um degrau na subversão da dominação masculina, possibilitando-as o desenvolvimento de uma percepção sobre si para além apenas da experiência de maternidade, podendo ser reconhecidas e respeitadas socialmente no exercício em outras

potencialidades. A luta pela livre escolha da maternidade, a aquisição deste direito, foi considerada fundamental para liberar as mulheres do lugar que ocupavam na vida privada, o que refletia os desejos femininos pelo reconhecimento da liberdade e igualdade sociais.

Observo, contudo, que o contexto em que as feministas passaram a se organizar a partir da defesa e reivindicações de suas pautas políticas, estas se relacionavam tão e somente com a agenda de temas e questões relacionadas às mulheres brancas. O feminismo negro tal como o conhecemos, ganhou contornos mais precisos, com pautas de uma agenda também específicas, a partir das formulações de ativistas e estudiosas negras como Marguerite Ann Johnson (mais conhecida como Maya Angelou), Angela Davis outras negras norte-americanas.

No Brasil, os impactos do feminismo negro norte-americano ensejaram as ações políticas das feministas negras que, em suas produções intelectuais, passaram a sistematizar os temas e as questões de uma extensa agenda de demandas das negras brasileiras.

Na Bahia, o estudo *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras* elaborado por Cláudia Pons Cardoso (2012), se constitui uma importante referência para o entendimento das ações políticas das feministas negras brasileiras.

Voltando ao feminismo branco, “passado o impacto da recusa da maternidade, vieram perguntas dentro do movimento feminista: nós (as mulheres) queríamos ser definidas sem a maternidade? Aceitávamos ser mutiladas de uma parte de nossa história, de nossa identidade? ”, (SCAVONE, 2001, p. 140).

No segundo estágio, a maternidade passou a ser considerada parte da identidade feminina, conferindo às mulheres, a tomada de decisões em relação tornar-se ou não mães. As mulheres brancas passaram a entender que podiam optar entre ter ou não filhos, muito embora, quando casadas, as pressões sociais pela maternidade eram inúmeras, aliás, as cobranças pela maternidade ainda são plenamente observáveis aos nossos dias e, como no passado, o casal que não tem, pelo menos um filho, continua sendo lido como que incapaz de procriar.

O feminismo branco contribuiu nas lutas das mulheres pelos seus direitos, dentre eles, o de trabalharem fora de casa, experiências que as mulheres negras sempre tiveram. Em vários aspectos, a independência financeira tem possibilitado às mulheres brancas a não permanecerem reféns dos seus maridos, companheiros e namorados como em um passado muito recente no qual, a permanência em relacionamentos abusivos, muitas

vezes, era motivada pela “comodidade” material. É bem verdade que, em alguma medida, muitas mulheres brancas – mas não apenas estas – continuam se expondo a relacionamentos abusivos por questões materiais, em muitos casos, com fins bastante trágicos. Diariamente, corriqueiramente, é pauta em diversos noticiários brasileiros as práticas feminicidas. Não se sabe até quando essas atrocidades continuarão acontecendo, mas o fato é que, muitas mulheres tem as suas vidas ceifadas por homens que as entendem como suas propriedades.

Conforme Pereira (2013), os estudos sobre a violência contra a mulher tornaram-se latentes a partir dos anos 1980. Nas universidades e faculdades brasileiras, a violência doméstica contra as mulheres ensejou a elaboração de inúmeras pesquisas acadêmicas. As práticas de violência contra as mulheres passaram a serem lidas como violência de gênero. Com isso, deixando de abordar apenas restritamente as práticas de violência e agressão física contra as mulheres, as reflexões acadêmicas expandiram seu escopo de considerações para além dos marcadores de gênero, fato que possibilitou a inúmeras pesquisadoras a

Indagar se esses marcadores não deveriam ser articulados a outros também fundamentais, como os de classe, os de raça e os de escolha e orientação sexual, mesmo que eles sejam pouco evidentes quando observamos de perto os *scripts* que compõem as relações violentas. (PEREIRA, 2013, p. 12, *apud* DEBERT; GREGORI, 2008, p. 179).

Redimensionada, as lutas feministas contra as formas de violência e agressão ganharam novas dimensões significantes deixando de ser vista apenas como uma violência contra da mulher de forma isolada e que camuflava as questões gênero, raça e classe, promovendo, desse modo, uma nova abordagem para a questão.

Em 2006, em decorrência da promulgação da Lei 11.340³, Lei Maria da Penha como se tornou conhecida, as práticas de violência de gênero passaram a ser combatidas judicialmente. O Brasil é o 5º país do mundo em feminicídio praticado contra mulheres negras com idade entre 18 e 30 anos. De acordo com os últimos dados do Mapa da

³ Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Violência, a taxa de assassinato de mulheres negras aumentou 54% em dez anos. O número de crimes contra mulheres brancas, em compensação, caiu 10% no mesmo período.

Desde a implementação da Lei 13.104⁴, o número de sentenças em casos de feminicídio registrou crescimento contínuo, o que reflete a adesão dos juízes à lei. O último levantamento do Ministério da Justiça é de 2017, quando foram registrados 4.829 novos casos nos tribunais, quase o dobro do que no ano anterior. Mas ainda tramitam no Judiciário 10 mil processos de feminicídio, que aguardam julgamento⁵.

Apesar de conquistas como a Lei Maria da Penha, que foi uma luta do movimento de mulheres e de a Lei do Feminicídio ser uma inovação jurídica, tais conquistas legais não estão garantindo a proteção das mulheres negras, ambas, não impediu um único assassinato das mulheres negras. Muito pelo contrário: os assassinatos, depois da Lei Maria da Penha, continuaram a subir. O que podemos elencar em relação aos grandes números de casos de violência e feminicídio terem aumentados mesmo após as criações de leis para garantir proteção as mulheres, é o fato de suas lacunas deixadas pelo estado brasileiro serem gritantes.

É recorrente alguns casos de feminicídio a vítima já ter havido registrado queixa antes do ocorrido; aí fica a questão, o que a polícia fez para garantir a segurança da vítima? Nada! Apesar de que a Lei Maria da Penha sugere a criação de centros de atendimento multidisciplinares às mulheres em situação de violência, casas-abrigo, centros de educação e reabilitação dos/das agressores/agressoras, na prática isso não acontece nas maiorias dos estados brasileiros.

Após ter feito a denúncia, sem terem para onde irem as vítimas são obrigadas a voltarem para suas casas, onde, por vezes, é sua única opção de moradia. Dessa forma, volta a sofrer as agressões anteriores e em muitos casos, até perdem suas vidas, por falta da efetivação da lei de fato. É urgente que as políticas públicas e as leis que foram criadas para garantir a segurança das mulheres, em especial das mulheres negras, onde as

⁴ Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

⁵ <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/femicidio-brasil-e-o-5-pais-emmorte-violentas-de-mulheres-no-mundo.htm?cmpid=copiaecola>

estatísticas comprovam que somos nós, as prestas, que estamos na mira constantemente; sejam de fato efetivadas. Nós mulheres, brancas e negras pedimos socorro ao estado brasileiro. Desde o século XIX, como observado por Cecília Moreira Soares em seu estudo, eram frequentes os registros de violências praticadas contra as mulheres negras baianas:

Em 1871, na freguesia do Pilar, foi detido o cabra Felipe Santiago, por ser encontrado dentro de uma casa à rua do Cães Dourado espancando a parda Ângela Maria. Neste mesmo ano foi também detido o crioulo Gregório Argolo, por espancar sua mulher, a crioula Izabel da Conceição, e o português José Maria e a crioula Maria Piedade, ambos em desordem, da qual saíram levemente feridos. No ano de 1859, o cabra Vicente, escravo, matava com um tiro de espingarda à escrava Josefa, do mesmo senhor, suicidando-se em seguida, um caso provável de clássica tragédia amorosa. (SOARES, 1994, p. 101).

Essas agressões revelam a violência ao qual as mulheres negras sofriam e ainda sofrem, muitas vezes justificadas serem cometidas por amor, ciúmes entre outros, sendo que na verdade nada justifica tamanha covardia.

No capítulo seguinte, apresentarei as narrativas sobre as experiências de maternidade entre um conjunto de mulheres de Teixeira de Freitas. Através destes relatos, problematizaremos as questões centrais que tem atravessado as mulheres negras interlocutoras deste estudo.

Capítulo 3

4 NARRATIVAS SOBRE MATERNIDADE NEGRA EM TEIXEIRA DE FREITAS

O entendimento da pesquisa como parte fundamental na sistematização e produção do conhecimento possibilita a abertura de novos caminhos de análises e problematizações. Como parte importante para a realização deste estudo, as oficinas e as interlocuções realizadas entre um conjunto de mulheres negras, moradoras do bairro Liberdade II em Teixeira de Freitas, me possibilitou a estruturação das análises apresentadas neste capítulo sobre as experiências de maternidade para aquelas mulheres.

Os encontros com as mulheres negras e mães, interlocutoras deste estudo, se configuraram muito mais do que o cumprimento e a realização de uma atividade da pesquisa. Os nossos encontros tornaram possível o compartilhamento de experiências, anseios, desejos, queixas, dúvidas, curiosidades e indagações sobre as nossas vivências cotidianas de maternidade. Neste sentido, para o empreendimento metodológico, enfatizo

[...] o potencial das oficinas em promover o exercício ético e político, pois, ao mesmo tempo em que geramos material para análises, criamos um espaço de trocas simbólicas que potencializam a discussão em grupo em relação à temática proposta, gerando conflitos construtivos com vistas ao engajamento político de transformação. Ou seja, os efeitos da oficina não se limitam ao registro de informações para pesquisa, uma vez que sensibilizam as pessoas para a temática trabalhada, possibilitando aos seus participantes a convivência com a multiplicidade (nem sempre harmônica) de versões e sentidos sobre o tema. (SPINK; MENEGON; MEDRADO, 2014, p. 33).

Dessa maneira, diante das diversas possibilidades e alternativas que as oficinas apresentam, nas que promovi, busquei costurar aspectos que, de alguma maneira, aproximam as narrativas sobre as experiências de maternidade entre as interlocutoras da pesquisa. Ainda, pensando no escopo de formação do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais e nas contribuições didáticas que visa conferir nos processos de ensino-aprendizagem no âmbito das relações étnico-raciais, me inspirei em Paulo Freire, segundo o qual,

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quer-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, por que me indago pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p. 29).

Quando analisadas por esta perspectiva, as oficinas que realizei no contexto da pesquisa de campo se configuraram como momentos de partilhas de aprendizagens mútuas entre mim, enquanto proponente, e as outras mulheres negras. Em realidade, durante as atividades de pesquisa no campo com as interlocutoras e nas leituras que atravessei, me dei conta ser muito tênue, o lugar por mim ocupado enquanto sistematizava estes escritos, momentos em que tanto elas como as referências consultadas me obrigavam a refletir sobre a minha experiência de maternidade.

Ficaria muito óbvio, e desprovido de sentido, se as oficinas fossem apenas para coligir dados e informações para a minha pesquisa. Ao contrário, significou para mim e suponho que para elas também, momentos em que lançávamos outros olhares sobre nós mesmas e sobre as nossas experiências de maternidade enquanto mulheres negras. Freire argumenta sobre a importância dos educadores e educadoras não se absterem de, em suas práticas de docência, refletirem sobre a necessidade da pesquisa, buscando identificar, se as suas indagações são reais e podem contribuir no processo de ensino-aprendizagem.

No contexto da realização das atividades em cada encontro, observei que a maioria delas necessitava de auxílio para sistematizar suas ideias. A pesquisa foi desenvolvida buscando combinar as abordagens quantitativas com as qualitativas. Neste sentido, a pesquisa qualitativa se preocupou com um nível de realidade que não pode ser captado pela abordagem quantitativa. Ou seja, para as análises das narrativas sobre as experiências de maternidade entre as mulheres negras, a abordagem qualitativa se mostra de maneira mais adequada porque através dela é possível observar registros mais complexos sobre anseios, crenças, valores, dores, medos, frustrações e outras marcas.

Portanto, o foco da pesquisa de campo não foi apenas coligir dados estatísticos e mensuráveis sobre o tema, mas compreender, no interior de cada narrativa, como elas anunciavam e enunciavam suas experiências de maternidade.

Planejar a pesquisa é fundamental para que possamos alcançar os resultados dos objetivos que lançamos. Entretanto, cumpre destacar que, durante o processo, por diversas razões, fatores e motivos, como nós humanos, os nossos desejos e objetivos de pesquisa

também mudam, porque tanto nós como os nossos objetivos de pesquisa se modificam no decorrer da caminhada. Neste sentido, nos últimos vinte e quatro meses, até que eu conseguisse entender o que de fato me movia pesquisar, precisei atravessar noites infintas de leitura e releitura das minhas anotações.

Assim, entendendo a seriedade do estudo a que me propus realizar, percorri o seguinte caminho metodológico de pesquisa: análise bibliográfica, empiria, observação científica e coleta de dados. A observação científica pode ser classificada como participante quando o observador se torna parte da situação a observar. O pesquisador parte das observações do comportamento verbal e não verbal dos participantes, de seu meio ambiente, das anotações que ele mesmo fez quando no campo, de áudio e vídeo tapes disponíveis, entre outros, (MOREIRA, 2004).

Esse método pode gerar hipóteses para o problema investigado. Em qualquer tipo de pesquisa, seja em que modalidade ocorrer, é sempre necessário que os pesquisadores e as pesquisadoras sejam aceitos pelos seus interlocutores, seja individualmente ou um grupo, pela comunidade, para que se coloque na condição ora de partícipe, ora de observador, (MARTINS, 2004). Ressalto a existência de diferentes níveis de participação, sendo que o pesquisador ou a pesquisadora podem, desde apenas assistir, a também interagir com os seus interlocutores no contexto da pesquisa. Com a utilização desse método, foi possível coletar informações mais precisas sobre as experiências de maternidade entre as mulheres negras no bairro Liberdade II.

Analisar e interpretar os dados consistem em atividades mais complexas, sobretudo, quando, por algum motivo, nós pesquisadores não praticamos o distanciamento e o estranhamento necessários, muitas vezes prejudicados em decorrência do aumento de aproximação com os/as interlocutores/as da pesquisa, enviesando a objetividade do pesquisador. Por outro lado, o engessamento na relação observador/observador, pesquisador/interlocutor, em diversas situações podem promover o travamento e a perda da espontaneidade entre ambas as partes. Portanto, há que se proceder ao equilíbrio de, nem perder a objetividade e nem a aproximação demasiada.

Neste sentido, escolhi previamente os temas e as questões que me interessavam analisar para não perder o foco. Elaborei um plano com as categorias de análise que melhor me possibilitaria entender as narrativas, contendo os objetivos necessários para alcançá-los, para realizar uma observação controlada (BORTOLI; TEIXEIRA, 1984;

CANO; SAMPAIO, 2007; BELEI *et al.* 2008). Esse tipo de observação sistemática permite a produção de dados quantitativos.

A partir desta estratégia metodológica, observei que as práticas discursivas das mulheres-mães negras da pesquisa indicavam a necessidade de conversas mais reservadas, nas quais se tornasse possível, aprofundar temas e questões que, de alguma maneira, não puderam ser ampliados coletivamente.

Outro aspecto por elas salientado, é a necessidade de assistência para o desenvolvimento de atividades culturais que possam gerar alguma renda para elas. São muitas as ideias, porém, se esbarram na inexistência de orientação e suporte técnico-financeiro, ficando evidente, suas necessidades de organização no bairro.

Outra estratégia metodológica praticada com as mulheres-mães negras, foi a pesquisa bibliográfica compartilhada. Trata-se de um tipo de pesquisa em que o pesquisador, ao realizar as suas observações e investigações, estas são compartilhadas com o grupo de interlocutores da pesquisa, que, a partir das questões teóricas, manifestam situações vivenciadas.

Como argumenta Antônio Joaquim Severino (2007, p.120), é uma maneira do “pesquisador colocar-se numa postura de identificação com os pesquisados”. Para Appolinário (2011, p. 149), a pesquisa participante é uma modalidade que “utiliza como técnica de investigação a observação participante”, ou seja, o pesquisador é sujeito da própria ação e intervenção, corroborando o entendimento de Severino (2007).

Na pesquisa-ação, segundo Fábio Appolinário (2011, p.146) é uma modalidade de pesquisa cuja ênfase é “resolver, através da ação, algum problema coletivo no qual os pesquisadores e sujeitos da pesquisa estejam envolvidos de modo cooperativo e participativo”. Na pesquisa-ação, os pesquisadores desempenham papel ativo na sugestão de resolução dos problemas. Visibilizar e problematizar as condições sociais em que sobrevivem as mulheres-mães de Teixeira de Freitas pode uma estratégia e/ou um gatilho que possibilite o desenvolvimento de políticas específicas.

Uma característica marcante da pesquisa qualitativa é o fato de que a metodologia qualitativa pressupõe uma análise e interpretação de aspectos mais profundos da complexidade do comportamento humano, buscando entender, descrever e compreender o indivíduo social. Minayo caracteriza a pesquisa qualitativa em Ciências Sociais apresentando alguns aspectos que lhe são característicos:

[...] responde a questões particulares; nessa perspectiva, investiga um nível de realidade que não pode ser quantificado; trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (2002, p. 21).

Tomando como pertinentes as considerações apresentadas na citação anterior, este estudo se ancora na abordagem qualitativa por entender que as narrativas das mulheres negras sobre as suas experiências de maternidade expressam sentimentos e emoções impossíveis de análise em uma abordagem quantitativa. Augusto Nivaldo Silva Trivinos, (1987), corrobora em relação ao estudo por etnografia afirmando que não é tarefa fácil. Uma vez que, podendo ser definida como um estudo da cultura. Desse modo:

[...]. isto pode significar, e de fato na Antropologia foi assim, que, pelo menos, estamos em presença de duas realidades culturais: a que se deseja conhecer e a que é própria do investigador. Do reconhecimento disto surge uma série de implicações metodológicas na prática da etnografia. A primeira pode ser estabelecida em relação ao nível de conhecimento da realidade em estudo ao qual aspiramos alcançar. A etnografia baseia suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessa para tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade. Isto obriga os sujeitos e o investigador a uma participação ativa onde se compartilham modos culturais (tipos de refeições, formas de lazer etc.) Isto é, em outros termos, o pesquisador não fica fora da realidade que estuda, à margem dela, dos fenômenos aos quais procura captar seus significados e compreender. Pelo menos, isto é o que o investigador intenta realizar. (TRIVINOS, 1987, p. 121).

Pode-se compreender que de acordo com Trivinos, (1987), a pesquisa etnográfica não permite que o pesquisador fique de fora da realidade estudada, no meu caso, também sou mulher, mãe e negra; foi/é impossível abster de todas as realidades narradas pelas interlocutoras, sendo que por vezes nossas histórias se convergem. Desse modo, o investigador para compreender melhor seu conteúdo de estudo precisa adentrar a realidade pesquisada.

As entrevistas, realizadas com questões semiestruturadas, se mostrou como uma estratégia mais plausível para abordar as interlocutoras da pesquisa. Na avaliação de Minayo,

A modalidade de entrevista semiestruturada difere apenas em grau da não estruturada, porque na verdade nenhuma interação, para finalidade

de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta ou totalmente fechada. Mas, neste caso, a semiestruturada obedece a um roteiro que apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador. (1994, p. 267).

Portanto, as entrevistas são indicadas como estratégia metodológica para as pessoas neófitas que, como eu, ainda não estão amplamente ambientadas como o universo de questões metodológicas da pesquisa acadêmica. Neste sentido, o mestrado, tanto o profissional quanto o acadêmico, são estágios importantes da/na formação de pesquisadores universitários.

Ainda com relação as entrevistas como estratégia metodológica, umas das vantagens é o fato de que, quando com questões semiestruturadas, traz questões pré-definidas, mas que podem ser modificadas a depender dos rumos que os diálogos entre os pesquisadores e interlocutores tomem. A entrevista com questões semiestruturadas, pode ser planejada ou acontecer espontaneamente; oferece muitos dados importantes e gera informações tanto quantitativas quanto qualitativas conforme o perfil da pesquisa em questão.

As enunciações narrativas das mulheres negras sobre as suas experiências de maternidades no bairro Liberdade II revelam aspectos importantes através dos quais podemos, ampliando as nossas lentes, compreender aspectos mais gerais sobre a história e as práticas culturais de Teixeira de Freitas. Conceitualmente,

[...] a narrativa é o nome para um conjunto de estruturas linguísticas e psicológicas transmitidas cultural e historicamente, delimitadas pelo nível do domínio de cada indivíduo e pela combinação de técnicas sócio comunicativas e habilidades linguísticas. (BROCKMEIER, HARRÉ, 2003, apud BRUNER, 1991).

Partindo dessa possibilidade de conceituação, pressupomos que as narrativas sobre as experiências de maternidade entre mulheres negras podem contribuir para que outras mulheres, sejam ou não negras, reflitam e lancem outros olhares sobre as suas próprias experiências de maternidade. Como este estudo, portanto, ambiciono contribuir na reversibilidade de alguns aspectos relacionados às angústias, dores e sofrimentos experimentados por outras mulheres negras em suas histórias de vida. É possível que, em alguma medida, eu tenha contribuído para que as interlocutoras da pesquisa revejam suas vidas examinando-as mais criticamente, como eu mesma procedi. Maria Isabel da Cunha, argumenta que:

Quando uma pessoa relata os fatos vividos por ela mesma, percebe-se que reconstrói a trajetória percorrida dando-lhe novos significados. Assim, a narrativa não é a verdade literal dos fatos, mas, antes, é a representação que deles faz o sujeito e, dessa forma, pode ser transformadora da própria realidade. (CUNHA, 1997, p. 187).

Portanto, como em exercícios de escuta sobre si, Cunha nos chama a atenção sobre a importância dos relatos e depoimentos, não apenas para o ensino e a pesquisa acadêmica, mas para as vidas das próprias pessoas depoentes.

Trabalhar com narrativas na pesquisa e/ou no ensino é partir para a desconstrução/construção das próprias experiências tanto do professor/pesquisador como dos sujeitos da pesquisa e/ou do ensino. Exige que a relação dialógica se instale criando uma cumplicidade de dupla descoberta. Ao mesmo tempo que se descobre no outro, os fenômenos revelam-se em nós. (CUNHA, 1997, p. 188).

Cunha nos chama atenção ao fato do pesquisador precisar fazer manejo de suas próprias experiências de vida. Pesquisar sobre mulheres-mães negras também deste lugar, tem sido um exercício muito desafiador, ainda que, em muitos aspectos, nossas trajetórias e experiências não sejam idênticas, as nossas histórias são semelhantes. Na zona rural ou nos centros urbanos, as histórias de mulheres negras, em diversos aspectos, se assemelham, se aproximam, compondo uma mesma agenda de demandas. As narrativas nos conduzem a muitas reflexões quando comparamos nossas histórias de vida. Nesta perspectiva,

A trajetória da pesquisa qualitativa confirma o fato de que tanto o relato da realidade produz a história como ele mesmo produz a realidade. As pessoas vão contando suas experiências, crenças e expectativas e, ao mesmo tempo, vão anunciando novas possibilidades, intenções e projetos. Às vezes, torna-se até difícil separar o vivido do que está por viver.
(CUNHA, 1997, p. 188).

Desse modo, através da abordagem qualitativa, foi melhor proceder às análises das experiências de maternidades entre as mulheres negras com as quais eu dialoguei durante a realização da pesquisa. Doravante, apresentarei alguns aspectos sobre as histórias de vida e as experiências de um conjunto de mulheres negras, moradoras do bairro Liberdade II em Teixeira de Freitas.

4.1 BREVE BIOGRAFIA DAS INTERLOCUTORAS DA PESQUISA

Aldeci, 60 anos, é a mais velha entre as interlocutoras da pesquisa. Possui estatura mediana e costuma usar vestidos floridos. Cresceu órfã de mãe. Foi criada na zona rural. Solteira. Integra uma família de doze irmãos, sendo de mãe e pai apenas oito; e mais quatro de outro relacionamento paterno. Tem oito filhos. A sua primeira gestação ocorreu aos catorze anos. Como a maioria das mães negras brasileiras, criou os filhos sem a presença paterna. Nunca frequentou a escola, pois, seu pai não permitiu. Seus pais eram analfabetos. Em uma casa alugada, Aldeci mora com um dos seus irmãos, dois seus filhos e duas netas. A renda mensal da família é de, aproximadamente, um salário mínimo, mais o benefício da bolsa família.

Dielle, 26 anos, é natural de Teixeira de Freitas. Casada, desempregada e mãe de um autista. A sua primeira gestação aconteceu aos dezoito anos. No contexto da realização da pesquisa de campo, ela estava no quarto mês da segunda gestação, de uma menina. Interrompeu os estudos na oitava série do Ensino Fundamental II. Em uma casa própria, Dielle reside com o companheiro e o filho. Seus pais são analfabetos.

Luciene, 36 anos, também natural de Teixeira de Freitas. Integra uma família de cinco irmãos. Tem uma filha e um filho. Taine, com quinze e Samuel com dez anos de idade. Tornou-se mãe pela primeira vez aos vinte anos. Em uma casa própria, mora com seus dois filhos. Por conta da gestação, interrompeu os estudos no segundo ano do Ensino médio. Atualmente, trabalha como doméstica.

Paula Cristina, 38 anos, casada. Foi criada pelo pai e pela avó paterna. Mãe de cinco filhos, sendo que um entre eles é portador de necessidades especiais. Tornou-se mãe pela primeira aos quinze anos de idade. Para fugir das constantes agressões a que era submetida pelo marido, acabou entregando as duas primeiras filhas para adoção. Estudou até a 6ª série do Ensino fundamental, mas acabou abandonando a escola para trabalhar e cuidar dos filhos. Atualmente, trabalha como faxineira. Em uma casa própria, ela reside com o seu atual companheiro e como os três filhos do casal.

Petrícia, 36 anos. A maternidade sempre foi um sonho. Casou-se aos dezenove anos e, aos vinte, engravidou. Tem uma filha e um filho. Jhemili com dezesseis e Victor com doze anos de idade. Mais jovem, para poder se dedicar a criação dos filhos por não ter com quem deixá-los, ela interrompeu os estudos na primeira série do Ensino Médio. Trabalha como manicure na própria casa, onde mora o companheiro e seus dois filhos.

Sandra, 44 anos, natural de Helvécia. Integra uma família de doze irmãos. Para fugir das dificuldades materiais em que se encontrava, contraiu o primeiro matrimônio aos quinze anos de idade. Aos dezessete, engravidou pela primeira vez. É mãe de uma filha e três filhos. Acredita que os filhos representam bênçãos na vida! Nunca frequentou escola. Desempregada, reside com o seu companheiro e dois dos seus filhos em uma casa própria.

Tania, 38 anos, natural de Xique-xique. Divorciada. Possui sete irmãos. É mãe de três filhos. Tornou-se mãe pela primeira vez aos vinte anos de idade, o pai não quis assumir. Por não ter com quem deixar, interrompeu os estudos para cuidar da filha. Em 2017, concluiu os seus estudos. Trabalha como Agente de Saúde no bairro Liberdade II, onde, em uma casa própria, reside com seus filhos.

Vanessa, 34 anos, casada. Tornou-se mãe aos vinte e sete anos de idade. Seus pais são analfabetos. Foi criada apenas pela mãe. Tem seis irmãos. É mãe de Sofia Vitória. Considera a maternidade uma benção transformadora. Por não ter com quem deixar a filha, interrompeu os estudos. Recentemente, conseguiu concluir um curso técnico. Desempregada, ela reside em uma casa própria com seu companheiro e sua filha.

4.2 MÃES NEGRAS TECENDO A EXISTÊNCIA NO CRIAMENTO DOS FILHOS E FILHAS

Pra mim, mais difícil foi... sei lá. Doar minhas filhas pros outros que eu não pude criar. Pra mim foi o momento mais difícil. (...) foi porque eu fiquei muito apavorada com medo dele, ele era muito violento. Aí eu tive que largar minhas filhas com os outro e ir embora. (Paula. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

Tamanha fatalidade, não possibilitou que ela exercesse maternidade com as duas filhas que entregou para a doação em decorrência das práticas de violências que sofria pelo marido. Paula relatou ter sido o momento mais difícil que ela passou na vida. Narra que entregar as filhas para adoção foi a saída por ela encontrada naquele contexto para, mais rapidamente, conseguir sobreviver.

Entre as diversas formas de violência sofridas pelas mães negras, compute-se aí, um estado negligente e desatento com as constantes atrocidades que incidem sobre as mulheres negras. Formas de violências que acometem as mães negras quando, por algum motivo, perdem seus filhos, em ações genocidas encampadas pelas polícias militares

brasileiras que exterminam adolescentes negros; ou, quando são brutalmente assassinadas por seus companheiros transtornados, muitos entre eles, desempregados e/ou subempregados e com problemas relacionados aos usos de álcool e outras drogas. Homens que, passionadamente, são capazes de ceifar suas próprias vidas, as de suas companheiras e as de seus filhos e filhas, como quase diariamente registrados nos jornais e redes sociais diversas.

São inúmeras os adolescentes e crianças negras que, muito cedo, se tornam órfãs de pai ou mãe, não podendo esquecer-nos, da violência obstétrica que vitimiza centenas de mulheres negras.

Segundo os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), homens, negros e jovens são os que mais morrem e os que mais matam. Em 2016 foram registradas 61.283 mortes violentas 2016 no Brasil: a maioria das vítimas foram homens (92%), negros (74,5%) e jovens (53% entre 15 e 29 anos). Segundo o Atlas da Violência publicado em 2017 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as mortes violentas no país subiram 10,2% entre os anos 2005 e 2015. Mas, entre pessoas com idade entre 15 a 29 anos a alta foi de 17,2%. Desde os anos 1980, se registra um quantitativo elevadíssimo de pessoas muito jovens mortas. Desde então, a idade pico diminuiu de 25 para 21 anos. Neste contingente, observa-se que os percentuais de negros e pardos representam a maioria, quase três vezes maior que os de brancos.

Estes dados quantitativos evidenciam traços gritantes de ações racistas de uma sociedade na qual ainda predomina o mito da democracia racial, que, por vezes, torna ainda mais difícil as lutas pelo fim do racismo em uma sociedade com muita dificuldade em reconhecer-se como tal. Fica ainda mais difícil combater uma prática que “não existe”. Entretanto, como bem analisado por Silvio Almeida (2019), o racismo é estruturante da formação cultural e das relações de sociabilidades brasileiras.

Dessa forma, nota-se o quão tem sido sofrida as experiências de maternidade entre as mulheres negras ao longo da história do Brasil. De acordo com Cecília Moreira Soares, desde finais do século XVIII, na Bahia, as mulheres negras passaram a participar mais ativamente da economia local através da promoção da circulação de serviços essenciais na ordem do cotidiano. Apesar de toda a perseguição contra elas praticada, “a presença dos filhos ali perto parece indicar que essas mulheres labutavam sozinhas pela

sobrevivência. Algumas provavelmente deixavam os filhos em casa, o que nem sempre era seguro”, (SOARES, 1994, p. 57).

Para chegar até aqui, o trabalho de análise dos dados deste estudo, se constitui como uma tarefa árduo. A dificuldade em reunir todas as mães em um mesmo horário e local, de acordo com as disponibilidades de cada com relação aos horários, os quais, coordenei para os encontros acontecessem. Em algumas vezes, faltando poucos dias para nos encontramos, recebia a notícia de alguma das interlocutoras que, por algum motivo, não poderia participar da atividade. Desse modo, vários encontros foram remarcados para que eu pudesse reunir o maior número de mães.

Os contatos e os convites as mães negras para que participassem da pesquisa, ocorreram individualmente. Algumas abordagens aconteceram na Unidade Básica de Saúde do bairro Liberdade II; outras, pessoalmente em suas residências. Ao todo foram contatadas 20 mulheres-mães negras que, embora tenham demonstrado interesse em participar das oficinas, apenas 8 compareceram regularmente aos nossos encontros de atividades. Em contatos com as mulheres-mães negras ausentes nos encontros e oficinas, obtive justificativas diversas, tais como: falta de tempo, cansaço físico, repouso pós-cirúrgico, incompatibilidade de horários e não ter com quem deixar os filhos, mesmo quando os pais das crianças estavam em casa.

Algumas mães levaram seus filhos e filhas aos nossos encontros. Para entretê-los enquanto suas mães participavam das atividades, em um lugar adjacente, no fundo de uma casa próxima, providenciei a montagem de um pula-pula para as crianças, uma delas, portadora de necessidades especiais. Foi necessário também conseguir uma pessoa que possuía habilidades com crianças para monitorá-las. Também providenciei lanches, para as mães e para os seus filhos e filhas.

Por questões de limitação de recursos para a realização dos encontros e das atividades das oficinas, surgiram alguns contratemplos, uma vez que, tive dificuldade em conseguir todos os materiais necessários para realizar as atividades com as mães participantes. Durante muitos dias, maratonei em diversas papelarias, armarinhos e lojas de tecidos da cidade em busca do menor preço. Ao mesmo tempo, não queria realizar as atividades com materiais de baixa qualidade para a realização, por exemplo, da colcha de retalhos, dinâmica fundamental para os registros das narrativas.

Vencidos alguns obstáculos, no dia 11 de janeiro de 2020, o local do encontro foi o quintal da minha casa, um espaço amplo com uma parte apenas coberta, o que

proporcionou frescor ao ambiente. Confesso que a ansiedade tomou conta, observava constantemente o relógio e a rua, para saber quem estava chegando e quem ainda faltava. Passados meia hora do horário combinado, fiz algumas ligações para certificar que elas estavam à caminho; outras, registraram em mensagens de whatsapp, a sua dificuldade em comparecer, justificando a ausência. Como algumas mães moram próximas ao local do encontro, fui pessoalmente buscá-las.

A recepção foi bem calorosa, uma vez que, as mães que compareceram sabiam da importância do encontro e da temática a ser discutida. Se mostraram ansiosas, ao mesmo tempo, bem à vontade. Pela proximidade entre as suas residências, a maioria delas já se conheciam, desse modo, enquanto aguardavam a chegada das demais participantes, conversavam sobre assuntos diversos da ordem do cotidiano. Nestes momentos, me sentia feliz pelo fato de estar proporcionando aquelas conversas casuais, principalmente, por ter sido em uma noite de sábado, o que para muitas delas, os encontros representavam momentos de lazeres e entretenimento.

Decorridos trinta minutos do horário combinado, resolvi iniciar com as mães presentes uma roda de conversa, começando pela apresentação das pessoas que colaborariam na monitoria dos encontros, pelos lanches, pelas gravações dos áudios, pelos registros fotográficos e entretenimento das crianças. Relembrei os objetivos do encontro e sua importância, agradecendo a cada uma por sua presença. Iniciando as atividades, antes de começarmos a roda de conversa, assistimos o curta-metragem Vida Maria, na sequência, discutimos a temática do vídeo. Dando continuidade nas atividades previstas no planejamento, iniciei as entrevistas de forma bem dinâmica. Algumas mães se mostraram menos inibidas para falar sobre o assunto; outras, mais tímidas. No terceiro momento, realizei a dinâmica para confecção da colcha de retalhos, na qual, cada participante, em um retalho de tecido por ela escolhido, registraram, no primeiro momento, palavras e/ou imagens relacionadas às suas infâncias e, no segundo momento, às memórias relacionadas a maternidade.

No intervalo, lanchamos coletivamente, momento em que aproveitamos para conversas sobre temáticas diversas, não necessariamente, relacionadas as atividades do encontro. Findo o intervalo, no retorno às atividades, elas apresentaram os seus registros tecendo comentários sobre.

Por intermédio das narrativas sobre as experiências de maternidades, observei a difícil realidade em que se encontram as mães negras de Teixeira de Freitas neste início

do século XXI. Em alguns aspectos, nos lembra a condição social experimentada por outras mulheres negras nos séculos anteriores. A que se deve tais permanências?

O pai ajuda no que pode né, mais não ajuda sempre. E assim, hoje eu acho mais difícil um pouco porque por eu ser sozinha e tudo mais, sou só eu lá em casa, não tem ninguém assim, para que possa estar me ajudando com eles né, e assim eu vou levando, trabalho, saio cedo, deixo eles em casa, vou trabalhar e volto. (...) eles já ficam sozinho, porque Taiane já está com 15 anos e Samuel com 10 então fica os dois sozinhos em casa. (Luciene. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

Ainda é recorrente o fato de que muitas mães negras são obrigadas a deixarem seus filhos sozinhos em casa para buscarem o sustento da família. Muitas vezes, quando com seus companheiros, estes não contribuem de maneira adequada, “ajuda no que pode, mas não ajuda sempre” conforme nos relatou Luciene. Fabiane Rodrigues Fonseca salienta que:

Sempre é atribuída à mãe, a figura materna, a responsabilidade de manter-se atenta aos cuidados com o filho e, à primeira vista nos parece inclusive que, a ela e apenas a ela, é delegado os cuidados com os filhos, especialmente na primeira infância. Isso não significa que a mãe não possa permanecer longe de seu filho por algumas horas ou por um curto período de tempo, mas que cabe a ela fazer com que este período em que estará afastada do filho, seja o menos angustiante possível, especialmente entregando a criança aos cuidados de alguém por quem a criança tenha amor e confiança. (2017, p. 28).

Em suas narrativas, as mães negras se queixam sobre a ausência de ter com quem dividir as responsabilidades na criação e educação doméstica dos seus filhos e filhas. Contando sobre quem cuidava dos seus filhos quando ela estava trabalhando, Dona Aldeci observou que:

[...] eles mesmo, meus filhos mesmo que ficava em casa. Trabalhava braçal para os outros, é, de boia fria. Trabalhei muito, muito, muito mesmo! Trabalhava na fazenda aqui pra um, trabalhava ali pra outro amanhã. Trabalhava, trabalhei muito, me deixa falar pra vocês, trabalhei foi muito, mais boia-fria né. Ai não estudei. A mais nova quando eles ficavam em casa, a caçula, vamos se tirar pela caçula, tinha três anos, mais, os outros um era de cinco, o outro de quatro, outro de três, e assim foi levando um de seis e um de sete isso assim era a idade. (Aldeci. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

A partir da narrativa de Dona Aldeci, constatei que outras mulheres negras como ela, não tiveram alternativa a não ser lutar pela sobrevivência. E, para isso, não restava outra possibilidade e não ser deixá-los sós em casa, uns cuidando dos outros.

4.3 MÃES NEGRAS NARRAM SUAS HISTÓRIAS: INFÂNCIAS E MATERNIDADES IMPORTANTES

Nesta parte do texto, apresento as narrativas sobre as experiências de maternidade das mulheres negras do bairro Liberdade II em Teixeira de Freitas. Sempre que necessário, estabelecerei diálogo com algumas referências, através das quais, procuraremos melhor compreender as enunciações narrativas, entendidas, como produções voluntárias nas quais uma pessoa elabora relatos sobre si a partir de diferentes processos mnemônicos.

Sobre as experiências de maternidade negra, Fabiana Carneiro da Silva sinaliza que:

A experiência que dá origem à figura simbólica da “mãe preta”, narrada desde a história social da escravidão, é, portanto, a de uma sociedade em que à maternidade da mulher negra não possui o mesmo reconhecimento social com que foi construída a noção de ser mãe para as mulheres brancas. (SILVA, 2018, p. 144).

Visto que a mãe preta no tempo da escravidão teve negado o direito se dedicar aos seus próprios filhos. Posteriormente, através das práticas discursivas eugenistas, os racialistas brasileiros, adotaram estratégias para afastar as mães negras dos cuidados das crianças brancas, filhas de suas senhoras. Aos nossos dias, muitas mães negras não possui o privilégio de se dedicarem na criação dos seus filhos e filhas. Na luta pela sobrevivência, muitas são obrigadas a deixá-los sob o cuidado de terceiros, ou mesmo, sozinhos em casa, para garantir o sustento, muitas vezes, cuidando dos filhos de suas patroas.

Dona Aldeci passou a maior parte de sua vida no campo. Analfabeta, seu pai dizia que seu lápis era a enxada. Não chegou a conhecer a sua mãe, uma vez que, ela morreu no durante o seu nascimento. Aldeci relata que criou seus oito filhos através do trabalho braçal nas lavouras da região:

“Morava numa beiradinha de roça, na cidade, aqui no bairro tem pouco tempo, mas eu sempre fui moradora de roça. Por morar na roça eu já sofri muito, eu sofri muito por morar na roça, sofri muito no criamento

dos meus filhos e sofri muito pelos meus pais que eram pobres que nunca me deram apoio”. (Aldeci. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

O relato de Dona Aldeci nos mostra a continuidade do abandono da população negra pelo poder público desde o “fim” do trabalho escravo no Brasil. As pessoas negras, passaram a ocupar, geograficamente, os lugares mais remotos dos centros urbanos, aglomerando-se em comunidades diversas. Ocorre que, essas ocupações, desprovidos de estrutura básica essenciais como água, iluminação e esgotamento sanitário são, ainda hoje, uma realidade de boa parte dos bairros ocupados por uma população predominantemente negra, a exemplo do Bairro Liberdade II, onde residem as interlocutoras da pesquisa, cujos relatos revelam a continuidade da situação de subjugação e abandono da população negra ao longo de sua história.

Figura4 – Dona Aldeci



Fonte: arquivo próprio da pesquisadora.

No relato de Sandra, os seus relatos sobre experiência de maternidade se confundem com os de sua mãe, o que me possibilita dizer sobre a permanência de formas de dificuldades entre diversas gerações de mulheres negras.

“Meu nome é Sandra, eu tenho 44 anos, sou do lar agora né, mais é, se for voltar a contar minha história desde o princípio que eu me conheci como gente, eu vim de uma família é... Parte de avôs e de avós até bem financeiramente, mas é um bem assim, que eu não cheguei a desfrutar, é que minha mãe perdeu a mãe dela muito cedo, minha mãe perdeu a mãe dela com nove anos de idade (...) minha mãe teve doze filhos que ela falava, porém cinco morreu. Desses doze filhos só resta sete vivos. Somos cinco mulheres e dois filhos homens vivos, e repetiu a história da minha mãe, é assim, mãe, ela fala que ela criou nós tudo sem marido, sem ajuda de homem pra poder ajudar ela, é, e assim, alguns ela ficava, alguns ela botava em casa de família. Eu me lembro que eu aos dez anos de idade eu já tinha passado por algumas casas de família, né, trabalhando, em casa de família que ela me deixava. Ela alegava que não tinha como cuidar de tantos filhos sem marido, e, então assim, eu também trabalhei muito cedo em roça (...)”. (Sandra. Entrevista concedida em 20 de janeiro de 2020).

Noto que os avanços obtidos ao longo da história foram poucos diante das lutas travadas pelas mulheres negras em seus percursos, o que torna as experiências de maternidade muito diferenciadas quando comparado às das mulheres brancas. Fabiana Carneiro da Silva chama a atenção quanto a invisibilidade da mulher negra, enquanto mãe:

Os dois estereótipos de representação da mulher negra na literatura nacional – o da “mulata” e o da “mãe preta” – subtraem a possibilidade de que essa mulher seja representada subjetivamente enquanto mãe, na medida em que num dos casos ela é estéril e na outra sua relação com o próprio filho é invisibilidade, restando apenas o corpo-força-de-trabalho, neste caso a serviço de prover alimento e cuidados para a criança branca. (SILVA, 2018, p. 148).

Se analisarmos as políticas públicas vigentes em nosso país, nenhuma dá respaldo suficiente às mães negras para exercerem suas experiências de maternidade. As vagas nas creches são pouquíssimas. Em Teixeira de Freitas, por exemplo, pouquíssimos bairros contam com, pelo menos, uma creche, que, aliás, parece estarem desaparecendo em diversas cidades brasileiras.

Em minha experiência de maternidade, para poder estudar tive que promover uma ação judicial no Ministério Público para poder conseguir uma vaga em uma creche para a minha filha mais velha.

Nas entrevistas de emprego, às mulheres, geralmente se pergunta, quantos filhos tem e, em caso afirmativo, se pretendem ter outros. Entre os homens, nas entrevistas de emprego, dificilmente a estes se pergunta se são pais e em quais condições exercem suas experiências de maternidade. Aliás, acabo de me dar conta, da inexistência de pesquisas e estudos no âmbito dessa questão. Fica então, uma sugestão para quem se interesse em problematizar as experiências de paternidade entre os homens, se não historicamente, pelo menos na contemporaneidade. Conforme Silva (2018), assim como no relato de Dona Aldeci, as mulheres negras continuam sendo recrutadas para a realização de serviços como empregadas domésticas, primeiro, pelos baixos índices de escolarização entre as mulheres negras que se ocupam deste tipo de serviço; segundo, pela conjunção preconceituosa que associa cor e porte físico, tal como praticado desde os idos coloniais. Outra possibilidade de pesquisa a ser realizada é identificar, nas distintas regiões brasileiras, os percentuais de empregabilidade de domésticas brancas e negras e suas experiências de trabalho e maternidades.

Quando falamos em crianças órfãs, a maioria é formada por crianças negras, o quadro se repete no que diz respeito as mães que perderam seus filhos nos partos, grande maioria são as mães negras que ficaram sem seus filhos. Seja por negligência médica, seja pelas questões de ordem financeira e psicológica de criação, como veremos em alguns relatos, mulheres que perderam suas mães no parto ou ainda mulheres que foram obrigadas a doar seus filhos, por questão de segurança e sobrevivência. Sobre a sua criação, Dona Aldeci, disse:

“Meus pais não, meu pai, porque minha mãe morreu e eu não conheci, minha mãe morreu de parto e eu não conheci ela. Fui criada pela mão dos outros. Sofri muito na mão de madrastra, mais sofri, sofri, sofri, mais sofri muito. Mais graças a Deus, o sofrimento foi, foi doído, foi pesado, mais eu venci. Graças a Deus! (Aldeci. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

Aos catorze anos, acreditando que poria um fim nas difíceis condições materiais em que se encontrava, fugiu de casa para experimentar uma situação matrimonial com um companheiro a quem ela devotou a possibilidade de uma vida mais feliz, tranquila e

amena. Como relata, “ah, eu fugi de casa que o sofrimento foi demais, foi com catorze anos (risos). Eu não aguentei mais não; ah, tenho que sair fora para aliviar um pouquinho do sofrimento, mas num foi aliviar porque lá nas garras do homem eu tornei a sofrer de novo né”, (Aldeci, entrevistada em 11 de janeiro de 2020). Nesse sentido,

A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. A violência doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. (CARNEIRO, 2003, p. 117).

Foi necessário a criação de políticas públicas para que mulheres brancas e negras tivessem respaldo legal sobre seus próprios corpos. Dona Aldeci relatou que, da infância até a vida de casada, sofreu diversos tipos de violência. Infelizmente, não deixou de sofrer ao lado do seu companheiro, realidade que ainda se repete entre mulheres negras, muitas entre elas, ouvindo de suas mães velhas (avós, mães, tias) a seguinte frase: “ruim com ele, pior sem ele! ”. A frase por si revela uma dimensão estampada de dor e violência, posto que, muitas mulheres precisaram se calar, silenciar e fingir, literalmente, que nada estava acontecendo. Aos nossos dias, nós continuamos convivendo com esta realidade por não terem para onde ir acaso resolvam romper com os casamentos tóxicos. Neste sentido, o silêncio é uma forma de anulação.

Muitas jovens mães negras são obrigadas a manter relacionamentos abusivos, sobretudo, pelo fato de dependerem financeiramente de seus companheiros que, aliás, no companhia, são peritos em deixar as suas mulheres sozinhas, seja para as incansáveis partidas de futebol e para as saidinhas diversas para bares, botecos e similares com os amigos, quando, não inventam (isso, inventam) serviços extras, momentos nos quais muitos aproveitam para se envolverem com outras mulheres, deixando as suas e seus filhos dentro de casa.

Outro aspecto que me chamou a atenção nas experiências de maternidade entre as mulheres negras, é o fato de que as mães, em sua grande maioria, não recebem os cuidados necessários no puerpério: nem todas têm esse privilégio, isso porque, não tem nenhuma pessoa que lhes dê assistência, ou porque, perpetua o estigma de que a mulher negra é forte e não necessita de ajuda alheia. Sobre estes cuidados, Dona Aldeci lembrou:

“Eu mesma. Eu, eu cuidava das minhas roupas, eu cuidava de filho, eu dava banho. E ainda não tinha esse negócio de maizena, era mingau de

farinha, eu fazia um pirão-são de farinha, enfiava na boca do maldito botava eles pra dormir, e ia trabalhar, lavar minha roupa, barrer casa, fazer meus serviços de casa. Mais ninguém me auxiliava não, a fazer nada não”. (Aldeci. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

O caso de Dona Aldeci não é isolado. Ela integra o grupo de mães negras que não contou com a presença e apoio de sua mãe, condição que não a impediu de, a partir de outros exemplos, dar a assistência e os cuidados que seus filhos necessitaram e que ela pode realizar. Alberto Heráclito Ferreira Filho esboçou um quadro analítico que nos possibilita entender as duras condições em que viveram as mulheres negras no século XIX.

Pensando nas práticas conjugais, o historiador observou que “o casamento tinha como objetivo garantir a solidariedade intra-grupal dos elementos abastados da sociedade, pois a manutenção da riqueza e do prestígio social fazia-se regra”, (FERREIRA FILHO, 2003, p. 115). Ele denominou a relação conjugal predominante na época pela elite como “mercado de casamentos”, uma vez que, as famílias zelavam tanto pela honra das filhas para garantir um casamento bem-sucedido com um pretendente rico, que era comum o caso de muitas jovens serem enviadas para os conventos como forma de garantir sua integridade física e moral, no caso dos filhos, os mesmos eram enviados para estudar no exterior. Para ele, nem todos as donzelas acatam as decisões dos pais em relação a escolha do seu cônjuge. Desse modo, era corriqueiro fugas, suicídios ou a efetivação do ato sexual para tirar sua “honra” garantindo sua liberdade amorosa, sendo por vezes tornando notícias dos jornais da época pelo fim trágico da história amorosa.

O contexto em que viviam as mulheres do século XIX eram bem rígidos em relação aos seus corpos e relacionamentos afetivos. Viviam sob controle das famílias e da sociedade, sendo que os bons costumes e moral das famílias determinavam que as “mulheres” cassassem virgens. Independentemente da classe social ou etnia, era comum às famílias realizarem denúncias pelo desvirginamento das menores de vinte e um anos de idade, as defloradas, tocadas antes de seus casamentos.

Relativos “crimes contra honestidade das famílias e do Ultraje Público ao Pudor”. No artigo 267, o delito era descrito como “ato de deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou a fraude”. Caracterizava a sedução, o engano ou a fraude, quando a “vontade da mulher estava subjugada aos interesses do autor do delito”, sendo estas, portanto, vítima de um ato cujas consequências não vislumbrava. A

pena estipulada era de um ano quatro anos de prisão, sendo que, não havendo impossibilidade jurídica, o casamento tornava nulo o delito. (FERREIRA FILHO, 2003, p. 127).

Não é de agora que as leis brasileiras são mais favoráveis às pessoas que possuem poder aquisitivo. “A título de exemplo, em doze caso de defloramentos nos quais os acusados são militares, só dois foram considerados culpados”, (FERREIRA FILHO, p. 134, 2003). Muitos dos casos, as vítimas eram iludidas por promessas de condições de vida melhores, um casamento conforme exigia a sociedade, era comum também se entregarem na esperança de escapar dos maus tratos sofridos em casa pela família. Nota-se que o fato de serem os homens de condições mais elevadas considerados “inocentes” permitiam que outros viesse promover tais abusos sem nenhuma responsabilidade para com as mulheres desonradas.

Esclarece que os “coleccionadores de cabaços” eram festejados pelas suas conquistas sexuais e as suas histórias recitadas, entre um gole e outro de pinga, em muitos botequins da cidade. O próprio Dr. Xavier conhecia um desses indivíduos que “aqui na capital, conta, como padrão de glória, 21 defloramentos, um outro 12 e um terceiro 6, esse último ainda em começo de carreira”. (FERREIRA FILHO, P. 152, 2003).

Parece ter havido nos séculos passados aparatos legais que responsabilizasse os homens pela paternidade, fato que os desobrigou a assumir os cuidados pela criação dos filhos e filhas que tinham com meia dúzia de mulheres. Neste sentido, “a falta do casamento legal e do reconhecimento da paternidade acabava por isentar os homens da responsabilidade social e jurídica para com a criação dos filhos”, (FERREIRA FILHO, p. 129, 2003). Muito embora neste início de século XXI as leis em vigor obrigavam os homens quanto à assunção da paternidade, na prática, muitos deles, como no passado, continuam, quando de sua conveniência, abandonando suas companheiras e seus filhos.

Dessa maneira, mesmo sendo as mulheres que arcavam com o sustento das suas famílias, uma vez que os pais se isentam da responsabilidade, vale enfatizar que com respaldo da justiça como veremos na citação a seguir, a figura do pai nunca deixou de ser uma forte referência para grande maioria das famílias:

Das 89 “ofendidas” que se apresentaram à justiça, 20 (22, 17%) estavam grávidas, sendo que apenas duas conseguiram forçar o casamento com os parceiros. Restavam às outras decidir sobre o futuro dos filhos e a

consequente alteração das suas identidades sociais, propiciada pela condição de mães solteiras. (FERREIRA FILHO, 2003, p. 154).

Ter a presença de um homem em casa, ainda que maneira ilustrativa, já foi muito valorizado em outrora, ainda que fossem as mulheres negras as responsáveis na manutenção de suas casas. Diante de tal observação, observo a mesma realidade entre as negras baianas em pleno início de século XXI.

A paternidade não reconhecida foi um fenômeno comum na sociedade brasileira ao longo de sua história. Quando fazemos a leitura da Lei 13.112/2015, observamos ser bem recente o olhar voltado para tal questão. Conforme aquela Lei, cabe ao pai ou a mãe, individualmente ou juntos, o dever de fazer o registro no prazo de quinze dias. Se um dos dois não cumprir a exigência dentro do período, o outro terá um mês e meio para realizar a declaração.

Vale ressaltar que foi preciso uma presidente assumir o senado para tal medida fosse tomada, tornando evidente que, em mandatos anteriores, tal questão não recebeu tratamento adequado. A norma sancionada pela presidente Dilma Rousseff equipara legalmente mães e pais quanto à obrigação de registrar o recém-nascido. Antes da publicação da lei, era exclusiva do pai a iniciativa de registrar o filho nos primeiros 15 dias desde o nascimento. Apenas se houvesse omissão ou impedimento do genitor, é que a mãe poderia assumir seu lugar. Pode-se considerar um grande avanço para história das mulheres. O texto que deu origem à Lei (PLC 16/2013) foi aprovado pelo Senado no dia 5 de março.

Na análise de Ferreira Filho (2003) tendo a mulher pobre que arcar quase sempre sozinha com a responsabilidade econômica e moral para com a criação dos filhos, no aborto clandestino, o infanticídio e o abandono do recém-nascido, eram tomados como únicas soluções à época. Sendo que os métodos contraceptivos ainda não tinham eficácia. Era na parceria com as parteiras, curandeiras, era criado um vínculo de afetividade de mulher para mulher, quando o conhecimento das ervas abortivas eram as únicas aliadas das mulheres em desespero.

O autor destaca que a gravidez indesejada unia mulheres de diversas procedências sociais e étnicas, tais questões ajudavam a tecer redes de solidariedade feminina, através de um saber oral, sobre o seu próprio corpo, próprio das mulheres.

A república não veio alterar a feição do problema. Era comum cadáveres de recém-nascidos serem encontrados nos mais variados pontos da cidade republicana. No ano de 1922, os jornais noticiavam, sob título “Atirado aos cães da rua”, a descoberta de um prematuro de sete meses, na ladeira de São Francisco, envolto num embrulho de “papel gazeta”. (FERREIRA FILHO, 2003, p. 156).

Naquele contexto, as condições de maternidade negra na capital baiana eram vistas como atrasadas devido ao grande número de mortalidade infantil. Diminuir a mortalidade e conquistar índices positivos de natalidade fazia parte do projeto ambicioso de civilizar Salvador que se desenvolvia a passos lentos, comparados outras capitais brasileiras como Rio de Janeiro. No século XVIII, depois de várias tentativas para a resolução do problema, foi instituída a Roda dos Expostos, sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia.

A Roda dos Expostos foi procurada por mulheres de origens sociais diversas. As mães que aí deixavam seus filhos eram classificadas como “desnaturadas”, o contexto em que viviam era completamente ignorado pela sociedade que sentia no dever e direito de julgá-las. Entretanto, tais resoluções demonstraram que muitas mães pobres, acredito eu que em sua grande maioria negras; colocaram seus filhos na Roda, mas não queriam romper seus vínculos com eles.

A crioula Maria Ignácia, ao deixar um garoto pardo de três meses no asilo dos expostos em 1910, pediu “encarecidamente à muito digna Irmã Superiora a fineza de me deixar ver nos primeiros domingos o meu filho Astério. Em 1917, uma outra mãe, após declarar que o que a levava a recolher o filho era “a necessidade imperante” de trabalhar, pedia permissão “para vê-lo ao menos uma vez por mês”. E, em 1918, declarava “que muito me dói o coração me separar dele” e pedia: “que deixe eu ver eu também peço que deixe vir buscar para sexta-feira da paixão comigo, voltava depois que acompanhar a procissão do Senhor. (FERREIRA FILHO, 2003, p. 163).

Observe que muitas mulheres que deixavam os filhos na Roda dos Expostos tão somente por não ter como sustentá-los, procuram, de alguma forma, não perder os vínculos com as suas crias, em uma sociedade que condenava a mãe solteira e o estado não disponibilizava oportunidades de trabalhos para elas manterem a si e aos filhos, uma vez que os pais estavam isentos de tais compromissos. Como grande maioria lutava diariamente pelo próprio sustento, sustentar um recém-nascido estava fora do contexto real das mães negras que viviam a margem da pobreza.

Sobre tais reflexos, através da narrativa de Sandra, pode-se ler que tal posturas criminosas contra as mulheres negras continuam presentes:

“Falando da minha vida é, até chegar aos 14 anos de idade, eu já tinha passado por muita casa de família - experiência boa e experiência não boa em casa de família. Com 12 ou 13 anos de idade em casa de família eu acordava altas horas da noite, com os maridos das mulheres é, me apalpando na cama, por esse motivo que eu nunca quis colocar minha única filha mulher que eu tenho, que Deus me deu para trabalhar em casa de família, porque eu sofri muito em casa de famílias entendeu? Assim, e eu falava assim que quando eu tivesse a minha família, eu não queria que minha filha, e meus filho passassem pelas mesmas coisas que eu passei”. (Sandra. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

Era justamente a condição de mãe solteira, com muitos filhos a quem repartir o pão, sem ninguém para compartilhar tamanha responsabilidade que obrigou a sua mãe a deixá-la sob o cuidado de estranhos para não faltar o alimento. Hábitos comuns nos tempos da escravidão que infelizmente se repetem para com a população negra de baixa renda que se concentra em grande maioria nos bairros populares. Ao perguntar à Vanessa sobre sua gravidez, ela afirma tê-la planejado:

“Desde minha adolescência, a minha mãe foi mãe muito cedo, então eu acho que porque ela foi mãe muito cedo, ela não pode aproveitar muito a vida dela, então eu quis aproveitar bastante a minha vida para depois ser mãe, e aproveitar o outro tipo de vida agora como mãe”. (Vanessa. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

Vanessa enfatiza a questão da maternidade precoce. Refere-se a sua mãe que por tido filhos muito cedo não aproveitou muito a vida. Tendo a vida materna de sua mãe como experiência a não ser seguida, planeja sua gravidez. Entre as irmãs, foi a mãe que teve filhos mais tarde, aos 27 anos. Não querendo passar pelos mesmos sofrimentos que viu sua mãe passar. Dessa forma, acredita que a maternidade precoce acaba de certa forma atrapalhando os planos de uma mulher, como: estudar, trabalhar e garantir independência financeira. Quando perguntei sobre ter que conciliar maternidade e os estudos, ela respondeu:

“Eu já tinha terminado o colegial né, aí depois eu ia começar um curso técnico, a como eu já estava planejando engravidar. Ai logo quando. Quando eu engravidei, eu parei de procurar mais os cursos técnicos, depois que eu engravidei, aí depois de quatro anos eu fui começar meu

curso técnico. Eu dei prioridade a minha filha”. (Vanessa. Entrevista concedida em 11 de janeiro de 2020).

Quando discutimos sobre os impactos da maternidade precoce, podemos citar a interrupção dos estudos por parte das mães negras em grande maioria adolescente, sendo que não tem condições financeiras de custear despesas com babá e nem mesmo o sistema público garante que essas mães permaneçam a estudar, sendo que o processo de seleção para matricular a criança na creche é burocrático e escasso. Como o ocorrido com algumas de nossas colaboradoras. Perguntei à Luciene se o tempo dedicado aos filhos interferiu em seus estudos:

“Sim, me parou né, eu parei no segundo ano, não terminei meus estudos. Pretendendo voltar esse ano ainda, mais não sei se eu vou voltar. E é difícil, conciliar maternidade, criança com estudo, trabalho. Porque, pra mim, que sou eu sozinha, então fica mais difícil”. (Luciene. Entrevistada em 20 de janeiro de 2020).

Ela enfatizou que a maior dificuldade em continuar os estudos foi em decorrência de ela ser a única responsável pelas crianças, não tendo, à época a participação do companheiro e/ou dos seus familiares.

Dielle, apesar de ter a figura paterna presente, ainda assim, não conseguiu conciliar a criação do filho com os estudos. “A escola eu tive que parar na oitava série. Eu parei pra poder cuidar do meu filho, pra não deixar ele com ninguém, pra mim poder eu mesma queria cuidar do meu filho”, (Dielle. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

Podemos atribuir a vários motivos ao fato de as mães negras terem dificuldades na integralização dos seus estudos na Educação Básica. Mesmo quando tem seus companheiros em casa, não garante a participação deles nos cuidados dos filhos para as mães estudarem. É bem verdade que, muitos homens negros que vivenciam dessas situações, também não concluíram seus estudos; ou por ciúmes, muitos elaboraram estratégias das mais descabidas para atrapalhar suas mulheres a frequentar a escola.

Alguns fatores relacionados a condições físicas e/ou psicológicas também interferem nas experiências de maternidade entre as mulheres negras, o que compromete também a realização de outras atividades. Petrócia disse que:

“Estudei até o primeiro ano. Aí fui pra escola, mesmo grávida fui, só que eu não aguentava ficar em pé, porque eu enjoiei muito, fiquei de

cama, aí às vezes as pessoas falam: “Há, gravidez não é doença”. Em umas partes sim, porque às vezes era muito enjojo eu não conseguia comer, se alimentar, eu não conseguia beber água, não conseguia fazer nada, não conseguia ficar em pé”. (Petrícia. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

Observe que a gravidez desestrutura os corpos da maioria das mulheres, fator que, entre muitas, afetam-nas o psicológico. Quando uma mulher, durante a gestação, não é acompanhada por profissionais de saúde, isso pode acarretar consequências irreversíveis para elas. No caso de Petrícia, a sua condição física lhe impossibilitou continuar os estudos durante a gravidez, situação também experiênciada por Paula Cristina: “Agora tô trabalhando não posso estudar mais, e que tive os outros três filhos não pude mais estudar, eu parei na sexta série. Não pude mais”, (Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

Na maioria dos casos, as experiências de maternidade entre as mulheres negras são atravessadas por muitos fatores, tais como, cuidar dos filhos, da casa, além dos companheiros que, fruto da herança patriarcal, se comportam como se as suas companheiras fossem suas empregadas, tendo que botar a comida no prato, na mesa, retirá-los e ainda ter que lavar, o que causa um imenso cansaço físico e mental às mulheres. Nestes termos, como podem as jovens mães negras se dedicarem aos seus estudos?

“Quando eu tive minha primeira filha eu passei maior dificuldade, que o pai não quis assumir. No início até eu tentei, mas devido às dificuldades, a distância do colégio eu precisei me afastar do colégio. Fiquei um tempo bom fora da escola, só vim concluir agora o terceiro ano em 2017”. (Tânia. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

Noto que muitas mulheres negras se esforçam em continuar seus estudos depois que seus filhos nascem, mas, quando elas não têm a figura paterna presente e atuante, na maioria das situações, elas abandonam as escolas. As creches públicas possuem baixo número de vagas, fator que também as atrapalha. Com políticas públicas eficazes para as mulheres negras pobres, poderia ser criado, nas próprias escolas, uma estrutura que acolhesse os filhos das mães quando estas estivessem estudando, alternativa que, em larga medida, contribuiria para resolver a dificuldade em encontrar vagas nas creches, já que a muito tempo, elas pararam de ser construídas.

4.4 RELATOS DE PRECONCEITOS

Nesta parte do texto, apresentamos narrativas sobre os tipos de preconceitos por elas sofrido e/ou presenciada por alguém do núcleo familiar. Iniciamos com Aldeci, que diz:

“Hoje! Hoje, de vez em quando eu escuto, no tempo da minha mocidade eu nunca escutei não! Mas, hoje eu escuto. De gente sem escrúpulo na rua! Chama de preta, chama de feia! Tudo quanto é tipo de nome feio. Esses dias eu falei: nunca ganhei esses nomes e agora fico escutando da boca dos outros aí”. (Aldeci. Entrevistada em 20 de maio de 2020).

Dona Aldeci atribui ao tempo presente uma falta de respeito maior em relação a sua cor, mesmo que de forma bem superficial mas tem consciência de que é um absurdo os insultos que fazem a ela nas ruas simplesmente pelo fato de ser negra. Não respeitam nem a sua idade. Podemos perceber em sua fala um sentimento de tristeza devido aos preconceitos sofridos. Aldeci se declarou negra, questiono: sempre se viu negra ou foi o processo?

“Acho que foi o processo. Porque uma vez, um homem fez uma entrevista na minha casa comigo. Aí me perguntou: a senhora se considera como? Aí eu disse negra. Ele disse: negra não! Essa palavra a senhora não fala. Nem para a senhora, nem para seus filhos. A senhora é indígena! Não pode falar isso. Tem que falar que são indígenas! ”. (Aldeci. Entrevistada em 20 de maio de 2020).

O ocorrido com Dona Aldeci não é um caso isolado. O que Aldeci relata é também o retrato de muitas outras mulheres negras que passaram por longos processos de autorreflexão e conflito até que se descobrissem e se reconhecessem como negras – e não como

“morenas” ou “mulatas”. Isso foi notório também em falas de outras mães, ao qual ficava na dúvida entre morena, parda, apesar de ter declarada negra no primeiro momento.

É muito comum as pessoas utilizar de outras classificações, se a pessoa for parda, mas, ter o cabelo liso é cabocla, indígenas só não pode ser negra, porque negra é visto como a última das alternativas, uma pessoa negra – condição esta que, por sua vez, é associada à pobreza, ou relacionada com atos criminosos. Desse modo, é mais difícil para as pessoas negras sem acesso ao conhecimento letrado passar pelo processo de auto

identificação e reconhecimento da sua identidade. Aldeci nos relata um dos preconceitos sofrido pelos filhos na escola:

“Um dia eu fui na escola por causa de preconceito. A gente morava na roça. Eles estudavam na Escola Gilberto da Silva Cardoso. Um colega chamou eles de preto. Apelidando eles de São Benedito. Fui a escola conversar com a professora, e a própria professora disse: não mãe, é porque eles são pretinhos! Parecem São Beneditos os dois. Aí eu não falei mais nada com ela. Mas, tirei os meninos da escola. Matriculei no Colégio Estadual Ângelo Magalhães. Conversei com a direção da escola sobre o motivo da transferência e disseram que a postura da professora estava errada”. (Aldeci. Entrevistada em 20 de maio de 2020).

A experiência de Dona Aldeci se torna mais trágico quando notamos que o preconceito sofrido pelos filhos é legitimado por sua professora. A escola representada pela figura da docente é omissa a situação de racismo ao qual seus filhos foram expostos. Ficando evidente o currículo oculto presente na instituição; onde a mãe inconformada com a situação é obrigada a transferir os filhos para outra escola ao qual a família se sentissem respeitada e sua identidade não fosse motivos de chacotas dos colegas de sala.

Em sua narrativa Dona Aldeci afirma que cuida de sua neta que é negra retinta, para os pais trabalharem, questiono se sua neta se considera negra e a resposta é de arrepiar:

“Ela falou pra mim que odeia preto! Eu falei: epa! Quando eu falei para os pais dela, a mãe dela chorou. Ela não gosta que preto vá à casa dela. Disse que não gosta de pobre, ela fala direto. Quantos anos ela tem? Ela tem 6 anos, mas desde os quatro anos falava. Não gosta de preto, não gosta pobre, não gosta de ir em casa ruim. Quando o tio, Tiago pega nela, ela se limpa. Saí! Saí! Saí de mim porque você é preto. Ela tem preconceito! Ela disse que na escola um colega chamou ela de escurinha. Ela disse que odeia o cabelo! Quando chega lá em casa ela pega toalha marra na cabeça e fica em frente ao espelho o dia inteiro. Diz que é vontade de ter um cabelo liso e grande. As vezes ela segura o cabelo dela e puxa, diz que a vontade é de passar a faca nesse cabelo horrroso que tenho! Fala direto isso! ”. (Aldeci. Entrevistada em 20 de maio de 2020).

Com o relato da neta de Dona Aldeci fica evidente que a criança não tem nenhuma aceitação da sua cor, muito pelo contrário, sente ódio e desprezo pelos traços de sua identidade. É possível atribuir sua atitude como um escudo protetor que a criança desenvolveu ao decorrer dos anos para se defender dos preconceitos sofrido, como por exemplo o fato ocorrido na escola citado por sua avó. Outro fator que pode ter

contribuindo para que a criança não reconheça e aceite sua identidade é o fato de que, além de não se sentir representada em nenhum espaço: escola, televisão e outros; grande maioria das famílias negras não tem nenhuma preparação para trabalhar as questões étnico-raciais com seus filhos.

Eliane Cavalleiro chama a atenção para o dever da escola em relações as relações étnicas:

Compreende-se que o reconhecimento positivo das diferenças étnicas deve ser proporcionado desde os primeiros anos de vida. Para tornar a pré-escola um espaço positivo ao entendimento das diferenças étnicas, é necessário observarmos o processo de socialização atualmente desenvolvido no espaço escolar, que, conforme demonstrado por diversos estudos e pesquisas, parece ignorar essa questão. Contudo a educação infantil não pode esquivar-se do dever de preparar o indivíduo para a existência das diferenças étnicas, já que ela, inevitavelmente, permeará a sua relação com os demais cidadãos. (CAVALLEIRO, 2015, p. 26).

Vanessa nos relata um pouco sobre sua experiência na infância e preconceito:

“Minha vó era negra, criou 5 netas sozinha trabalhando na roça. Era bem resolvida, ela passou isso para nós. Mas, sempre existia o preconceito. A gente sempre tem umas amigas brancas. E elas eram sempre bem vistas em relação a nós negras. Na sala de aula, era não era muito inteligente, não era bonita, só pelo fato de ser branca ela levava mais vantagens. A gente precisava se esforçar, precisa estudar mais, para ser pelo menos um pouquinho vista. Fora da sala de aula também! Mesmo que não é bonita, mas é branca é super aceita! Se é negra, independente de ter um corpo massa, ainda assim não é tão bem vista assim. Querendo ou não, estamos em desvantagens”. (Vanessa. Entrevistada em 21 de maio de 2020).

Apesar de sua avó passar uma força de resistência para suas netas, coragem e persistência criando-as sozinhas com trabalho braçal. Era notório a discriminação, Vanessa (2020), destaca que as amigas brancas estavam sempre em lugar de privilégios simplesmente pelo fato de serem brancas. Em seu tom de voz e expressão foi possível identificar sua revolta diante do ocorrido. Enfatiza que até mesmo em sala de aula era visível o preconceito, onde aos alunos negros exigiam-se mais esforço para conseguir um pouco de visibilidade.

Dessa maneira, sinaliza que nós negros estamos em desvantagens independente do esforço que façamos. Segundo Vanessa, “não houve mudanças em relação ao preconceito

comparando a atualidade e ao tempo da minha infância, o que mudou é só o fato que o preconceito está mais velado”, ao fazer uma análise a sua infância e da sua filha a mesma destaca que nada mudou em relação ao preconceito. Vanessa nos relata o preconceito que ocorre entre os membros familiares que acaba por refletir nas crianças:

“Às vezes quando está a família toda reunida. As crianças vão brincar. Aí os dois considerados brancos só querem brincarem juntos. Porque são brancos. São tão pequenos e ninguém ensina isso. Uma criança tem apenas 3 anos. Mas tem a outra parte da família que não gosta de preto. A gente tenta explicar para eles que somos todos iguais. Mas, a gente não fica frisando direto. Minha filha as vezes questiona o por que ela é preta e a prima branca. Aí eu converso com ela. Eu tento explicar sem deixar se vitimizar. Eu chamo ela de preta, para se quando chegar na escola, alguém chamar ela de preta, não se chocar! Tem a questão do cabelo. Eu explico que o cabelo dela não é bom! É cacheado. Outro dia, eu dei progressiva no cabelo dela, fiz trança e foi para escola. Aí o coleguinha falou que ela parecia ter tomado um choque! Que o cabelo dela era ridículo daquele jeito. Peguei ela na escola já arrasada! ”. (Entrevistada em 21, de maio de 2020).

A narrativa de Vanessa nos revela algo que infelizmente ainda é comum em muitas famílias negras, o preconceito por partes das pessoas negras que ainda não passaram pelo processo de auto aceitação e acabam por vezes reproduzindo o preconceito sofrido para as crianças. Percebemos que o próprio grupo familiar já criou espaço para o estigma se instalar com êxodo, visto que a própria família já está marcada por ele. Desse modo, segundo Eliane Cavalleiro (2015, p,25.), “a criança estigmatizada, desprotegida pelo filtro familiar, ao travar contato com outras crianças, provavelmente será levada a conhecer e a aprender seu estigma, como por meio de xingamentos e ofensas atribuídas ao seu pertencimento étnico”. O racismo é tão cruel que não perdoa nem as crianças, as mesmas o reproduz com uma facilidade tamanha ao ponto de grande maioria dos pais nem perceberem o que está acontecendo legitimando o racismo estrutural.

Apesar de serem crianças elas sentem o peso da negritude, do que é ser criança negra no Brasil. Quando Vanessa diz: “Eu chamo ela de preta, para se quando chegar na escola, alguém chamar ela de preta, não se chocar! ” Na concepção de Vanessa chamar a filha de preta foi a melhor forma que encontrou de proteger a filha preparando-a para ser chamada de “preta” sem danos maiores na escola. Para Vanessa chamar a pessoa de preta/negra infelizmente ainda é considerado xingamento, ofensa. Podemos considerar

que Vanessa já compreendeu que a escola é um local onde o preconceito assola nossas crianças ao decorrer da história.

Afirma que a escola não aborda nenhuma questão que discuta preconceito e ou igualdade entre as pessoas, apesar de terem muitos alunos negros. Nem no mês de novembro. Ao questionar a Sandra se recordava de ter sofrido racismo na infância, afirmou que não, questionei mais uma vez, nenhum apelido racista?

Ah, sim! Da minha própria família. Eu tinha o apelido de fuminho que minha prima Nalva, que é branca, colocou em mim. Não tenho vergonha de falar o nome dela. Eu cresci com esse apelido, até hoje quando me ver, me chama de fuminho. Você sabe que o fumo é preto, me chamava assim por eu ser preta. Por eu ser negra mesmo! (Sandra. Entrevistada em 01 de junho de 2020).

Perguntei se era considerado normal pela família o apelido, respondeu que sim. Pode-se supor que o apelido racista não era visto como algo ofensivo, mas é notório que está empregando de racismo velado. Poderia ser que a família não se dava conta dos danos provocados no psicológico da criança. Mas, Sandra se recorda e atribui/justifica o apelido ao fumo porque é de cor preta e ela negra, sendo sua prima a quem colocou o apelido de cor branca.

Aos nossos dias, ela tem consciência que tal prática da prima é um ato racista. É importante lembrar que fumo não tem o cheiro muito agradável, fumo de rolo. É visto como algo sujo por ser preto e fedido ao qual sua prima faz comparação com Sandra. Imagina-se o quanto não era saudável tal comparação, pior, uma criança crescer com sentimento de inferioridade pelo estereótipo negativo de sua identidade. “Eu era uma criança que tinha de tudo para crescer traumatizada. Mas graças a Deus eu superei. Hoje em dia eu carrego muitas doenças eu acredito por conta de ter trabalho muito, de ter sido explorada desde a infância’. Neste cenário compartilha mais da sua infância negra:

“Eu tinha um ódio de uma música assim: olha a nega do cabelo duro, que não gosta de pentear⁶. Luís Calda quem cantava. Aquilo mexia tanto comigo menina, quando eu era pequena, era horrível! Parecia que estava que tinha feito só para atingir a gente, nossa! Eu tinha horror! Pavor da música negra do cabelo duro. Parecia que tinham feito para nós negras,

⁶ Fricote, também conhecida como Nega do Cabelo Duro, é uma canção do primeiro álbum do cantor e compositor Luiz Caldas, lançada em 1985, elaborada em parceria com Paulinho Camafeu.

negras com cabelo duro”. (Sandra. Entrevistada em 01 de junho de 2020).

Parece que a escola foi o lugar de tormento também para as outras mães negras. Questionei à Tânia se já fora vítima de racismo durante a infância:

“Nossa! Sofri tanto preconceito nessa vida que nem lembro mais, preciso parar para pensar. Para começar: cabelo duro! Nossa! Eu odiava aquela música: nega do cabelo duro, que não gosta de pentear. A cor da pele. Isso na rua enquanto a gente passava, os vizinhos também insultavam. Na escola tinha aquele racismo de grupinhos. Todos já tinham sua dupla. Aí eu sempre ficava excluída! Se sobrasse alguém é que vinha a mim por não opção. Eu nem tomava iniciativa nas horas de formas os grupos. Eu já tinha receio. Na verdade, eu já tinha preconceito de mim mesmo. Isso eu percebi depois”. (Tânia. Entrevistada em 27 de maio de 2020).

Neste contexto, os estereótipos característicos de nossa própria cultura são fios condutores para a propagação do preconceito. Sua cor, seus cabelos, seus traços desde cedo deixaram marcas e experiências não tão doces considerando que se tratava de uma criança. Aprendeu logo, que não, nós negros, não somos tratados iguais, nem mesmo pela escola. Sua narrativa revela o quanto sofreu com as práticas racistas, é um desabafo:

“Nossa! Sofri tanto preconceito nessa vida que nem lembro mais, preciso parar para pensar” compreendemos que foi necessária uma reflexão para poder selecionar e elencar as séries de racismo sofrido. Os insultos, perseguições por conta da sua origem seja na escola ou nas ruas atravessou a adolescência até a vida adulta:

“Eu me recordei que quando eu estudei no Centro Educacional Timóteo Alves de Brito- CETAB, o professor era muito rígido. Rígido! Rígido! Quando entrava na sala de aula eu já tremia. Aí por ele ser rígido, eu estudava muito. Eu deixava tudo! Eu bordava na época, aí eu falava hoje eu não irei bordar porque eu preciso estudar para prova. Eu entrava no quarto e falava para mãe não deixar ninguém me incomodar. Quando chagava na aula dele eu fazia a prova tremendo, tremendo, não sei como eu conseguia fazer a prova. Aí um dia ele passou uma prova escrita, e para essa prova foi a que eu mais estudei. Quando ele corrigiu a prova eu tirei dez. Aí no dia seguinte na sala de aula com 30 alunos ele entregou as provas a todos e deixou eu por último. Aí solicitou que eu sentasse do lado dele na frente de todos em sua mesa. Pensa numa pessoa tímida, que não abria a boca para falar absolutamente nada. Mal, mal presente! Aí ele começou a fazer as mesmas perguntas da prova. Pergunta por pergunta, ele perguntava, eu respondia! No final quando ele viu que respondi tudo mandou eu sentar. Até hoje quando eu vejo

ele, me dá um ódio! Eu tenho pavor dele até hoje! ”. (Tânia. Entrevistada em 27 de maio de 2020).

O que Tânia nos relata é uma prática de discriminação racial por parte de seu professor que duvidou da sua capacidade simplesmente pelo fato de ser negra, desse modo, achou que a aluna negra não tinha competência para acertar todas as questões da prova, expondo-a para toda sala a fim de testar seu conhecimento, prática que deveria ser denunciada. Compartilha também o que considerou como racismo por parte do ex patrão:

Fiz a inscrição. Quando se aproximou a data da prova eu avisei ao meu patrão que precisaria me ausentar do serviço no dia da prova. Ele disse para me que nem adiantava eu fazer, porque não iria ser aprovada. No meio de tantos inscritos, você não passa não! Não irá passar porque você não abre a boca para falar nada! E nesse serviço depende de alguém que fala. Eu disse que iria passar sim! Em nome de Jesus!! Fiz a prova e graças a Deus passei. Ele achou que não tinha competência. Queria me desanimar para eu continuar sendo escrava dele. (Tânia. Entrevistada em 27 de maio de 2020).

Dessa forma, por vezes situações de preconceitos passam por despercebidas no cotidiano das mães negras. Tânia afirmou que só depois das questões propostas é que ela veio a identificar e reconhecer que alguns episódios vividos foram racismo. Socializa um episódio de discriminação racial por parte da escola do seu filho, foi chamada a escola porque a professora disse que seu filho havia furado o colega com um lápis. Apesar de ter ficado surpresa, porque ele nunca tinha sido agressivo antes Tânia foi até à escola:

“Chegando na escola, a reunião foi só comigo e a diretora. Aí eu perguntei cadê a mãe da outra criança? Ela não pode vir não, mas eu também já tinha conversado com ela. Eu disse, está errado! Não deveria ser com nós duas juntas a reunião? Porque deve-se ouvir os dois lados da história para saber como surgiu a agressão. Na verdade, eu descobri depois, que a criança tinha preguiça de ir à escola, estava usando o acontecido para faltar aula. Eu pressionei ele em casa, ele disse que só descontou com o lápis a agressão que estava sofrendo do colega. Disse que estava sentado e o colega cutucando. Aí a diretora já jogou a culpa como se fosse meu filho. Eu entendi que ela quis defender o outro por ter a pele clara e tal”. (Entrevistada em 27 de maio de 2020).

Podemos identificar no interior das narrativas que a escola foi/é um lugar legitimador de preconceitos, acontece de diversas formas constantemente provocando

danos a várias gerações de famílias negras e nada se tem feito para que tal prática criminosa seja banida de um espaço considerado educador e libertador como a escola.

“Eu me lembro que Xaiane, minha filha mais velha, na escola tinha uma pessoa que sempre criticava o nariz dela. (Tânia respira fundo e diz: nossa”) Aí eu conversei com ela para não ligar, porque o que importa é ela está respirando, não é a estética não! Pior era se ela tivesse um problema, ter um nariz pequeno e ter problema respiratório”. (Tânia. Entrevistada em 27 de maio de 2020).

Neste cenário, é urgente o desenvolvimento de um projeto curricular emancipador, antirracista, destinado aos membros de toda comunidade escolar, que além de especificar as principais formas de racismo velado dentro do ambiente educacional, façam com que os alunos compreendam a importância das diversidades e respeitem todas as culturas para que os indivíduos possam aprender sem nenhuma forma de opressão.

Não é pedir muito, sendo que após a aprovação da Lei 10.639/03, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Portanto, os professores deveriam exercer o papel de protagonistas no processo de luta contra o preconceito e a discriminação racial fortemente presente nas instituições educacionais brasileiras, sejam elas públicas ou privadas da educação infantil até a graduação.

É gritante a necessidade das escolas se abrirem para a diversidade racial e cultural, para as realidades diferentes vividas por seus usuários, ou corre o risco de tornar cada vez mais intenso o seu papel de produtora e reprodutora de desigualdades sociais, discriminações, preconceitos, de racismo como foi possível constatar nas narrativas. Vanessa demonstra em sua fala o desejo para todas nós mulheres:

“Eu acho que nós mulheres deveríamos ter o poder de fazer o que achamos que devemos com o nosso corpo. Minha irmã, por exemplo, está na segunda gestação e para conseguir fazer a cirurgia para não ter mais filhos, precisaria da autorização do marido por escrito. Mas, é ela quem fica grávida e ela não quer mais engravidar. Não é o marido dela. Então a gente não precisa perder permissão de ninguém. Deveria ser dado a nós mais autonomia sobre nós. Parece que temos, mas não temos! ”. (Vanessa. Entrevistada em 21 de maio de 2020).

A experiência da irmã da colaboradora fez com que ela refletisse sobre a autonomia que é dada sobre o corpo feminino. A mesma enfatiza que na verdade nós mulheres não temos autonomia nenhuma sobre nosso próprio corpo, cita o exemplo da irmã que pretendia realizar uma laqueadura: “na verdade, ela optou em fazer a cirurgia porque o marido havia decidido não ter mais filho, entretanto, não quis fazer a vasectomia. Por conta disso, ela decidiu não mais realizar a cirurgia, caso tenha outro relacionamento e o parceiro queira ter filho”.

Vanessa relatou tamanha indignação da sua irmã que acabou desistindo do procedimento devido aos tramites legais que tira o direito da mulher sobre seu próprio corpo, sendo que era preciso uma autorização do esposo para a mesma realizar a cirurgia. Sendo, que o desejo em não ter mais filhos era do marido, mas por ser machista, na concepção dele seria ela, a mulher quem deveria a submeter a um procedimento cirúrgico. Optou por não realizar o procedimento, porque pensou na possibilidade de querer ter mais filhos de um futuro e novo relacionamento, se o desejo é dele, ele que faça a cirurgia.

Paula Cristina narra o preconceito sofrido em São Paulo, cidade por onde andou em busca de uma vida melhor:

Eu ia ajudar uma amiga com a faxina, ela falou assim: você tem que entrar escondida, porque o velho não gosta de pessoas negras, ele não anda, é cadeirante, mas, quando ele me viu passando no portão, aí começou a me xingar, me chamou de nega e me expulsou da casa dele. Aí eu fui embora! ” (Paula Cristina. Entrevistada em 23 de junho de 2020).

Parece cena de filmes do século passado, mas, infelizmente ainda é uma cruel realidade que assola grande parte da população negra de um modo geral com a discriminação racial. As mães negras continuam sendo impedidas de exercer a função do trabalho digno por conta da sua identidade.

4.5 COLCHA DE RETALHOS: EXPERIÊNCIAS NEGRAS CERZIDAS ATRAVÉS DAS NARRATIVAS

Utilizo a analogia da colcha de retalhos para simbolizar as diversas narrativas das mães negras que foram tecidas no decorrer do trabalho. Visto que, são várias narrativas de mães negras que compõem um mesmo tecido da maternidade onde foram construídos

(cerzada) a partir de diversas partes (retalhos de vidas) e que serviram para abrigar histórias de vidas maternas.

A “colcha de retalhos”, imagem e sentido, envolve e abriga a intuição porque esta compreende o mundo em todas as suas nuances, características, aparências, visões e traços, ou seja, abarca o mundo em suas diversas apresentações, mas não redonda essa multidimensionalidade mundana numa noção unitária, universalizante e impessoal, como o faz o conhecimento sistematizado, ao contrário, “remenda” as várias perspectivas da realidade num todo relativizado, cuja melhor analogia é a imagem da própria “colcha de retalhos”. (AMARAL, p.78, 2002).

Uma colcha de retalho será constituída a partir das trocas de experiências maternas. Onde, cada mãe negra compôs seu retalho expressando sentimentos e lembranças através de pinturas. Portanto, “colcha de retalhos”, será utilizada nesse enredo como forma de expressar diversas compreensões de uma visão de mundo do que foi/é ser mãe negras através das experiências vividas de cada mãe aqui narradas.

Figura 5 – Retalhos de narrativas



Fonte: acervo próprio da pesquisadora.

Nos encontros com as mães propus uma dinâmica, para a qual, disponibilizei recortes de tecido, tinta e pincel para que pudessem com eles expressar sentimentos e lembranças. No primeiro momento, o objetivo da dinâmica foi fazer com as mães

voltassem a rememorar suas infâncias e registrar algo que ficou marcado em suas lembranças, com a temática: “minha mãe e minha vó” já no segundo momento foi sugerido que registrassem algo marcante ocorrido em sua maternidade, com a temática: “eu e meus filhos”.

Note que são dois desenhos em uma mesma imagem, o primeiro desenho trata-se de Dielle Santos, ao qual podemos observar sua assinatura no mesmo; ela narra o que desenhou “Meu nome é Dielle e o desenho que eu fiz representa a minha infância em Guarapari no ES. É eu e meu irmão no quintal chupando pirulito”, em sua narração sobre a representação do desenho esquece de mencionar o título ao qual deu a imagem “a vida é bela”.

Figura 6 – Retalhos de narrativas



Fonte: acervo próprio da pesquisadora.

A indagação é: o que levou uma mulher negra representar uma brincadeira com o irmão no quintal de casa chupando pirulito e afirmar que “a vida é bela”? Na intenção de realizar as leituras da imagem e tentando caminhar pela linha de raciocínio de Dielle, foi

possível rememorar minha infância na roça, lembro que os momentos de brincadeiras só eram possíveis depois das realizações de todas as tarefas, que variavam do serviço doméstico até a o cultivo da mandioca, farinha da mandioca, goma e produção de beiju.

Pode ser que brincar para Dielle e seu irmão, na condição de criança negra, não fosse uma atividade comum, e mais inusitado ainda era o fato de terem acesso a um doce ao qual pudessem degustar enquanto brincassem, devido as condições das famílias negras ao qual naquele período era muito comum que as crianças contribuíssem com as tarefas da casa e até de alguma forma auxiliar nas despesas fazendo algum tipo de serviço remunerado; dessa forma sobrar tempo para brincar com o irmão era considerado um acontecimento marcante na infância; principalmente quando se tratava de uma criança do sexo feminino, vez que ainda predomina o machismo na sociedade, na qual os meninos poderiam ir brincar depois do almoço, enquanto as meninas primeiro tinha que lavar e secar os pratos, além de limpar a cozinha. Na segunda imagem da foto, temos a representação de Luciene, ela escreve:

“Eu hoje sou uma pessoa feliz, por tudo que já passei na minha vida, conquistei o meu maior sonho em minha vida, ser mãe de dois. Uma princesa Thayane e um príncipe Samuel. Vó não cheguei a conhecer. Mãe, tudo em minha vida, me ajudou muito e ajuda até hoje. A palavra mãe é tão forte que não tem comparação. Mãe vida! (Luciene. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

Figura 7 – Retalhos de narrativas



Fonte: acervo próprio da pesquisadora.

Quando Luciene diz “eu hoje sou uma pessoa feliz”, ela se refere ao tempo presente que faz uma comparação com o passado, ou seja, antes, ela não era tão feliz assim.

Podemos fazer uma leitura de qual fator implicou na sua “infelicidade”, pode atribuir ao fato de que hoje é feliz, pelo fato que seus filhos já estão crescidos, “Eles já ficam sozinho, porque Thayane já está com 15 anos e Samuel com 10 então, ficam os dois sozinhos em casa”. (Luciene. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

Neste contexto, é possível imaginar o quanto era difícil a situação para uma mãe solteira que arcava só com as despesas da casa, ainda ter que pagar uma pessoa para cuidar das crianças enquanto trabalhava, quando restava ao final do mês do pagamento de uma diarista mãe negra? “Antes quando tava com o pai dos meninos eram três né, eram dois, eu e ele, depois veio Thaiane, e depois de um tempo veio Samuel, então as coisas aperta um pouquinho”. (Luciene. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020). Não é difícil compreender o desgaste de uma mãe que trabalhava o dia todo fora, ao chegar havia o terceiro turno de trabalho para concluir na sua casa (preparar o almoço para o dia seguinte, voltar a limpar, lavar); com as crianças já maiores podemos interpretar que as tarefas são divididas, não tem mais a despesa com a babá, o que é um “extra” no orçamento, facilitou um pouco sua vida, tornando as coisas menos difíceis.

Quando Luciene diz “mãe é tudo em minha vida, me ajudou e ajuda até hoje, logo depois ela entra em contradição com sua fala anterior; quando pergunto a ela quem a auxiliou no puerpério “Assim, é eu não tive, porque tipo assim, minha mãe nunca foi assim, sempre foi presente na minha vida, mas nunca foi uma mãe assim pra tá podendo orientando entendeu? Nas coisas, então eu deixei a vida me levar, (risos)”, (Luciene. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020.)

Atribuo esse fato pela emoção das questões indagadas, uma vez que, ela respondeu que a mãe nunca foi uma mãe que pudesse está orientando, isso ela poder ter comparado ao seu momento de fragilidade emocional ao qual é o momento do parto e pós-parto, entende-se que a presença da sua mãe naquele momento seria de fundamental importância para ela, dessa forma compreendemos o quão é importante a figura materna não importa a idade. Nota-se que Luciene compreende e atribui que o momento do parto é tarefa da mãe acompanhar sua filha. Quando parte para um momento mais afetivo, para um

conceito geral ela atribui que a mãe seria tudo na vida dela. Talvez pelo fato de fazer uma comparação do que é ser mãe no sentido da mãe que é, se tornou e representa para seus filhos.

Figura 8 – Retalhos de narrativas



Fonte: acervo próprio da pesquisadora.

“Essa aí é eu e minha outra irmã. A gordinha é claro que sou eu né?! (risos). Eu e minha outra irmã na rua, no tempo que nós andávamos na rua, assim sozinha. Pedindo na rua, nessa estrada aí. Esse segundo lá na frente dizendo eu que é uma cama, que eu me recordo assim desse pouco de tempo que eu ficava na casa da minha mãe. É que quando eu adoecia ela deixava, não só eu, os irmãos tudo. Quando eu adoecia, ela deixava eu deitar na cama dela e ela não brigava. É o que eu recordo, que marcou a memória. Aí é a cama. Ela não deitava do meu lado não; mas bem que eu queria, mas, tá eu e ela aí deitada na cama. E aí é tipo nossa casa, nós morávamos na roça. Casinha de roça. Arvorezinha aí. Tentei fazer uma melancia. Uma flor de onde eu trabalhava de roça de melancia. E o coração que agora é só alegria. Que depois que eu casei e construir família é só alegria”. (Sandra. Entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

É notório na narrativa de Sandra que sua infância provoca uma variedade de emoções vividas por uma criança negra pobre. Podemos elencar para começar o fato de ter sido gordinha, ela destacou o fato da gordinha ser ela no desenho. Pode-se ler que isso

até hoje provoca desconforto. As ruas ganharam destaque marcando o cenário de miséria em que viveu com sua irmã. Infelizmente, a rua ainda faz parte da realidade de muita criança negra. O que mais nos chama a atenção é o fato da carência visível ao demonstrar sua vontade em dividir a cama com sua mãe. Afirmando que isso só era permitido quando estava doente.

Isso ocorria com todos irmãos. É possível fazer algumas leituras, talvez devido a quantidade de filhos a mãe não compartilhava a cama com ninguém para não gerar ciúmes. Talvez a correria do dia a dia era tamanha que precisava de um canto exclusivo para repousar à noite, podendo ser o único momento para seu descanso durante todo o dia. Consegue representar sua moradia na roça, a casinha de barro, seu trabalho braçal nos plantios, isso tudo sem demonstrar nenhuma revolta. Só é possível notar através de sua fala tristeza quando, ao finalizar destaca que só encontrou felicidade ao casar-se e constituir-se família.

Figura 9 – Retalhos de narrativas



Fonte: acervo próprio da pesquisadora.

“Aqui é eu e minha mãe, a gente pegando carona para ir para roça de Maria laranjeira. E eu fiz aqui uma corrente que representa minha vó, minha mãe e eu. A minha vó ela trabalhou na roça de batata, ela plantava, colhia e lavava a batata pra sustentar a gente. Aí as vezes era a nossa refeição, batata assada ou batata cozida”. (Vanessa, entrevistada em 11 de janeiro de 2020).

É evidente que até a atualidade grande maioria das famílias negras são chefiadas pela figura materna. Isso implica vários fatores que remete a solidão da mulher negra perante situação conjugal, uma vez que, após engravidar é abandonada pelo parceiro, sendo obrigada a assumir todo o compromisso com a criança. Também é comum o fato de mesmo na companhia de um parceiro, seja ela, a mãe negra, a responsável por manter as despesas do lar. Ainda que não seja de forma integral, mas está sempre presente contribuindo de alguma forma. Segundo Fonseca (2017), por consequência da escravidão, o lugar de mãe foi historicamente atribuído às mulheres negras. Hoje existe a possibilidade de escolha, porém o que vemos é que o passado se torna presente em suas escolhas. Conforme a narrativa de Vanessa, sua vó era a responsável pela manutenção/sustento da família.

Figura 10 – Retalhos de narrativas.



Fonte: acervo próprio da pesquisadora.

Petrícia exala orgulho em ser a mãe dos seus dois filhos, Jhemili e Victor. Declarando eles serem os amores da vida dela. Torna-se viável pensar que a mesma está realizada através da figura materna que assume, em nenhum momento passa sentimento de arrependimento provocado pela maternidade.

Figura 11 – Retalhos de narrativas



Fonte: acervo próprio da pesquisadora.

“Aqui eu desenhei uma casa, que hoje graças a Deus tenho um lar para dar para meus filhos. Desenhei essas duas arvorezinhas, tem as plantas representando que eu gosto muito de lazer. Sair com eles pra fazer um lazer”. (Entrevistada em 20 de janeiro de 2020). Podemos observar na narrativa da entrevistada Tânia, uma das maiores preocupações de algumas mães negras, garantir uma moradia com segurança para seus filhos. Ela demonstra satisfação e alegria por ter uma casa própria sem a preocupação com aluguel ao final do mês.

Figura 12 – Retalhos de narrativas



Fonte: acervo próprio da pesquisadora.

“Meu desenho representa eu indo pra creche com minha vó e o outro é eu com minha assistindo desenho”, (Entrevista concedida em 20 de janeiro de 2020). Até pouco tempo ter uma televisão em casa era raridade para as algumas famílias negras, eu lembro que a primeira vez que vi uma televisão e assistir desenho eu tinha mais ou menos uns dozes anos de idade. Pode-se ler que a assistir televisão na companhia da avó era visto como privilégio para poucas crianças de sua época, algo que marcou sua infância com a avó.

Figura 13 – Retalhos de narrativas



Fonte: acervo próprio da pesquisadora.

“Eu me chamo Aldeci, aqui é meu desenho, fiz minhas frozinha que representa a mim e meus filhos” (Entrevistada em 11 de janeiro de 2020). Encantada com sua história Dona Aldeci e por gostar muito e cultivar algumas plantas em seu quintal, a mesma utiliza das imagens das flores para representar sua família.

CONSIDERAÇÕES

Neste estudo, ainda que introdutoriamente, analisei um conjunto de narrativas sobre as experiências de maternidade entre um grupo de mulheres negras do bairro Liberdade II em Teixeira de Freitas. Como objetivos específicos, estabeleci os perfis socioeconômico, educacional, cultural e racial das mães pesquisadas para identificar as vivências maternas das mães negras desde a fase da gestação à atualidade avaliando o que mudou no tocante à maternidade em relação às gerações familiares anteriores; analisar como as mulheres negras em seu exercício da maternidade se analisam como mães negras. A minha perspectiva, é poder contribuir nas discussões em torno da maternidade negra nos diversos espaços que abordam esse tema.

Desde o início da pesquisa, foi o enorme desafio de desenvolver e aprofundar essa temática, especialmente, por eu estar ligada diretamente com o tema pesquisado, sendo eu mulher negra, mãe e residente do bairro liberdade II. Trabalhar tudo isso sem prejuízos à pesquisa foi muito desafiador.

Em relação à natureza da pesquisa, do ponto de vista da abordagem, optou-se pelo método qualitativo, por se considerar o mais apropriado para um trabalho que versa sobre situações particulares de experiências vividas pelas entrevistadas.

Durante as análises dos dados, observei que estes apresentam aspectos individuais e convergentes, sendo estes, brevemente analisados. De forma individual, abordei as questões socioeconômico das famílias. Através dos relatos foi possível constatar que 4 famílias se enquadram como classe D e 3 famílias como classe E segundo classificação da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas. Sendo que grande maioria das famílias moram em casa própria. Apenas Dona Aldeci mora de aluguel. Das oito mães entrevistadas, apenas três não recebem o auxílio do bolsa família. Sandra nunca conseguiu ser aprovada no programa, apesar de se enquadrar dentro do perfil. Três das mães, são as únicas provedoras do lar. Sendo elas: Luciene, Tânia e Paula Cristina.

Em relação ao perfil educacional, os pais das colaboradoras são em grande maioria analfabetos. Das oito mães, apenas duas concluíram o ensino médio e fizeram um curso técnico; seis não conseguiram concluir os estudos por conta da maternidade e duas nunca frequentaram um ambiente escolar. Grande maioria das mães não tiveram acompanhamento durante todo o período do puerpério, teve relato de mãe afirmando não ter recebido nenhum auxílio, fazendo tudo sozinha.

No decorrer do trabalho, com as leituras e releituras das narrativas das entrevistadas foi possível constatar que todas as mães apresentaram em suas falas que o racismo continua atuando em nossa sociedade com maior intensidade nas escolas. Isso pelo fato de grande maioria das mães terem sofrido racismo na escola durante infância/adolescência. E, ainda, atualmente, presenciam tais práticas racistas no cotidiano escolar dos seus filhos. O que as narrativas trouxeram de novo foi o fato de que tais práticas não eram vistas de imediato como racismo. Era necessária uma investigação minuciosa para que as mães conseguissem identificar os atos racistas. Ou seja, ele é tão velado no currículo oculto escolar, na sociedade que por vezes passa por despercebidos nas famílias negras, entretanto, provocando danos imensuráveis a vida de suas crianças.

Ao ouvir as narrativas noto que a violência doméstica foi fortemente citada nas falas de algumas mães, desse modo, revelando uma realidade infeliz que ainda permeia a família negra desde o tempo da escravidão. É urgente que as políticas públicas de fato sejam efetivadas para garantir a integridade física e moral das mães negras.

Observo serem poucas as mudanças ocorridas no tocante as experiências de maternidade entre as mulheres negras comparando as gerações anteriores com as atuais das colaboradoras. Podemos elencar alguns pontos convergentes, para iniciar, vale destacar o fato de que a figura materna continua chefiando os lares das famílias negras, promovendo o sustento mesmo que para isso seja preciso deixar seus filhos em casa sobre a proteção da irmã (ão) mais velho para trabalharem.

Como nos séculos anteriores, suas avós trabalharam nas lavouras, algumas das mães chegaram a trabalhar também no campo. As mães continuam exercendo funções consideradas subalternas, quando não são do lar. O que contribui para tal consolidação é a escassez ao acesso à educação superior para a população negra. A pesquisa deixa claro que as vivências maternas podem ter influência sobre as condições socioeconômicas das colaboradoras.

Contudo, em nenhuma fala elas associam a condição socioeconômica com a maternidade. Pelo contrário, mostram-se orgulhosas pelo fato de serem mães. Apesar de toda dificuldade enfrentada. Entendo que todas as demandas surgidas da pesquisa, desde a entrada em campo, escassez de estudos sobre a maternidade negra na atualidade no extremo sul baiano, passando pela discussão da maternidade precoce entre mulheres negras, evasão escolar, violência doméstica, discriminação e racismo são tópicos de interesse os quais merecem atenção por parte da comunidade científica.

Para isso, sugiro estudos mais amplos acerca da negritude e dos temas elencados pela pesquisa, além da abertura de espaços de escuta e acolhimento para as mães negras, a fim de proporcionar-lhes atendimento mais amplo por parte do poder público, com enfoque nos conteúdos que merecem maior atenção e ainda proporcionando as mulheres negras dispositivos de apoio que promovam a sua visibilidade e empoderamento na condição de mãe, para que nós negras podemos exercer a função de mãe e mulher sem sacrifícios maiores que as mães brancas.

Considero que, independente do que foi discutido e das questões trabalhadas neste estudo, as mães colaboradoras pesquisa, vem buscando a seu modo, lidar com as dificuldades que surgem ao serem mães negras de filhos negros num bairro popular, desenvolvendo estratégias de enfrentamento constante, que contribuem de alguma forma para sua autonomia e autoconfiança, principalmente para seus filhos. Podemos afirmar que a pesquisa serviu como um despertar para as famílias pesquisadas em relação as questões como racismo e desigualdades social, segundo narrativas das mães investigadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- APOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia do trabalho científico**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.
- AMADO, Jorge. **Capitães da Areia. Romance**. 115ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2004.
- AMARAL, Roberto Antônio Penêdo do. **A “colcha de retalhos”: uma metáfora do conhecimento**. v. 25 n. 2. Goiás, 2002.
- BROCKMEIER, Jens. HARRÉ, Rom. **Narrativa: Problemas e Promessas de um Paradigma Alternativo**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2003, 16(3), pp. 525-535.
- CAMBOTA, Jacqueline Nogueira. **Discriminação salarial por raça e gênero no mercado de trabalho das regiões nordeste e sudeste do Brasil: uma aplicação de simulações contrafactuais e regressão quantílica**. Fortaleza-Ceará. Universidade Federal do Ceará. Curso de Pós-graduação em Economia. 2005. (Dissertação)
- CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), 2012. (Tese).
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partirde-uma-perspectiva-de-genero/>. Acessado em 23/032020 às 18:30 horas.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. *Estudos avançados*. v. 17, n. 49,. 2003.
- CARNEIRO, S. **Gênero e Raça**. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. G. (orgs.). *Democracia e Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.
- CARVALHO, R. A. **As mulheres negras em movimento no Brasil**. Rio de Janeiro, 2016.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. Ed., 2reimpressão-São Paulo: Contexto, 2015.
- COVA, Anne. **História da Maternidade: em que ponto estamos?** Tradução de Marina Alves Amorim e Frederico Assis Cardoso. 2005.
- CRUZ, Jamile campos da. **As negras que conheci: uma análise sobre o cotidiano das trabalhadoras domésticas negras da cidade de Cruz das Almas – BA. Cachoeira, BA**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento. 2012. (Dissertação).

CUNHA, Maria Isabel da. **Conta-me agora! As narrativas como alternativa pedagógicas na pesquisa e no ensino.** Revista da Faculdade 100 de Educação, 23(1-2). São Paulo: Acessado em: 25 de março de 2020 às 20:00 horas. Disponível em: <http://www.revista.usp.br/rfe/article/view/59596/62695>.

DOMINGUES, P. J. Entre Dandaras e Luizias Mahins: **mulheres negras e antirracismo no Brasil.** In: PEREIRA SILVA, J. O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

DUARTE, E. A. **Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade.** Revista de Estudos Literários: Terras roxa e outras terras, v. 17, 2009.

E agora, Brasil? Segurança pública. **Homens, negros e jovens são os que mais morrem e os que mais matam.** 20.abr.2018 às 15h13. São Paulo. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/e-agora-brasil-seguranca-publica/criminalidade/homens-negros-e-jovens-sao-os-que-mais-morrem-e-os-que-mais-matam.shtml>. Acesso em 25 de nov. 2019.

EVARISTO, C. **Da representação à auto-representação da Mulher Negra na Literatura Brasileira.** Revista Palmares - Cultura Afro-Brasileira, ano 1, n. 1, 2005.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza Salvador, 1890-1940.** Ed: CEB. Salvador, 2003.

_____. **Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano na popular na belle époque imperfeita.** Salvador. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. 1994. (Dissertação)

FREIRE, Ida Mara. **Tecelãs da existência.** Revista Estudos Feministas. v. 22, n. 2 2014.

FERNANDES, Viviane Barboza. **Identidade Negra entre exclusão e liberdade.** Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil) 2016.

FONSECA, Fabiane Rodrigues. **Mães negras: as crises próprias do tornar-se mãe e suas influências no estabelecimento de vínculo mãe – bebê.** Universidade Federal do Amazonas. 2017.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor.** 12ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2016.

GUIMARÃES, Átila silva sena. **Canto negro: as músicas do bloco afro ilê aiyê para inclusão da história e cultura africana no currículo escolar.** Salvador. Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2018. (Dissertação).

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Ser negra na precariedade das relações de trabalho.** São Paulo, - Universidade Estadual Paulista; Faculdade de História, Direito e Serviço Social. 2006. (Dissertação).

HALL, Stuart. **Cultura e representação. Organização e revisão técnica.** Artur Ituassu; Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro. Ed: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 10 ed. 2006.

_____. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardiã Resende. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

KLEIN, Cristina. **Gramática da língua portuguesa**. 1ª edição. São Paulo: Vozes, 1996.

LANDES, Ruth. **Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino. Entre letras e lutas**. São Paulo: Annablume, 2009.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo e docência**. 1ª edição. Salvador: UNEB, 2003.

MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYIO, Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu;(organizadora). –Petrópolis, RJ: vozes, 1994.

MOLINA, Olga. **Professor x livro didático**. 2ed. Campinas, SP: Papyrus, 1988.
MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Políticas e práticas**. 5ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**. Formação de direitos humanos. 27 de setembro de 2012 - Relações Raciais (1ª edição). Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1540>. Acessado em: 01 de abril de 2020.

NETO, Otavio Cruz. **Pesquisa Social**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Agir, 1994.

NUNES NETO, Francisco Antonio. **A invenção da tradição. Uma história sobre o culto festivo ao Senhor do Bonfim na Bahia**. Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2019.

_____. **A condição social das lavadeiras em Salvador: quando a História e a Literatura se encontram (1930-1939)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Programa de Pós-Graduação em História Social, 2005. (Dissertação)

O tempo. **Mulher só ganha mais que homem quando ela é branca e ele é negro**. Belo Horizonte. 24/11/2019. Acessado em 05 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/mulher-so-ganha-mais-que-homem-quando-elae-branca-e-ele-e-negro-1.2265517>.

ROCHA, Iara Vieira. **Carreia na Percepção da Mulher Negra**. São Paulo, 2016.

_____. **Maternidade negra em um defeito de cor: história, corpo e nacionalismo como questões literárias**. São Paulo. Universidade de São Paulo.

Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Programa de pós-graduação em teoria literária e literatura comparada. 2017. (Tese).

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. **Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras**. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

Políticas para as mulheres. **Maioria das mulheres negras, solteiras e mães vive com menos de R\$ 415 na Bahia**. 14 de nov. 2019,11:30. Disponível em:<http://www.mulheres.ba.gov.br/2019/11/2640/Maioria-das-mulheres-negras-solteiras-e-maes-vive-commenos-de-R-415-na-Bahia.html>. Acesso em: 15 de jan. 2020, às 22:00

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: Uma reflexão sobre a prática**. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família negra no Brasil**. R. História, São Paulo, 120, p. 27-44, jan/jul. 1989.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **Fogões, Pratos e Panelas: Poderes, práticas e relações de trabalho doméstico**. Salvador 1900-1950. Salvador-BA. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 1998. (Dissertação)

SCAVONE, Lucila. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais**. 2001.

SILVA. Fabiana Carneiro da. **Maternidade negra em um defeito de cor: a representação literária como disrupção do nacionalismo**. São Paulo, 2018. Acesso em 20 de fevereiro de 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/elbc/n54/2316-4018-elbc-54-245.pdf>

SILVA. Valdenice Portela. **A discriminação da mulher negra no setor industrial sergipano entre 2007 e 2014: Uma análise dos impactos da norma de responsabilidade social empresarial**. São Cristovão/SE. Universidade Federal de Sergipe. Pós-Graduação em Psicologia Social. 2017. (Dissertação)

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Salvador. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas. 1994. (Dissertação).

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

TRIVINOS. Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo. Ed. Atlas S.A. — 1987.

Em forma muito ampla podemos

Universidade do Estado da Bahia. Acesso em 20 de janeiro de 2019, às 18:00 horas.
Disponível em: <https://portal.uneb.br/>

Universidade Federal da Bahia. Acesso em 21 de janeiro de 2019, às 20:00 horas.
Disponível em: <https://www.ufba.br/>

VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos. Salvador: Corrupio, 1985.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Lélia Gonzalez e outras mulheres: Pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo**. Revista da ABPN v. 1, n. 1 - mar-jun de 2010 (p. 52-63).

XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. Ed. Selo Negro – São Paulo, 2012.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL BAHIA
 Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Paulo Freire
 Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais

Pesquisa: “A construção da identidade materna de mães negras de mães negras do Bairro Liberdade II em Teixeira de Freitas/BA”.

Mestranda: Caline Macário Guimarães Ferreira
 Orientador: Prof. Dr. Francisco Antonio Nunes Neto
 Co-orientadora: Dhanyane Alves Castro

ROTEIRO DE ENTREVISTA

As entrevistas, que foram gravadas e transcritas, baseou-se em um roteiro. O objetivo do roteiro foi compreender as histórias familiares, os arranjos familiares onde as mulheres entrevistadas estão inseridas, a relação com as crianças e as estratégias construídas por elas como mães negras. Em nenhum momento tive a intenção de conduzir de forma rígida a entrevista, mas assegurar que os principais tópicos de interesse da pesquisa sejam abordados.

As perguntas foram realizadas de forma espontânea com o objetivo de fazer com que a entrevistada se sinta à vontade e também com a intenção de esclarecer ou investigar melhor o que está sendo dito. Os eixos temáticos norteadores da entrevista foram:

Infância e adolescência:

1. infância, como foi?
2. Escolaridade, como foi estudar?
3. Percebeu-se menina? Diferente dos meninos? Em que sentido?
4. Porque mesmo se percebeu do gênero feminino? Quais informações ou situações que as levaram a perceber-se mulheres?
5. Quais foram as mudanças vividas a partir desse entendimento?
 Ou foram criadas já nesse contexto e lugar de mulher?
6. E qual é ou foi mesmo o lugar de mulher que lhe foi atribuído?
7. Você concorda com esse lugar posto ou imposto? Por que você concorda ou discorda?

Maternidade:

1. Sua gravidez foi planejada:
2. Com qual idade foi sua primeira gestação?
3. Qual foi sua reação quando soube que se tornaria mãe?
4. Quem te auxiliou no resguardo e com as novas demandas?
5. Qual a idade do seu filho (a)? Mais de um filho especificar a idade de cada um.
6. Como tem sido/foi para você a vivência da maternidade?
7. Qual foi momento mais difícil na condição da maternidade?
8. Conseguiu conciliar estudo e maternidade? Como foi?
9. Conseguiu conciliar maternidade e trabalho
10. Sua vida financeira sofreu mudanças com a chegada da maternidade? Se sim, quais?

ROTEIRO DE ENTREVISTA / SEGUNDO MOMENTO

As entrevistas, que serão gravadas e transcritas, irão se basear em um roteiro. O objetivo do roteiro é compreender as histórias familiares, os arranjos familiares onde as mulheres entrevistadas estão inseridas, a relação com as crianças e as estratégias construídas por elas como mães negras. A intenção não é de conduzir de forma rígida a entrevista, mas assegurar que os principais tópicos de interesse da pesquisa sejam abordados.

As perguntas serão realizadas de forma espontânea com o objetivo de fazer com que a entrevistada se sinta à vontade e também com a intenção de esclarecer ou investigar melhor o que está sendo dito. Os eixos temáticos norteadores da entrevista serão:

Eixo 1: Perfil Familiar

1) Nome: _____

2) Data de Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____

3) Auto declaração:

Preta () Parda () Branca () Amarela () Indígena ()

4) Estado Civil:

() Casada () solteira () Viúva () Outros: _____

5) Escolaridade:

- () Nunca estudou
- () Fundamental incompleto – anos iniciais
- () Fundamental incompleto – anos finais
- () Fundamental completo
- () Ensino Médio incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Superior incompleto
- () Superior completo

7) Profissão: _____.

8) Exerce atividade remunerada no momento? () sim () não.

9) Se desemprega, a quanto tempo? _____

10) Há quanto tempo atua nessa profissão?

- menos de 1 ano
- De 1 a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- De 10 a 15 anos
- De 15 a 20 anos
- De 20 a 25 anos ()
- De 25 anos a 30 anos ()
- De 30 anos em diante.

11) Renda Média Mensal da família:

12) Quantas pessoas moram no núcleo familiar? _____

13) Situação de Trabalho e emprego das pessoas do núcleo familiar; recebem algum tipo de benefício do governo? _____

14) Profissão e escolaridade das pessoas do núcleo familiar:

15) Quem é o (a) provedor (a) do núcleo familiar?

16) Residência:

Própria () Alugada () Cedida () Outros: _____

17) Cor dos (as) filhos (as) (como as mães declaram seus filhos):

Preta Parda Branca Amarela Indígena

18) Escolarização dos (as) Filhos (as) (ano escolar que o (a) filho (a) está) :

19) Algumas das atividades de lazer abaixo são realizadas junto com os seus filhos (as)?

- Passeio em casa de parentes e amigos (
-) Festas do Bairro e/ou da comunidade.
- Parque
- Cinema
- Shopping

- Shows
- Clube
- Sítio
- Restaurante
- Bailes
- Outros: _____

Eixo 2: Infância/Gênero/Raça

1) O que você se lembra da sua infância sobre a educação dada aos homens e às mulheres? Havia diferença? Se sim, quais?

2) E hoje, você acha que educa os seus filhos e filhas de maneira igual ou diferente? Explique.

3) Nós já conversamos sobre as suas condições de vida, como mulher, trabalhadora e mãe. Se você pudesse aprofundar um pouco mais sobre a sua condição de mulher, o que você acrescentaria?

4) O que você se lembra da sua infância sobre a forma como as pessoas negras e brancas eram vistas e tratadas? Sofreu preconceito quando criança? Comparando com o momento atual você diria que houve mudanças? Ainda há limites? Quais?

6) Você se autodeclarou parda. Você sempre se viu assim?

7) Fale um pouco mais sobre o que você pensa sobre igualdade entre as pessoas (negras/brancas; mulheres/homens/homossexuais/deficientes)? Você acha que somos iguais em quais aspectos? E somos diferentes em quais aspectos.

8) Quando você explica sobre igualdade entre as pessoas para as suas crianças no dia a dia como você procede na educação delas?

9) É recorrente alguns relatos sobre o tratamento desrespeitoso entre as crianças, principalmente nas escolas devido a cor da pele, cabelo. Você tem conhecimento de uma situação semelhante envolvendo seu/suas filhos/filhas? Como você dialogaria com eles a respeito desse assunto?

Eixo 3– Educação escolar dos (as) filhos (as)

1) Como a escola educa o seu/sua filho (a) para lidar com as questões do preconceito racial e desigualdades entre homens, mulheres e homossexuais. Quais são as formas utilizadas pela escola? E a temática da inclusão de pessoas deficientes, a escola aborda esse assunto? Se sim, como?

2) Quando falamos sobre as expectativas e possibilidade das crianças ingressarem no ensino superior, uma possibilidade é através das cotas raciais na universidade. O que você considera como ponto positivo e negativo desta política? Em que medida você acha que essas ações contribuiriam ou não contribuiriam com a educação de suas crianças?
